



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL Nº 0601779-05.2018.6.00.0000 – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Autora: Coligação Brasil Soberano (PDT/AVANTE)

Advogados: Walber de Moura Agra –OAB: 757-B/PE e outros

Réu: Jair Messias Bolsonaro

Advogada: Karina de Paula Kufa –OAB: 245404/SP

Réu: Antônio Hamilton Mourão

Advogados: Karina Rodrigues Fidelix da Cruz –OAB: 273260/SP e outro

Réu: Luciano Hang

Advogados: Admar Gonzaga Neto –OAB: 10937/DF e outros

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2018. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. *WHATSAPP*. DISPARO DE MENSAGENS EM MASSA. NOTÍCIAS FALSAS (*FAKE NEWS*). MATÉRIA JORNALÍSTICA. PRELIMINARES. REJEIÇÃO. ACUSAÇÃO AMPARADA EM CONJECTURAS. AUSÊNCIA DE PROVAS SEGURAS A VINCULAR A CAMPANHA ELEITORAL AOS SUPOSTOS DISPAROS. IMPROCEDÊNCIA.

1. Os representados são acusados de (i) contratarem empresas especializadas em *marketing* digital para procederem ao disparo de mensagens com conteúdo falso via *WhatsApp* contra os oponentes da chapa de Jair Bolsonaro nas eleições 2018, em especial os candidatos do PT e do PDT; (ii) utilizarem indevidamente base de dados de usuários fornecida por empresas de estratégia digital; (iii) realizarem e receberem doação de pessoa jurídica e (iv) utilizarem valores acima do limite máximo permitido para gastos nas eleições.

LITISPENDÊNCIA. REUNIÃO DAS AIJES PARA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO CONJUNTOS EM VIRTUDE DA CONEXÃO. INÉPCIA DA INICIAL. PRELIMINARES AFASTADAS.

2. O TSE já assentou não haver litispendência entre ações eleitorais as quais, conquanto calcadas em hipóteses similares, não possuem as mesmas partes, causa de pedir e pedido. (AIJE nº 060175489/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe 20.3.2019; AI em AgR nº 513/PI, Relator Ministro Luiz Fux, DJe de 14.9.2016)



3. Há de se cuidar para que o reconhecimento da litispendência com fundamento na relação jurídica-base não alije da discussão qualquer dos legitimados ativos para a propositura da lide. No caso dos autos, guiar-se por tal critério implicaria excluir dos debates coligação diretamente interessada no deslinde da lide.

4. Ainda que se ancorem em um mesmo fato essencial e pretendam a cassação da chapa vencedora, com a declaração de sua inelegibilidade, não há falar em litispendência entre as AIJEs nºs 0601771-28 e 0601779-05, pois as partes são distintas e não há repetição de ação que já esteja em curso.

5. Por outro lado, na forma do art. 55 do CPC, o fenômeno da conexão nasce da identidade de causas de pedir e/ou pedidos e tem como efeito a reunião das ações para julgamento conjunto. A conexão é causa, enquanto a reunião é consequência. Em essência, a *ratio* subjacente do instituto da conexão é a preservação da harmonia dos julgados, sendo possível falar também em objetivo de promoção da economia processual.

6. Não é porque se cogita de conexão que dois ou mais processos necessariamente deverão ser instruídos e julgados em conjunto. Desde que estejam assegurados os já indicados valores da harmonia entre os julgados e da economia processual, a incidência do efeito da reunião de processos consubstancia escolha do magistrado, o qual, observando os requisitos legais, deverá analisar a oportunidade e a conveniência de fazê-lo. Precedentes.

7. No caso dos autos, considerados (i) a quantidade de réus que a reunião dos processos envolveria, (ii) os diferentes estágios processuais das quatro AIJEs e (iii) as diligências probatórias e suas implicações ainda pendentes em dois dos autos, a tramitação e a apreciação em bloco gerariam tumulto processual significativo, atrasando sobremaneira o desfecho das ações, sobretudo daquelas que já se encontram maduras para julgamento, como é o caso em exame.

8. Em que pese a regra geral do art. 96-B da Lei nº 9.504/97 disponha que serão reunidas para julgamento comum as ações eleitorais propostas por partes diversas sobre o mesmo fato, o dispositivo comporta interpretação, e, no caso concreto, a celeridade, a organicidade dos julgamentos, o bom andamento da marcha processual e o relevante interesse público envolvido recomendam seja mantida a separação. Precedentes.

9. A inobservância da regra do art. 96-B da Lei nº 9.504/97 não leva, por si só, à invalidação das decisões judiciais. O TSE possui precedentes no sentido de que, embora sempre que possível, ações eleitorais que tratem de fatos idênticos ou similares devam ser reunidas e julgadas em conjunto, tal reunião não é obrigatória. (AI nº 28.353/RJ, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, DJe 31.5.2019; RO nº 2188-47/ES, Relator Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, DJe 18.5.2018).



10. No caso em exame, além de inconveniente para o bom andamento processual, o julgamento separado de maneira alguma gera risco de decisões conflitantes, tendo em vista estarem todas as ações submetidas à relatoria do mesmo Corregedor-Geral e ao julgamento pelo Plenário do TSE, os quais possuem visão global dos fatos submetidos à apreciação e indubitavelmente garantirão a esmerada prestação da jurisdição, assegurando a coerência e a unicidades dos julgamentos. Tramitação e julgamento que se mantêm separados em homenagem à celeridade e à eficiência da prestação jurisdicional.

11. Quanto à alegação de inépcia da inicial, a peça vestibular é apta se descreve os fatos e os fundamentos do pedido e possibilita à parte representada o efetivo exercício do direito de defesa e do contraditório.

12. Assim, para que se dê início à ação de investigação judicial eleitoral, é suficiente a apresentação ou a relação de evidências, ainda que indiciárias, da ocorrência do ilícito, conforme se extrai da dicção do art. 22, *caput*, da Lei Complementar nº 64/1990, porquanto a produção de provas pode se fazer no curso da instrução processual.

PEDIDO DE REABERTURA DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. PROVA TESTEMUNHAL. DEPOIMENTO PESSOAL. REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS PROTEGIDOS POR SIGILO. PLEITOS NEGADOS.

13. Oitiva de empresário espanhol e remessa de entrevista feita pelo mesmo ao periódico Folha de São Paulo. Prova que se indefere pois (i) o próprio empresário desmentiu a denúncia, (ii) e ainda que mantivesse a sua versão anterior, a sua oitiva não teria relevância no caso concreto, eis que estaria absolutamente isolada, o que ensejaria a aplicação do art. 368-A do CE, que veda a condenação em ações que levam à perda do mandato, com base em prova testemunhal singular e exclusiva.

14. Prova testemunhal. Na forma do art. 447, § 3º, inciso II, são suspeitos e não podem servir como testemunhas aqueles que possuam interesse direto no desfecho da lide.

15. Na forma do art. 447, § 5º, do CPC, os proprietários das empresas de *marketing* somente poderiam ser ouvidos como informantes, o que não geraria proveito útil no caso dos autos. Adicionalmente, não foram coligidos elementos concretos e robustos a vincularem as empresas de publicidade citadas às práticas que se apuram nos autos, pelo que se descarta o pedido de produção de prova.

16. Depoimento pessoal. Ante a falta de previsão na Lei Complementar nº 64/1990 e o caráter indisponível dos interesses envolvidos, não há depoimento pessoal dos investigados em AIJE. Jurisprudência pacífica do TSE (AI n. 28918/SC, relator Ministro Og Fernandes, DJe de 25.2.2019; AIJE n. 0601754–89/DF, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 13.12.2018; AIJE n. 0601575–58/DF, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 12.12.2018; AgR–RMS n. 2641/RN).



17. Requisição dos relatórios contábeis, notas fiscais, contratos, relação de clientes e demais documentos aptos a demonstrar as relações jurídicas entabuladas durante o período eleitoral pelos réus e pelas empresas de publicidade suspeitas de terem realizado os disparos.

18. É pacífico que o afastamento de qualquer tipo de sigilo requer fundamentos idôneos, pertinência temática, limitação temporal e absoluta imprescindibilidade da medida, além da inexistência de outros meios de obtenção da prova. Precedentes.

19. Não se consideram fundamento idôneo, para fins de justificar a requisição de documentos e /ou quebra de sigilos protegidos constitucionalmente, matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação. (TSE, AIJE nº 060196965/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe 8.5.2020; STF, Pet-AgR nº 2.805/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Nelson Jobim, DJ 27.2.2004)

20. O conjunto probatório produzido descortinou-se deveras frágil, não tendo a coligação representante trazido aos autos uma única prova da existência das mensagens com conteúdo falso. A autora também não foi capaz de demonstrar, sequer de forma inicial, a existência de relação jurídica entre a campanha de Jair Bolsonaro ou apoiadores desse último e as empresas de publicidade que teriam realizado os disparos em massa.

21. A constatação pela empresa *WhatsApp* de que, num universo de mais de 600 (seiscentas) contas vinculadas às empresas de *marketing* indicadas na inicial, três linhas telefônicas, de propriedade de duas pessoas jurídicas e uma física apontadas na exordial, tiveram “comportamento anormal indicativo do envio automatizado de mensagens em massa” e de “suspeita de spam” durante o mês de outubro de 2018, sendo banidas pela empresa em razão de afronta a seus “Termos de Serviço”, não configura fato novo a se traduzir como “indícios suficientes” e “fundadas suspeitas” da ocorrência dos ilícitos imputados aos representados.

22. Não obstante, as empresas em questão oferecem serviços de publicidade de toda sorte a todo tipo de clientes e não há nada que evidencie, de forma razoavelmente segura, que os disparos detectados consistiam, efetivamente, em propaganda eleitoral irregular. Inexiste nos autos elemento apto a comprovar, ainda de que de forma inicial, ter ocorrido a contratação dos serviços de envio em massa de mensagens e o dado novo fornecido pela *WhatsApp INC.* consiste unicamente na confirmação de que algumas das empresas sob investigação efetivamente procederam ao disparo maciço e automatizado de mensagens cujo conteúdo se desconhece no mês de outubro de 2018.

23. A par disso, a acusação central desta lide – a existência e distribuição de mensagens com conteúdo falso – não é passível de ser averiguada ou demonstrada pela documentação cuja juntada se pretende, a qual é apta tão somente a comprovar a existência de eventuais relações jurídicas entre os representados e as empresas de *marketing*. Continuariam faltando os



elementos mais imprescindíveis para a procedência da presente AIJE: o conteúdo das mensagens e a comprovação do efetivo disparo delas, com potencial de gravidade para o resultado do pleito.

24. Assim, dada a fragilidade dos argumentos e do conjunto probatório colacionados aos autos, o não preenchimento dos pressupostos para a quebra de sigilo constitucionais e a imprestabilidade dos documentos requeridos para a comprovação das acusações veiculadas na peça inaugural, nega-se o requerimento de entrega da documentação solicitada.

MÉRITO. ART. 22, *CAPUT* E INCISOS, DA LC Nº 64/1990. ABUSO DE PODER. REQUISITOS. ART. 373 DO CPC. NÃO APRESENTAÇÃO DE PROVAS SUFICIENTES PARA A COMPROVAÇÃO DAS IMPUTAÇÕES. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA MATERIALIDADE DO ILÍCITO E DE SUA GRAVIDADE.

25. No mérito, é sabido que para se caracterizar o abuso de poder, impõe-se a comprovação, de forma segura, da gravidade dos fatos imputados, demonstrada a partir da verificação do alto grau de reprovabilidade da conduta (aspecto qualitativo) e de sua significativa repercussão a fim de influenciar o equilíbrio da disputa eleitoral (aspecto quantitativo). A mensuração dos reflexos eleitorais da conduta, não obstante deva continuar a ser ponderada pelo julgador, não constitui mais fator determinante para a ocorrência do abuso de poder, agora revelado, substancialmente, pelo desvalor do comportamento.

26. O abuso do poder econômico, por sua vez, caracteriza-se pelo emprego desproporcional de recursos patrimoniais (públicos ou privados), com gravidade suficiente para afetar o equilíbrio entre os candidatos e macular a legitimidade da disputa.

27. Contratação de empresas especializadas em *marketing digital* para disparo de mensagens contra opositores. Não comprovação da existência das mensagens, bem como de seu disparo. Ausência de documentos e/ou outros elementos que demonstrem a contratação. A denúncia jornalística não basta para revelar a ocorrência de ilícito eleitoral, sendo necessária a apresentação de elementos concretos que respaldem a acusação.

28. Utilização de base de dados de usuários fornecida por empresas de estratégia digital. Não demonstração. Acusação amparada em meras conjecturas. Inexiste nos autos qualquer elemento que demonstre, mesmo de forma inicial, a ocorrência de compra de base de dados de terceiros ou que evidencie que pessoas não inscritas para receber notícias da campanha de Jair Bolsonaro tenham sido alvo dos disparos em massa.

29. Quando o enfoque é o cidadão eleitor, como protagonista do processo eleitoral e verdadeiro detentor do poder democrático, não devem ser, a princípio, impostas limitações senão aquelas que se referem à honra dos demais eleitores, dos próprios candidatos, dos partidos políticos e as relativas à veracidade das informações divulgadas. Precedentes.



30. Doação não declarada de pessoa jurídica e utilização de valores acima do teto de gastos permitido. Imputação amparada em suposições, cuja ocorrência não se logrou evidenciar. Prestação de contas aprovadas.

31. Emanando todo o poder do povo, compete à Justiça Eleitoral proteger a vontade popular, e não, substituí-la, razão pela qual a cassação de mandatos deve ser sempre precedida de minuciosas apuração e comprovação. Na verdade, sua incidência somente deverá ocorrer quando, dadas a gravidade e a lesividade das condutas, a legitimidade do pleito tenha sido tão afetada que outra solução menos gravosa não teria o condão de restabelecê-la.

32. A coligação representante não se desincumbiu do ônus processual imposto pelo art. 373 do CPC de apresentar provas que comprovem suas acusações.

33. Na linha da causa de pedir eleita pela parte autora, o exercício do ônus probatório deve guardar relação com as imputações constantes da inicial, sendo que as provas requeridas e indeferidas ao longo da lide, não se prestam – de forma útil – ao desvelamento dos fatos narrados e que compõem a causa de pedir. Não há que se falar em cerceamento de defesa.

34. Remansosa jurisprudência desta Corte no sentido de que “o indeferimento de provas não enseja o alegado cerceamento de defesa quando o magistrado, motivadamente, entende desnecessária sua produção. Precedentes.” (TSE, Agravo de Instrumento nº 74611, Relator Ministro Alexandre de Moraes, DJE, 10/12/2020; TSE, Recurso Especial Eleitoral nº 142269, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Publicação: DJE, 20/03/2015, p.p. 60/61).

35. Imperioso o *distinguishing* quanto ao assentado no julgamento da AIJE 0601369-44 (FACEBOOK), no qual o Colegiado autorizou a dilação probatória. É que naquela ocasião, entendeu a maioria dos Ministros que havia necessidade específica de produção probatória para a identificação dos autores da conduta, o que, obviamente, possui relação com os fatos da causa que compõem a causa de pedir.

36. Inexistente demonstração efetiva da materialidade do ilícito e de sua gravidade, não há que se perquirir acerca de eventuais reflexos eleitorais. Não sendo possível constatar a prática de conduta grave o suficiente para turbar a legitimidade, a normalidade e a paridade de armas das eleições, fica afastada a ocorrência do abuso de poder, o que, por sua vez, conduz à rejeição dos pedidos de cassação do mandato e declaração de inelegibilidade.

PEDIDO DE ANULAÇÃO DA VOTAÇÃO COM SUPEDÂNEO NOS ARTS. 222 E 237 DO CÓDIGO ELEITORAL.

37. Inoportuna a análise do pedido alternativo, porquanto a anulação da votação seria consequência automática da procedência da ação por abuso de poder.



38. Na espécie, não haveria como precisar o espectro de eleitores que foram, de fato, atingidos pela suposta propaganda eleitoral negativa. A cassação de um mandato requer a demonstração evidente do ilícito e de sua repercussão e/ou alcance, pois meras ilações não autorizam a mencionada sanção. Nesse sentido, o acervo probatório não permite aferir quantitativamente a influência das mensagens enviadas por *WhatsApp* sobre a vontade do eleitor.

PEDIDOS DE CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E DE INVESTIGAÇÃO POR INCURSÃO NO TIPO PENAL PREVISTO NO ART. 25 DA LC Nº 64/1990.

39. O ajuizamento de ação de investigação judicial eleitoral com base apenas em elementos indiciários ou prova pouca robusta não basta, por si só, para condenação por litigância de má-fé e/ou configuração do crime previsto no art. 25 da LC nº 64/1990, tendo em vista a necessária comprovação da intenção de alterar a verdade dos fatos, da deslealdade e do abuso de direito.

CONCLUSÃO

40. Ação de Investigação Judicial Eleitoral que, rejeitadas as preliminares, julga-se improcedente.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por maioria, em rejeitar as preliminares, nos termos do voto do relator, vencido parcialmente, o Ministro Edson Fachin, que acolheu a preliminar de conexão e determinou a reabertura da instrução e a reunião dos processos sobre os mesmos fatos. No mérito, por unanimidade, em julgar improcedentes os pedidos, nos termos do voto do relator.

Brasília, 9 de fevereiro de 2021.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO – RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO: Senhor Presidente, **1)** O Partido Democrático Trabalhista (PDT) e a Coligação Brasil Soberano (PDT/AVANTE) ajuizaram, com fundamento nos arts. 14, § 9º, da Constituição Federal e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990, ação de investigação judicial eleitoral contra Jair Messias Bolsonaro e Antônio Hamilton Martins Mourão – então candidatos, respectivamente, a Presidente e Vice-Presidente da República nas Eleições de 2018 –, a Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB) e Luciano Hang.

Noticiaram os autores tratar-se de ação “intentada em razão dos atos de abuso de poder econômico, fraude e ilicitude em captação e gastos de campanha”, com base em reportagem do veículo Folha de S. Paulo de 18.10.2018. Esses atos consistiriam na arrecadação e no uso de recursos derivados de fontes ilícitas; na realização de gastos não contabilizados na prestação de contas; na “desequiparação eleitoral” decorrente de divulgação de propaganda eleitoral ilícita; na realização de gastos acima do limite permitido em



lei; e, finalmente, na fraude à vontade livre e consciente dos eleitores, todos praticados pelos demandados, em mácula ao pleito de 2018.

Asseveraram que, de acordo com a aludida matéria jornalística, empresários estariam financiando campanha contra o PT pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*, “ao arrepio da contabilidade oficial”, mediante um serviço denominado “disparo em massa”, prática que teria beneficiado a candidatura do primeiro representado, em prejuízo dos demais candidatos, num “flagrante desequilíbrio entre a paridade das armas dos concorrentes”.

Segundo a exordial, o mais prejudicado pelas referidas condutas teria sido o candidato Ciro Gomes e tais veiculações irregulares teriam difamado a imagem do Partido dos Trabalhadores, em prejuízo de todos os seus opositores, desde o primeiro turno, “sendo essa uma das principais razões que fez com que o candidato Ciro Gomes não chegasse ao segundo turno”. Ainda, que a prática abusiva teria ocorrido durante todo o período eleitoral, com a disseminação de *fake news*, havendo, como prova do alegado, a circunstância de ter o Tribunal Superior Eleitoral julgado procedente a representação eleitoral ajuizada contra o ora representado Luciano Hang, em decorrência do impulsionamento pago de mensagem favorável ao candidato Jair Bolsonaro na rede social *Facebook*.

A título de tutela de urgência, os representantes pleitearam a intimação de todos os representados das empresas identificadas na reportagem veiculada no jornal Folha de S. Paulo e de outros arrolados, para que se eximam de praticar qualquer ato de divulgação de mensagens pelo *WhatsApp* ou qualquer outra rede social, tendo em vista sua expressa vedação legal, reputando presentes os requisitos exigidos.

Requereram, ao final, o seguinte:

a) liminarmente, sejam intimados os réus para que se eximam, todos, de veicular qualquer notícia, no intento de resguardar a rigidez do processo democrático, de forma direta ou indireta, por intermédio de rede social, principalmente *WhatsApp*, sob pena de multa a ser firmada por esta Corte, arremada no art. 139, IV, CPC; d) no mérito, pugna-se pela total procedência da ação e, consoante entendimento do art. 14, § 9º da Constituição Federal e do inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar n. 64/1990, que seja declarada a inelegibilidade de todos os Investigados para as eleições presentes e as que se realizarem nos 08 (oito) anos subsequentes, bem como o indeferimento do registro, cassação do diploma ou perda do mandato dos candidatos, a depender do lapso temporal da decisão. Consequentemente, que sejam novas eleições convocadas; e) alternativamente, caso, em hipótese muito remota, não houver a configuração do abuso de poder econômico, que haja a subsunção na *fattispecie* do artigo 222 do Código Eleitoral, fazendo com que os votos direcionados ao candidato Jair Bolsonaro e seu vice, Hamilton Mourão, sejam considerados votos nulos, convocando-se, *incontinenti*, novas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.

Na decisão liminar de 21.10.2018 (ID 554965) decretou-se, de ofício, a extinção do processo, sem resolução de mérito, em relação à Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB), nos termos do art. 485, VI e § 3º, do Código de Processo Civil, em virtude da sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação. Na referida oportunidade, restou indeferido o pedido de tutela de urgência, em virtude da ausência dos pressupostos autorizadores da medida, e foi ordenada notificação dos representados, para, querendo, apresentarem sua respectiva defesa, nos termos e para os fins do disposto no art. 22, I, *a*, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Antônio Hamilton Martins Mourão, na sua peça defensiva (ID 686488), requereu, preliminarmente, o indeferimento da inicial em razão de ausência de documento comprobatório do suposto ilícito, haja vista que as alegações estariam baseadas em uma única matéria jornalística publicada pela Folha de S. Paulo, cujo documento sequer foi carreado aos autos na sua integralidade, em desconformidade com os arts. 22 da LC nº 64/1990 e 320 e 434 do CPC.

No mérito, assinalou inexistirem provas da contratação de disparos em massa de mensagens via *WhatsApp* contra a campanha do PT ou sequer haver indício sobre tal fato, como fotografias, *prints* de conversas em mídias sociais, áudios, vídeos, mensagens, *e-mails* ou testemunhas, sendo as acusações genéricas e sem qualquer respaldo probatório.



Requeru, ao fim, o acolhimento da preliminar de indeferimento da inicial e, no mérito, a improcedência da ação, com aplicação de multa por litigância de má-fé, e a remessa de cópias à Procuradoria-Geral Eleitoral, para averiguação de condutas ilegais e dolosas praticadas pela parte autora.

Jair Messias Bolsonaro (ID 698038) sustentou a ilegitimidade ativa do PDT, pois o partido político integrante de coligação não teria legitimidade para a propositura de AIJE, além de preliminar de inépcia da inicial, ante a ausência de qualquer prova dos fatos configuradores do abuso de poder econômico.

No mérito, afirmou que a tese sustentada pelos autores foi embasada em uma única matéria jornalística de um único jornal (Folha de S. Paulo), veiculada em 18.10.2018, “não corroborada por outro veículo de igual, maior ou menor porte, nem embasada em quaisquer outros meios comprobatórios”. Insistiu, ainda, não haver prova nos autos que possa embasar a acusação, pois a matéria jornalística denunciaria contratações de R\$ 12 milhões (doze milhões de reais), sem indicar “onde, como e com quem teriam sido firmados tais contratos” e, “considerando a alta cifra envolvida, era de se esperar que a acusação apontasse provas”.

Em sua defesa, Luciano Hang (ID 1184888) aduziu que os pedidos constantes da inicial “são uma construção retórica”, fundada em única e exclusiva notícia divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo, sendo um ato de “desespero” dos autores.

Requeru o apensamento desta representação à AIJE mais antiga, com base no art. 96-B, § 2º, da Lei nº 9.504/1997, e, no mérito, a improcedência dos pedidos formulados na inicial.

Na decisão saneadora datada de 25.6.2019 (ID 12537038), afastou-se a tese da inépcia da inicial, sob o fundamento de que estariam presentes todos os seus elementos essenciais, de modo a assegurar às partes os direitos fundamentais da ampla defesa e do contraditório, e porque possibilitaria o esclarecimento dos fatos durante a instrução processual.

No mesmo ato, indeferiu-se o pedido de requisição de documentos e a quebra de sigilo bancário, telefônico e telemático do terceiro representado, bem como das empresas de que cuida a inicial, por concluir tratar-se de medida excepcional e porque, na hipótese dos autos, seria desarrazoado o deferimento de tais pleitos à vista da fragilidade dos elementos trazidos à AIJE. Diante disso, o então Relator teria defendido a possibilidade de, por outras providências hábeis e menos gravosas, buscar-se o esclarecimento dos fatos.

No que tange à preliminar de ilegitimidade ativa do Partido Democrático Trabalhista, concluiu-se assistir razão ao representado, porquanto o entendimento desta Corte, firmado em diversos julgados, seria no sentido de que o partido não teria legitimidade para atuar isoladamente no processo eleitoral, salvo para questionar a validade da própria coligação.

No que diz respeito ao depoimento pessoal, indeferiu-se o pedido formulado na exordial, haja vista os precedentes do Supremo Tribunal Federal e desta Corte no sentido do descabimento dessa prova em AIJE, ante a falta de previsão legal e a inexistência de confissão, dado o caráter indisponível dos interesses envolvidos.

Por fim, quanto à prova testemunhal, destacou-se a vetusta jurisprudência do TSE no sentido de que a apresentação do rol deve ocorrer por ocasião da petição inicial e da defesa, sob pena de preclusão, bem como o comparecimento independente de intimação.

Encerrada a fase postulatória, constatou-se haver nos autos apenas notícias de jornais, indeferindo-se, quanto à prova testemunhal, à exceção de Rebeca Félix, as oitivas requeridas, haja vista o flagrante interesse e a falta de isenção das pessoas indicadas no resultado da demanda. Lado outro, concluiu-se pela impertinência e falta de proveito útil dos respectivos depoimentos, nos termos do disposto no art. 370 c. c. o art. 447, § 2º, I e III, e § 3º, II, do Código de Processo Civil, de 2015.

À mímica da especificação de outras provas, foi designada a data de 14.8.2019, às 14 horas, para inquirição da testemunha Rebeca Félix.

Na audiência (ID 15149088), após qualificação e oitiva de Rebeca Félix, o advogado da representante formulou questões de ordem relacionadas ao saneamento do feito e requerimento para oitiva do Sr. Luis Novoa, com base em declarações por ele prestadas ao jornal Folha de S. Paulo posteriormente ao início desta ação.

Ouvidos os advogados dos representados e o Ministério Público Eleitoral, o Juiz Auxiliar que conduziu a audiência declarou que, após a degravação do ato, as questões e os requerimentos formulados seriam submetidos ao Ministro Corregedor-Geral, para decisão.

A coligação autora, em 15.8.2019, por meio de petição (ID 15184638), requereu:



- a) A reunião dessa AIJE com as AIJEs de nº 0601771- 28.2018.6.00.0000 e nº 0601782-57.2018.6.00.0000;
- b) A oitiva do Sr. Luis Novoa, dono da empresa “EnviaWhatsApps”, diante das **notícias veiculadas em 18.6.2019**, acerca da contratação para promover disparos em massa em favor da candidatura do Senhor Jair Bolsonaro, via carta rogatória ou videoconferência, em razão de ser o meio processual mais econômico e eficaz;
- c) A oitiva do Senhor Luciano Hang, haja vista sua ligação umbilical com os atos processuais, tanto mais por ter sido condenado em uma representação por impulsionar postagens em favorecimento à candidatura do Senhor Jair Bolsonaro;
- d) A intimação dos representantes das empresas descritas na petição inicial, a saber: HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA., AM4 BRASIL INTELIGENCIA DIGITAL LTDA., QUICK MOBILE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS LTDA., YACOWS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA., CROC SERVICES SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA LTDA., e SMSMARKET SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA.; para que entreguem relatório contábil, relação de clientes, contratos, notas fiscais e todos os documentos necessários à demonstração das relações jurídicas que foram entabuladas no período eleitoral;
- e) A notificação da “Folha de São Paulo” para que envie as notas fiscais que evidenciam os contratos da campanha do Senhor Jair Bolsonaro com as mencionadas empresas, principalmente as relativas ao contrato de R\$ 12 milhões com o Senhor Luciano Hang; bem como que também envie o depoimento do Senhor Luis Novoa, dono da empresa “EnviaWhatsApps”, que foi concedido a esse jornal.

Em 26.8.2019, por meio de nova petição (ID 15591538), a investigante pleiteou a oitiva do Deputado Federal Alexandre Frota de Andrade, a fim de elucidar o teor de suas declarações no programa televisivo Roda Viva, que foi ao ar em 19.8.2019, quando disse saber da propagação de notícias falsas para beneficiar a campanha do então candidato Jair Messias Bolsonaro.

Por meio de decisão lavrada em 9.9.2019 (ID 16416838), os pedidos da coligação autora foram indeferidos pelas relevantes razões então delineadas.

Na sequência, foi juntada aos autos a transcrição da mídia relativa à audiência realizada em 14.8.2019, na qual fora ouvida a testemunha Rebeca Félix (ID 16439438).

Por despacho de 10.9.2019 (ID 16444438), determinou-se a abertura de vista às partes para as alegações, em consonância com o art. 22, X, da Lei Complementar nº 64/1990.

Jair Messias Bolsonaro, por sua vez, em suas alegações finais (ID 16563138), destacou que a testemunha Rebeca Félix informou ser coordenadora de uma equipe que trabalhava com conteúdo, *design* e monitoramento na empresa AM4 e que o disparo de mensagens não fazia parte do leque de serviços oferecidos por sua empregadora. Salientou, ademais, que a testemunha reportou ter atuado no núcleo de produção dos conteúdos publicitários e que o disparo de mensagens jamais foi cogitado como estratégia de campanha e, por essas razões, defendeu a improcedência da ação, a aplicação de multa por litigância de má fé e a remessa de ofício à Procuradoria-Geral Eleitoral para adoção dos atos de persecução penal, tendo em vista o tipo previsto no art. 25 da Lei Complementar nº 64/90.

Antônio Hamilton Martins Mourão enfatizou (ID 16604238) que o depoimento de Rebeca Félix corroboraria as teses por ele trazidas em sua contestação, deixando claro não existir nos autos qualquer prova de contratação visando à realização de disparos em massa de mensagens via *WhatsApp* contra a campanha do PT, seja por parte dos componentes da chapa ou por parte de empresas ligadas a estes últimos. Nesse ponto, reforçou que a jurisprudência do TSE é pacífica no sentido de que a aplicação da sanção de inelegibilidade aos candidatos é personalíssima, pelo que sua imposição requer a participação ou anuência com o ato abusivo.

Concluiu que meras alegações ou suposições de ilícitos, não lastreados em provas concretas e robustas, não bastariam à formação de juízo de condenação capaz de elidir a legitimidade do mandato popular, tornando impossível o pedido de declaração de inelegibilidade e a cassação do registro ou diploma.

Luciano Hang reiterou suas teses defensivas (ID 16530538), como a falta de provas e o fato de o jornal Folha de S. Paulo apenas sugerir que teria “tomado conhecimento” da existência de tais contratos de



impulsioneamento. Acrescentou que o depoimento da testemunha Rebeca Félix teria deixado claro que nunca houve a participação do investigado ou de qualquer pessoa envolvida com a empresa Havan na preparação do conteúdo e no possível envio de mensagens pelo aplicativo *WhatsApp*.

A Coligação Brasil Soberano, em suas alegações (ID 16600438), sustentou, preliminarmente, a necessidade de conversão do julgamento em diligência. Em seguida, rememorou a decisão do então relator em 25.6.2019 (ID 12537038), quanto à negativa dos pleitos probatórios que consideravam imprescindíveis ao deslinde do caso, inclusive a oitiva do cidadão espanhol Luis Novoa, dono da empresa "EnviaWhatsapps". Enfatizou que a afirmação da testemunha Rebeca Félix sobre não ter havido impulsioneamento individual estaria dissociada da verdade, porquanto o representado Luciano Hang fora condenado pelo TSE em razão da citada prática irregular no *Facebook*. No mais, reiterou os argumentos declinados na exordial.

Requeru, ainda, a conversão do julgamento em diligência para fins de proceder à oitiva de Luis Novoa, dos proprietários das empresas Havan, AM4, *Quick Mobile*, *Yacows*, *Croc* e *SMS Market*, e à entrega de relatório contábil, relação de clientes, contratos, notas fiscais e todos os documentos necessários à demonstração das relações jurídicas, bem como à notificação à Folha de S. Paulo para o envio de notas fiscais que evidenciem os contratos da campanha de Jair Bolsonaro com as mencionadas empresas e, ao final, pleiteou a total procedência da ação.

O Ministério Público Eleitoral, **em seu parecer, manifestou-se pela rejeição das preliminares e, no mérito, pela improcedência da ação** (ID 16909538).

A coligação representante, por meio de petição (ID 17239488) protocolada em 7.10.2019, requereu a conversão do julgamento em diligência e a determinação à Polícia Federal para o envio de cópia de planilha, bem como documentações referentes às prestações de contas de Lilian Bernardino, Milla Fernandes, Débora Gomes, Naftali Tamar e Cleuzenir Barboza, supostas candidatas "laranjas" pelo PSL de Minas Gerais, tendo em vista reportagem do Jornal Folha de S. Paulo publicada em 6.10.2019.

Por decisão de 10.10.2019 (ID 17456588), o pedido da coligação foi indeferido sob o fundamento de que a reportagem do periódico Folha de S. Paulo cuidaria de suposto desvio "de dinheiro do esquema de candidatas-laranja do PSL em Minas Gerais [...] para abastecer, por meio de caixa 2, a campanha do Presidente Jair Bolsonaro", **enquanto esta ação se voltaria a apurar alegados disparos em massa, via aplicativo *WhatsApp*, de mensagens contra o Partido dos Trabalhadores**.

Demais disso, já constava deste feito relatório conclusivo (ID 16864788), datado de 25.9.2019, e parecer do ilustre representante do Ministério Público Eleitoral (ID 16909538), juntado em 30.9.2019, encontrando-se os autos conclusos desde então, para confecção do voto e inclusão em pauta de julgamento pelo Plenário.

A coligação representante, por meio de petição (ID 30796688) de 2.6.2020, requereu a reunião das AIJEs nºs 0601779-05.2018.6.00.0000; 0601968-80.2018.6.00.0000; 0601771-28.2018.6.00.0000 e 0601782-57.2018.6.00.0000, nos termos do art. 96-B da Lei nº 9.504/1997, para julgamento conjunto. Aduziu, em síntese, que as ações possuem a mesma causa de pedir consistente em irregularidades decorrentes da compra do serviço chamado "disparo em massa", usando a base de usuários do próprio candidato ou as bases vendidas por agências de estratégia digital.

Argumentou que, na hipótese vertente, a base fática das referidas ações seria a mesma, sendo imperioso acionar o disposto no art. 96-B da Lei das Eleições, notadamente para impedir a proliferação de decisões conflitantes ou contraditórias sobre os mesmos fatos e para ampliar o campo de incidência do manancial probatório soerguido no decorrer do *iter* processual.

Em 1º.9.2020, o feito foi a mim redistribuído, em razão do término do biênio de meu antecessor.

Em 1º.12.2020, a Procuradoria-Geral Eleitoral ofereceu parecer conjunto nos autos da AIJE nº 0601782-57.2018.6.00.0000 (ID 61034838), no qual manifestou-se, em síntese:

- i) pelo reconhecimento da conexão entre as AIJEs nº 0601779-05, nº 0601968-80, nº 0601771-28 e nº 0601782-57, reunindo-as para julgamento comum na forma do art. 96-B da Lei nº 9.504/97;
- ii) pela reabertura da instrução nas AIJEs nº 0601779-05 e nº 0601782-57;



iii) pela fixação da AIJE nº 0601771-28 como processo principal, tendo em vista que o despacho inicial ocorreu em data mais remota (19 de outubro de 2018), devendo ser concentrada nesse processo toda a instrução probatória;

iv) pelo deferimento da quebra dos sigilos bancários e fiscal, no período de 1º de julho a 30 de novembro de 2018, dos seguintes demandados: a) Luciano Hang; b) *Quick Mobile* Desenvolvimento e Serviços Ltda. (CNPJ nº 17.697.845/0001-80); c) *Yacows* Desenvolvimento de Software Ltda. (CNPJ n. 13.394.053/0001-86); d) *Croc Services* Soluções de Informática Ltda. (CNPJ nº 11.623.632/0001-28); e e) *SMSMarket* Soluções Inteligentes Ltda. (CNPJ nº 14.948.864/0001- 64);

v) pela análise do pedido de requisição de documentação formulado pela coligação representante na AIJE nº 0601779-05, indicando-se, desde já, manifestação favorável ao seu acolhimento.

Por sua vez, em 9.12.2020, o representado Jair Messias Bolsonaro juntou petição (ID 63619238) na qual noticiou ter sido julgada procedente ação de reparação por danos morais ajuizada por Luciano Hang contra a empresa Folha da Manhã e Patrícia Campos Mello, tendo por objeto exatamente a matéria jornalística na qual se ampara a propositura desta AIJE.

Após reproduzir excertos da sentença prolatada no Procedimento Comum Cível n.º 0306556-39.2018.8.24.0011/SC, argumentou que, a partir de ação judicial proposta no dia 22 de outubro de 2018, quatro dias após a publicação da referida reportagem e três dias após o protocolo desta AIJE, tendo o rito processual respeitado o contraditório, a ampla defesa e toda e qualquer produção probatória, a autora da reportagem e o canal de comunicação que veiculou a matéria, ambos no polo passivo da ação, foram capazes de demonstrar como prova para suas alegações, no curso da indicada ação judicial, tão somente um bloco de notas e algumas imagens de mensagens.

Consignou que o juízo da Vara Cível da Comarca de Brusque entendeu que a denúncia veiculada pela Folha de S. Paulo careceria de fontes de evidência objetivas e que os réus teriam assumido o risco de noticiar fatos que não ocorreram, arriscando a reputação de terceiros sem qualquer evidência senão relatos que dizem serem sigilosos. Apontam que, com base nessas ponderações, por entender que os réus não observaram, mormente durante o período eleitoral, o dever de cautela, foi decidido que a matéria em questão teve cunho difamatório, com a consequente condenação do veículo Folha da Manhã e de Patrícia Campos Mello ao pagamento de indenização no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

É o relatório.

VOTO

2) Breve introdução

O SENHOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (relator): Senhor Presidente, aos investigados Jair Messias Bolsonaro, Antônio Hamilton Martins Mourão e Luciano Hang foram imputadas as supostas práticas de abuso de poder econômico e o uso indevido dos meios de comunicação digitais, no pleito de 2018, acusações essas que se desdobraram em 4 (quatro) ações de investigação judicial eleitoral as quais, ainda que possuam um núcleo comum e sejam propostas com amparo no mesmo fundamento legal, guardam entre si relevantes diferenças quanto ao seu objeto, à sua extensão subjetiva e ao seu quadro probatório.

Conforme se relatou, nesta ação, movida pela Coligação Brasil Soberano contra Jair Bolsonaro, Hamilton Mourão, Luciano Hang e a Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos, com supedâneo no art. 22 da LC nº 64/90, alega-se que a chapa majoritária eleita, no curso da disputa eleitoral, teria sido amplamente favorecida diante da massiva utilização do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, mediante prática denominada “disparo em massa” de mensagens, veiculando-se informações falsas favoráveis aos dois primeiros investigados e prejudiciais ao Partido dos Trabalhadores e seu respectivo candidato. Segundo os autores, essa conduta, financiada por empresários apoiadores da campanha, comprometeu a paridade de



armas, seja por seu alcance ou pelos vultosos valores despendidos, que, ademais, não teriam sido informados na prestação de contas.

Encerrada a instrução, apresentadas as alegações finais e juntado o parecer do MPE, é esse o processo que ora se leva a julgamento.

Como se sabe, a temática relativa ao uso de mídias digitais e redes sociais ganhou novos contornos nas Eleições 2018, marco a partir do qual referidos meios assumiram protagonismo inédito nas campanhas – ao que parece, definitivo –, notadamente quanto aos atos de propaganda.

Como um dos efeitos colaterais dessa mudança de estratégia do jogo democrático, esta Justiça especializada passou a se defrontar com ações eleitorais – em especial a Ação de Investigação Judicial Eleitoral e a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – nas quais se pretende o reconhecimento da prática de ilícitos de campanha a partir da gestão dessas ferramentas.

No caso das Eleições 2018, especificamente quanto à chapa presidencial vencedora, entendo pertinente situar os eminentes pares acerca de todas as ações eleitorais sob minha relatoria em trâmite nesta Corte nas quais o Presidente e o Vice-Presidente da República figuram como investigados, de forma a melhor dimensionar o quadro geral desses feitos:

	AIJE 0601779-05	AIJE 0601782-57	AIJE 0601771-28	AIJE 0601968-80
INVESTIGANTE	Coligação Brasil Soberano	Coligação Brasil Soberano	Coligação O Povo Feliz de Novo	Coligação O Povo Feliz de Novo
INVESTIGADOS	- Jair Bolsonaro - Hamilton Mourão - Luciano Hang	- Jair Bolsonaro - Hamilton Mourão - Luciano Hang - Flávia Alves - Lindolfo Alves Neto - Antonio Pedro Freitas Borges - Janaína de Souza Freitas - Ivete Cristina Fernandes - William Esteves Evangelista	- Jair Bolsonaro - Hamilton Mourão - Luciano Hang - Flávia Alves - Lindolfo Alves Neto - Antonio Pedro Freitas Borges - Janaína de Souza Freitas - Ivete Cristina Fernandes - William Esteves Evangelista	- Jair Bolsonaro - Hamilton Mourão - Flávia Alves - Lindolfo Alves Neto - Marcos Aurélio Carvalho
		- Contratação de empresas especializadas em <i>marketing</i> digital (<i>Quick</i>		



FATO	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de empresas especializadas em <i>marketing</i> digital (<i>Quick Mobile</i>, <i>Yacows</i>, <i>Croc Services</i> e <i>SMSMarket</i>) por empresas apoiadoras de Jair Bolsonaro para disparo de mensagens via <i>WhatsApp</i> contra o PT, seus candidatos e a respectiva coligação, bem como contra o candidato do PDT. 	<i>Mobile</i> , <i>Yacows</i> , <i>Croc Services</i> e <i>SMSMarket</i>) por empresas apoiadoras de Jair Bolsonaro para disparo de mensagens via <i>WhatsApp</i> contra o PT, seus candidatos e a respectiva coligação, bem como contra o candidato do PDT.	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de empresas especializadas em <i>marketing</i> digital (<i>Quick Mobile</i>, <i>Yacows</i>, <i>Croc Services</i> e <i>SMSMarket</i>) por empresas apoiadoras de Jair Bolsonaro para disparo de mensagens via <i>WhatsApp</i> contra o PT e seus candidatos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de empresas de tecnologia (<i>Yacows</i>, <i>Kiplix</i> e AM4 Informática) para serviço de disparos em massa de mensagens de cunho eleitoral pelo aplicativo <i>WhatsApp</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de base de dados de usuários fornecida por empresas de estratégia digital. - Doação não declarada de pessoa jurídica. - Utilização de valores acima do limite máximo permitido para gastos nas eleições. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização indevida de perfis falsos para propaganda eleitoral (uso indevido dos meios de comunicação). - Compra irregular de cadastro de usuários. - Montagem de uma estrutura piramidal de comunicação, com emprego de robôs e números de telefone estrangeiros. - Doação de pessoa jurídica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização indevida de perfis falsos para propaganda eleitoral (uso indevido dos meios de comunicação). - Compra irregular de cadastro de usuários. - Montagem de uma estrutura piramidal de comunicação, com emprego de robôs e números de telefone estrangeiros. - Doação de pessoa jurídica. - Abuso de poder econômico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso fraudulento de nome e CPF de idosos para registrar <i>chips</i> de celular e garantir disparos em massa (compra irregular de cadastro de usuários). - Suposto uso de robôs para disparo em massa. - Subcontratação de agências pela AM4, que é a maior fornecedora da campanha dos candidatos representados. - Doação de pessoa jurídica. - Abuso de poder econômico.



		- Abuso de poder econômico.		
FASE ATUAL	<ul style="list-style-type: none"> - Instrução probatória encerrada em 9.9.2019. - Processo em julgamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instrução probatória encerrada em 4.11.2020. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instrução probatória em andamento. - Por decisão do então Relator, aguarda desde 1º. 7.2020 a resposta do e. Ministro Alexandre de Moraes sobre a possibilidade de compartilhamento dos frutos das diligências determinadas por Sua Excelência no âmbito do Inquérito nº 4.781 /DF. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instrução probatória em andamento. Por decisão do então Relator, aguarda desde 1º. 7.2020 a resposta do e. Ministro Alexandre de Moraes sobre a possibilidade de compartilhamento dos frutos das diligências determinadas por Sua Excelência no âmbito do Inquérito nº 4.781 /DF.

Feitas essas considerações preliminares, e diante dos múltiplos argumentos das partes e da complexidade das matérias postas, passo ao exame do caso, **iniciando pelas questões prejudiciais ao mérito previamente rejeitadas e reiteradas em alegações finais, em observância ao rito da Res.-TSE nº 23.478/2016.**

PRELIMINARES

3) Extinção de ações em virtude de litispendência

O representado Luciano Hang suscitou a litispendência desta ação com a AIJE nº 0601771-28.2018.6.00.0000, em virtude do que requereu a improcedência do pedido ou a sua reunião àqueles autos.

Rogando vênias aos que pensam de modo diverso, entendo que razão não assiste ao investigado.

Como se sabe, referido instituto processual encontra-se normatizado no art. 337 do CPC/2015, cujos §§ 1º a 3º estabelecem, de modo claro, que a litispendência ocorre quando se reproduz ou se repete ação judicial idêntica que já está em curso, estando a identidade caracterizada, geralmente, quando houver coincidência de partes, causa de pedir e pedidos em ambos os feitos. Confira-se:

Art. 337. [omissis]

[...]



§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

§ 2º Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

§ 3º Há litispendência quando se repete ação que está em curso.

Conforme lembram os processualistas Fredie Didier Júnior e Hermes Zanetti Júnior, “[...] a tríplice identidade dos elementos da demanda é apenas o caso mais emblemático de litispendência [...]” e pode ocorrer quando haja repetição de ações, sendo que nesses casos “[n]ão são duas ou mais demandas com os mesmos elementos; na verdade, é a mesma demanda que deu origem a dois ou mais processos distintos” (DIDIER JUNIOR, Fredie; ZANETTI JUNIOR, Hermes. *Curso de direito processual civil: processo coletivo*. 3. Ed. Bahia: JusPodivm, 2020, pp. 201 e 202.).

Na hipótese dos autos, conforme o quadro reproduzido no tópico imediatamente acima, parece evidente que na espécie é inexistente a litispendência entre a ação judicial em julgamento e a AIJE nº 0601771-28, seja porque distintas as partes, seja porque não há repetição de ação que já esteja em curso.

Por um lado, não se desconhece que ambas as ações se originaram de uma mesma matéria jornalística publicada pelo jornal Folha de S. Paulo em 18.10.2018 e intitulada *Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp*. Da mesma forma, partem de um mesmo fato essencial: a suposta contratação de empresas de publicidade para o disparo maciço e automatizado de mensagens com conteúdo falso via *WhatsApp*. Argumenta-se que tais contratações teriam sido feitas por pessoas jurídicas pertencentes a apoiadores da chapa de Jair Bolsonaro e que as mensagens teriam disseminado informações mentirosas prejudiciais aos seus adversários, em especial o candidato do PT.

Também os pedidos aduzidos são similares: requer-se, ao fim, a incidência das sanções previstas no art. 22, inciso XIV, da Lei Complementar nº 64/90, quais sejam, a cassação do registro ou do diploma dos candidatos eleitos, Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, bem como a declaração da inelegibilidade pelo período de 8 (oito) anos subsequentes ao pleito eleitoral de 2018 de todos os réus que tenham contribuído para a prática abusiva.

Todavia, além de os autores serem distintos e de o polo passivo da AIJE nº 0601771-28 ser mais amplo (contando com nove representados, quando esta ação possui três), saliento – e aqui o traço distintivo me parece determinante – que as imputações em cada um dos feitos são diferentes, ainda que possam a princípio guardar certa semelhança.

Com efeito, rememoro que nesta ação atribui-se aos investigados a (i) contratação de empresas especializadas em *marketing* digital por empresas apoiadoras de Jair Bolsonaro para disparo de mensagens via *WhatsApp* contra o PT, seus candidatos e a respectiva coligação, bem como contra o candidato do PDT; (ii) a utilização de base de dados de usuários fornecida por empresas de estratégia digital; (iii) a doação não declarada de pessoa jurídica; e a (iv) utilização de valores acima do limite máximo permitido para gastos nas eleições.

Por sua vez, na AIJE nº 0601771-28, os fatos imputados apresentam contornos mais amplos, alegando-se, em suma, que os réus procederam (i) ao disparo de mensagens via *WhatsApp* contra o PT; (ii) à utilização indevida de perfis falsos para propaganda eleitoral (uso indevido dos meios de comunicação); (iii) à compra irregular de cadastro de usuários; (iv) à montagem de uma estrutura piramidal de comunicação, com emprego de robôs e números de telefone estrangeiros (v) à doação de pessoa jurídica; (vi) ao abuso de poder econômico.

Conforme é possível notar, a utilização indevida de perfis falsos para propaganda eleitoral e a montagem da estrutura piramidal de comunicação alegadamente irregular não consubstanciam objeto da AIJE nº 0601779-05.

Como se vê, ainda que haja pontos de intersecção, não há perfeita superposição das ações, o que afasta a hipótese de litispendência.

Em acréscimo, cumpre ressaltar que esta Corte Superior já assentou em oportunidades anteriores não haver litispendência entre ações eleitorais as quais, conquanto calcadas em hipóteses bastante similares, não possuem as mesmas partes, causa de pedir e pedido. É como se verifica, a título demonstrativo, nos seguintes precedentes:



AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES DE 2018. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA. PRELIMINARES. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. LITISPENDÊNCIA. REJEIÇÃO. DEPOIMENTO PESSOAL. MEIO DE PROVA. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. CONSENTIMENTO DA PARTE. ADMISSIBILIDADE. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. ELEMENTOS. CARACTERIZAÇÃO. USO. RECURSOS PÚBLICOS OU PRIVADOS. GRAVIDADE. DESEQUILÍBRIO DO PLEITO. ENGAJAMENTO. EMPRESÁRIO. CAMPANHA DE CANDIDATO. VEICULAÇÃO. CRÍTICAS. LIMITES TOLERÁVEIS DO EMBATE ELEITORAL. POSSIBILIDADE. PRESERVAÇÃO DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES NA DISPUTA. COAÇÃO. EMPREGADOS. INICIATIVA PRIVADA. CONFIGURAÇÃO. ATO ABUSIVO. EXIGÊNCIA. PROVA SEGURA. MANIFESTO CONSTRANGIMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA.

1. A petição inicial é apta quando presentes seus elementos essenciais (partes, causa de pedir e pedido) e ausentes os vícios previstos no art. 330, § 1º, do CPC/2015, de modo a possibilitar às partes o exercício do contraditório e da ampla defesa, bem como o esclarecimento dos fatos no curso da instrução processual.

2. Há litispendência quando se repete ação em curso, de acordo com a tríplice identidade – partes, causa de pedir e pedido –, conquanto possa ser reconhecida entre ações eleitorais quando houver identidade com a relação jurídica-base das demandas. Nesse sentido: RO nº 932–34/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJE de 18/12/2017 e REspe nº 3–48/MS, Rel. Min. Henrique Neves da Silva, DJE de 10/12/2015.

[...]

10. Ação de Investigação Judicial Eleitoral que, rejeitadas as questões preliminares, se julga improcedente.

(AIJE nº 060175489/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 20.3.2019. Sem destaques no original.)

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL COM AGRAVO. PREFEITO E VICE.ÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO (ART. 41-A DA LEI DAS ELEIÇÕES) E ABUSO DO PODER ECONÔMICO. CONFIGURAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADOS DE SÚMULAS Nº 7/STJ E Nº 279/STF. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DESPROVIMENTO.

1. As sanções decorrentes da prática de captação ilícita de sufrágio e de abuso do poder econômico incidem nas hipóteses em que o agente eleitoral tem ciência inequívoca da infração conforme assentado à luz do caso concreto.

2. No caso sub examine, o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, soberano na análise das provas, concluiu;

a) Ante as circunstâncias do caso concreto, que houve prática de abuso do poder econômico lastreado na captação ilícita de sufrágio.

b) Assentou a inequívoca ciência do Autor com relação à distribuição das vantagens aos eleitores e à existência da gravidade das condutas para influenciar no resultado do jogo político.

3. Consectariamente, para modificar essas conclusões da instância regional, seria necessário proceder ao reexame da matéria fático-probatória dos autos, providência incabível na via especial, nos termos das Súmulas nos 279/STF e 7/STJ.



4. A simples reiteração de argumentos já analisados na decisão agravada e o reforço de alguns pontos, sem que haja no agravo regimental qualquer elemento novo apto a infirmá-la, atraem a incidência do Enunciado da Súmula nº 182 do STJ.

5. Frise-se, por oportuno, que os fatos trazidos na presente AIME, embora semelhantes àqueles narrados na AIJE nº 293-92 (também de minha relatoria), são mais abrangentes na medida em que envolvem, além da distribuição de bonés, camisetas e viseiras, a realização de atendimentos médicos em prol da candidatura dos Impugnados. Precisamente por isso, não se revela possível cogitar-se litispendência entre as referidas ações, cujo reconhecimento, em algumas hipóteses, está em discussão nesta Corte.

6. Agravo regimental desprovido.

(AI em AgR nº 513/PI, Relator Ministro Luiz Fux, DJe de 14.9.2016. Sem destaques no original.)

Exigindo a tríplice identidade para o reconhecimento da litispendência, aponta-se ainda o AI em AgR nº 060088384/BA, Relator Ministro Sérgio Silveira Banhos, DJe de 5.8.2020, a AIJE nº 154781/DF, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe de 12.9.2018, e o REspe nº 65225/GO, Relatora designada Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 2.5.2016.

Encaminhando-me para a conclusão do tópico, faço uma última anotação.

É certo que as alterações introduzidas na disciplina das ações eleitorais pela Lei Complementar nº 135/2010 e pela Lei nº 13.165/2015 trouxeram inovações doutrinárias e jurisprudenciais relevantes, verificando-se um movimento de aproximação da disciplina do processo coletivo – o que fez surgir compreensões no sentido da possibilidade de reconhecer-se a litispendência com base na similaridade da relação jurídica-base ou na coincidência apenas das causas de pedir e dos pedidos.

Todavia, tal não me parece adequado ao caso em exame.

Com efeito, isso não apenas por todas as razões elencadas nos parágrafos anteriores, mas também porque ter-se-ia o nefasto efeito de alijar da discussão um dos legitimados ativos para a propositura da lide – qual seja, a Coligação Brasil Soberano, proponente desta ação de investigação judicial eleitoral.

Nesse aspecto, vale conferir as considerações tecidas por Roberta Maia Gresta:

Não se discorda, aqui, da premissa: as ações eleitorais que podem conduzir ao impedimento ou extinção de candidaturas, diplomas e mandatos têm caráter coletivo, porque dizem respeito à representatividade política. Ademais, seu manejo é entregue a representantes adequados, que substituem os principais interessados – a saber, eleitores e, mesmo, a população potencialmente governada ou representada pelo candidato ou eleito. Mas **é precisamente em decorrência da adoção do modelo de representação adequada que se torna temerário pronunciar a litispendência com base na coincidência de causa de pedir e pedido. Afinal, essa medida converte o legitimado que primeiro age em titular absoluto da prerrogativa de formatar e conduzir a discussão de uma questão coletiva. Combinado com a legitimidade disjuntiva, esse entendimento sobre a configuração da identidade de ações faz com que mesmo os demais legitimados ativos fiquem impedidos de integrar o debate judicial.**

(O problema da identidade entre ações eleitorais: da litispendência e da coisa julgada à ação temática eleitoral. Revista Ballot, v. 2, n. 1, 2016, p. 17. Sem destaques no original.)

O conjunto fático, quando examinado, aliado ao sólido entendimento do TSE firmado ao longo do tempo, conduz, pois, à conclusão de que não há falar em litispendência.

4) Reunião de ações em razão de conexão e de continência



Passo à análise do pedido de reunião das AIJEs nº 0601779-05, nº 0601968-80, nº 0601771-28 e nº 0601782-57, em virtude da conexão.

O Código de Processo Civil de 2015, ao dispor sobre o instituto da conexão e seus efeitos, trouxe a seguinte disciplina:

Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

§ 1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

§ 2º Aplica-se o disposto no caput:

I - à execução de título extrajudicial e à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico;

II - às execuções fundadas no mesmo título executivo.

§ 3º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

Conforme se vê, o legislador preocupou-se que, em se tratando de ações com causa de pedir ou pedido comum, a harmonia dos julgados seja sempre preservada – tanto que orientou a reunião até mesmo entre lides sem conexão, contanto que o julgamento apartado destas últimas possa ensejar decisões conflitantes ou contraditórias. A proteção da coerência da função jurisdicional consiste, portanto, na razão primeira e mais fundamental para a reunião de feitos conexos, de forma a preservar a organicidade e a uniformidade da atuação jurisdicional.

Além dessa motivação mais evidente, há também uma outra igualmente importante: a economia processual.

A respeito dessas duas principais razões de ser da conexão, bem como da sua consequência, assinala Daniel Amorim Assumpção Neves:

A primeira e inegável vantagem aferida com o fenômeno da conexão é evitar que decisões conflitantes sejam proferidas por dois juízos diferentes. A existência de decisões conflitantes proferidas em demandas que tratem de situações similares, é naturalmente, motivo de descrédito ao Poder Judiciário, podendo inclusive gerar problemas práticos de difícil solução.

Por outro lado, é inegável que a reunião de duas ou mais demandas perante somente um juiz favoreça no mais das vezes a verificação do princípio da economia processual, já que os atos processuais serão praticados somente uma vez, o que se mostrará mais cômodo ao Poder Judiciário (funcionará apenas uma estrutura – juiz, escrivão, cartório etc.) e às partes e terceiros que tenham dever de colaboração com a Justiça (p.ex., testemunhas, que só prestarão depoimento uma vez). Com a prática de atos processuais que sirvam a mais de um processo, é evidente que haverá otimização do tempo e em razão disso respeito ao princípio da economia processual.

A questão da economia processual, entretanto, deve ser considerada de forma secundária, seja pelo maior relevo que se dá à harmonização dos julgados, seja porque nem sempre a reunião de processos conexos representará a concretização de tal princípio.

(NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito Processual Civil*. Salvador: JusPodivm. 8.ed. p. 206)



Chamo a atenção para o ponto em que o doutrinador afirma que nem sempre a reunião dos feitos conexos representará a concretização do princípio da economia processual, posto que esse consubstancia, como se explicará adiante, um dos principais fundamentos a sustentar a não reunião das AIJEs sob exame.

Assentadas as motivações por trás da conexão e dos seus efeitos, incumbe destacar que o julgamento conjunto de processos conexos não constitui uma obrigatoriedade. Isso porque

[...] [a] conexão é fenômeno processual que ocorrerá sempre que entre duas ou mais demandas houver a identidade de causa de pedir ou do pedido. Esse é o objeto do fenômeno, seu conteúdo. Não se deve confundir o fenômeno da conexão com a sua consequência, ou seja, com o seu efeito, que será a reunião dos processos perante um só juízo para julgamento conjunto. Como se sabe, o conteúdo não se confunde com o efeito, até mesmo porque o efeito de um instituto é fenômeno externo a ele, enquanto o conteúdo pertence ao seu interior. Esse esclarecimento inicial se faz necessário para que não haja indevidas confusões entre a conexão e a reunião de processos gerada pela conexão, que são fenômenos processuais diferentes.

(NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito Processual Civil*. Salvador: JusPodivm. 8.ed. 2006. p. 203)

Não é porque existe conexão que dois ou mais processos necessariamente deverão ser reunidos para instrução e julgamento conjunto. Desde que restem assegurados os já indicados valores da harmonia entre os julgados e da economia processual, a incidência do efeito da reunião de processos consubstancia escolha do magistrado, o qual, observando os requisitos legais, deverá analisar a oportunidade e a conveniência de fazê-lo. Nesse sentido,

[...] [é] importante lembrar o entendimento tranquilo do Superior Tribunal de Justiça no sentido de existir um verdadeiro juízo de conveniência baseado em discricionariedade na reunião de ações conexas, deixando suficientemente claro não ser obrigatório tal reunião no caso concreto (STJ, 4ª Turma, REsp 1.278.217/MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 16.02.2012, DJe 13.03.2012; STJ, 3ª Turma, REsp 1.226.016/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 15.03.2011, DJe 25.03.2011).

Nesse juízo de conveniência e oportunidade cabe ao juiz a análise dos benefícios e malefícios da reunião das ações conexas perante o juízo prevento.

[...]

Mas a reunião das ações conexas perante o juízo prevento pode também gerar prejuízos e males que devem ser levados em conta no caso concreto para se decidir pela geração ou não do efeito da conexão.

(NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo Código de Processo Civil Comentado – artigo por artigo*. Salvador: JusPodivm, 2016. p. 80)

Infere-se que, caso a reunião dos processos conexos possa trazer prejuízos à coerência dos julgados e/ou tumultuar e atrasar a marcha processual, o magistrado encontra-se autorizado a determinar que as tramitações prossigam separadamente.

Na esfera do direito eleitoral, o qual vem se deparando com doutrina e alguns julgados em prol da aproximação com a dinâmica dos processos coletivos, mesmo em precedente em que se adotou uma compreensão mais próxima daquela conferida às ações coletivas, ressaltou-se a inexistência de obrigatoriedade da reunião de toda e qualquer ação conexa.

Foi como entendeu o eminente Ministro Henrique Neves por ocasião do julgamento do RESPE nº 3-48/MS, DJe de 10.12.2015, *leading case* no qual o TSE decidiu que “a reunião dos processos em razão da



conexão ou continência verificada, conquanto sejam úteis e devam ser aplicadas sempre que possível, não são suficientes para solucionar todas as hipóteses de multiplicidade de ações judiciais, especialmente quando há distanciamento temporal entre a propositura das ações.”. Confirmam-se *in verbis* as considerações tecidas por Sua Excelência naquela oportunidade acerca do instituto em questão:

A multiplicidade de feitos judiciais é resolvida pelas regras da conexão ou continência, cabendo ao juiz determinar a reunião dos processos, a fim de evitar decisões conflitantes (CPC, art. 105).

Entretanto, os procedimentos eleitorais devem ser céleres (CF, art. 5º, LVXXIII, c.c. a Lei nº 9.504/97, art. 97-A) e a aplicação das regras do processo civil se dá de forma meramente subsidiária.

Daí porque, em determinadas situações – por exemplo, quando um feito já se encontra em fase avançada, próximo da sentença, e há o ajuizamento de outro – a reunião dos processos não se mostra recomendável ou producente.

Em certas ocasiões, inclusive, é possível que o ajuizamento de determinado feito ocorra quando o anterior que tenha versado sobre os mesmos fatos já tenha sido julgado e esteja sendo discutido nas instâncias superiores, em grau de recurso.

Essa hipótese, aliás, é mais comum quando há o ajuizamento de ação de impugnação de mandato eletivo após a diplomação por fatos que já tenham sido tratados em ação de investigação judicial eleitoral anteriormente apreciada.

Assim, **a reunião dos processos em razão da conexão ou continência verificada, conquanto sejam úteis e devam ser aplicadas sempre que possível, não são suficientes para solucionar todas as hipóteses de multiplicidade de ações judiciais, especialmente quando há distanciamento temporal entre a propositura das ações.**

Esboçando idêntica convicção quanto à facultatividade da reunião dos feitos conexos, reproduzo ainda o seguinte acórdão do Tribunal Superior Eleitoral:

ELEIÇÕES 2016. RECURSOS ESPECIAIS ELEITORAIS COM AGRAVO. DIREITO ELEITORAL. PREFEITO E VICE-PREFEITO ELEITOS. PRÁTICA DE CONDUTA VEDADA E ABUSO DO PODER POLÍTICO. PRELIMINARES REJEITADAS. PARCIAL PROVIMENTO. CASSAÇÃO MANTIDA. AÇÕES CAUTELARES PREJUDICADAS. NOVAS ELEIÇÕES.

[...]

6. Ausente a violação ao art. 96-B da Lei nº 9.504/1997. Embora, sempre que possível, ações eleitorais que tratem de fatos idênticos ou similares devam ser reunidas e julgadas em conjunto, tal reunião não é obrigatória. Desse modo, da inobservância dessa orientação não resulta, por si só, a invalidação das decisões judiciais. Precedentes.”

(AI nº 28.353/RJ, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, DJe de 31.5.2019. Sem destaques no original.)

RECURSOS ORDINÁRIOS. ELEIÇÕES 2010. REPRESENTAÇÃO. DEPUTADO ESTADUAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA E INEQUÍVOCA. RECURSOS ORDINÁRIOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.



1. A conveniência, ou não, da reunião dos processos, decorrente de eventual conexão ou continência – art. 105 do Código de Processo Civil –, é faculdade do juiz, porquanto cabe a este administrar o iter processual.

2. Na hipótese, não há conveniência, porquanto os autos supostamente conexos encontram-se em fases processuais distintas.

3. No tocante à inexistência de ilicitude quanto à busca e apreensão perpetrada pela Polícia Federal, constata-se a ausência de interesse recursal, pois o Tribunal a quo acolheu a referida pretensão nos exatos termos requeridos.

4. O conjunto fático-probatório - prova testemunhal e material - não é suficiente à caracterização da prática da captação ilícita de sufrágio, preconizada no art. 41-A da Lei nº 9.504/97.

5. Recursos ordinários conhecidos e desprovidos.

(RO nº 151449/AP, Relatora a Ministra Laurita Vaz, DJe de 7.8.2013. Sem destaques no original.)

No caso em julgamento, ainda que de fato seja possível constatar a existência de um mesmo fato essencial a amparar a propositura de todas as quatro ações de investigação judicial eleitoral – qual seja, a contratação de empresas de tecnologia para serviços de disparos em massa de mensagens de cunho eleitoral por meio do aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*, entendo que a reunião das quatro AIJEs para julgamento conjunto não constitui a opção mais acertada.

Isso porque, conforme se detalhará nos próximos parágrafos, a tramitação e a apreciação em bloco gerariam tumulto processual significativo, impactando severamente a celeridade e outros valores igualmente caros à ordem constitucional e ao direito eleitoral, quando a instrução e o julgamento dos feitos pelo mesmo relator bastariam para resguardar a contento os bens jurídicos tutelados pelo ordenamento e garantir a coerência e unicidade dos julgamentos.

Registro a primeira dificuldade: as ações de investigação judicial eleitoral encontram-se em fases distintas do *iter* processual, valendo novamente conferir, para breve relance, o quadro comparativo transcrito no item “02” supra.

Esta AIJE já teve a instrução encerrada e conta com alegações finais e parecer pela improcedência da douta Procuradoria-Geral Eleitoral.

A AIJE nº 0601782-57.2018.00.0000 teve sua instrução encerrada e já conta com memoriais e parecer do MPE – nesses autos, todavia, a manifestação é pela reabertura da instrução probatória, reunião dos processos em virtude da conexão e pelo deferimento do compartilhamento de provas entre todos os quatro processos.

As AIJEs nºs 0601771-28.2018.00.0000 e 0601968-80.2018.6.00.0000, por sua vez, encontram-se com a instrução em andamento: aguarda-se em ambas a resposta do **eminente Ministro Alexandre de Moraes sobre o compartilhamento dos frutos das diligências determinadas por Sua Excelência no âmbito do Inquérito nº 4.781/DF, em trâmite no Supremo Tribunal Federal.**

Consultado pelo TSE sobre (i) se já estão concluídas as perícias decorrentes das diligências de busca e apreensão e quebra dos sigilos bancário e fiscal determinadas no âmbito do procedimento investigativo e, em caso afirmativo, (ii) se as provas produzidas, no todo ou parcialmente, guardam pertinência temática com esta ação de investigação judicial eleitoral, hipótese na qual esta Corte solicita compartilhamento da informação, Sua Excelência o Ministro Alexandre de Moraes consignou que as diligências e apurações em questão encontram-se em curso e que, assim que concluídas, aquele Relator examinará a existência de pertinência temática e o eventual compartilhamento.

Ante tal esclarecimento, o então Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral Ministro Og Fernandes determinou, em decisões datadas de 1º.7.2020 (IDs 35433688 e 35433738), que se aguardem o fim das perícias no Inquérito nº 4.781/DF e o envio de novos elementos pelo Supremo Tribunal Federal.



Pende, ainda, nessas duas últimas AIJEs, pedido de compartilhamento de toda documentação inerente à investigação interna conduzida pelo *Facebook* e às diligências realizadas pelos órgãos investigativos no bojo dos Inquéritos nº 4.781/DF e nº 4.828/DF, deduzido pela parte representante, o qual ainda não foi apreciado por esta Corregedoria e conta com manifestação do *Parquet* Eleitoral pela rejeição do requerimento, dada a impossibilidade de alteração objetiva da demanda após o implemento do prazo decadencial para a propositura do feito.

As AIJEs nº 0601779-05 e nº 0601782-57 encontram-se, portanto, em fase muito avançada, já maduras para julgamento. As AIJEs nºs 0601771-28 e 0601968-80, por sua vez, possuem fases instrutórias ainda em curso e cujo prazo para encerramento é absolutamente impossível prever. A depender daquilo que se apurar no Inquérito nº 4.781/DF e eventualmente for compartilhado pelo STF com o TSE, é possível que haja novos desdobramentos e, por extensão, novos pedidos de produção de prova, os quais poderão arrastar ainda mais a solução daquelas controvérsias – amarrar o desfecho daquelas duas primeiras ao andamento dessas duas últimas é medida que apenas prejudicará o interesse coletivo na estabilidade institucional e na celeridade da prestação jurisdicional.

A diversidade de fases processuais, por sua vez, desemboca também em dificuldades para conciliar o desenrolar das instruções probatórias.

Nessa seara, a reunião das AIJEs mostra-se desaconselhável porque, dado o grande número de pessoas que se tornariam envolvidas e as atividades instrutórias e as diligências ainda pendentes, somadas às que poderiam surgir, a célere e eficiente solução do conflito ficaria indubitavelmente prejudicada, indo mais uma vez contra o interesse público maior – qual seja, o julgamento em tempo adequado a garantir o resultado da eleição presidencial de 2018, com a procedência ou improcedência da AIJE, dando estabilidade ao país.

As quatro ações de investigação judicial eleitoral envolvem 10 (dez) réus diferentes, os quais não são parte em todas as ações. Apenas Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão figuram em todas elas. Luciano Hang é réu em 3 (três). Os demais são parte em 1 (uma) ou 2 (duas) das ações. Dois dos processos (nºs 0601771-28.2018 e 0601782-57.2018) contam com 9 (nove) representados.

Segundo penso, reunir as ações tumultuária sobremaneira o andamento processual, vez que, em todas elas, é preciso conceder aos réus o direito de se manifestar sobre qualquer documento ou alegação nova, juntando aos autos documentos e alegações não necessariamente relevantes para os desfechos de todos os processos. Isso traria grande impacto e atraso para os processos que já contam com a dilação probatória encerrada, sem significar qualquer acréscimo significativo para a sua solução.

Esta ação, por exemplo, é mais simples e conta com apenas 3 (três) integrantes no polo passivo. Nada obstante, já tramita há mais de 2 anos. Reunidos os feitos para apreciação conjunta, seu julgamento teria de aguardar 9 (nove) pessoas se manifestarem sobre qualquer documento ou alegação nova, em petições muitas vezes de conteúdos idênticos e que nada trazem de novo, em dois dos autos conexos.

A AIJE nº 0601779-05.2018 (presente caso) e a AIJE nº 0601782-57.2018, por sua vez, não tiveram seu andamento atrelado ao inquérito que corre no STF e poderiam ser solucionadas desde já. Uni-las às duas primeiras implicaria atrasar por tempo indeterminado o desfecho de duas lides que já se encontram maduras para julgamento.

Não fosse o suficiente, caso se opte por trazer os elementos de provas eventualmente obtidos nas ações nºs 0601771-28.2018 e 0601968-80.2018 para as ações nºs 0601779-05.2018 e 0601782-57.2018, seria necessário abrir vista para todos os representados destes dois últimos processos, e agora aqueles feitos ficariam com seu desenvolvimento comprometido enquanto não se concluíssem as diligências obrigatórias nas duas outras lides.

Além disso, as AIJEs nºs 0601771-28.2018 e 0601968-80.2018 contam com pedidos de compartilhamento de provas produzidas acerca do impulsionamento de conteúdo no *Facebook* nos inquéritos nºs 4.781/DF e 4.828/DF, ainda não apreciados.

Mais uma vez, repisem-se os atrasos e efeitos deletérios para o andamento processual das duas ações que já se encontram com instrução concluída. É possível inclusive que os elementos eventualmente colhidos no Inquérito nº 4.781/DF deem ensejo a novos pedidos de produção de prova que protraíam ainda mais no tempo a solução da controvérsia.

A diversidade de conjuntos probatórios, a necessidade de dar-se vista de todos os documentos juntados a ao menos 9 (nove) pessoas nos autos nºs 0601782-57.2018 e 0601771-28.2018 – isso sem cogitar



compartilhamento de provas – e as perspectivas de desdobramentos nos autos nºs 0601968-80.2018 e 0601771-28.2018, advindos das apurações a serem feitas no Inquérito nº 4.781/DF permitem vislumbrar um quadro muito complexo, intrincado e moroso, observada sempre a máxima vênica, caso se opte pela reunião das ações de investigação judicial eleitoral.

Em que pese a regra geral do art. 96-B da Lei nº 9.504/97 disponha que serão reunidas para julgamento comum as ações eleitorais propostas por partes diversas sobre o mesmo fato, o dispositivo comporta interpretação – conforme os precedentes –, e no caso concreto penso que a celeridade, a organicidade dos julgamentos, o bom andamento da marcha processual e o relevante interesse público envolvido, recomendam seja mantida a separação.

Nesse sentido, como bem apontou o eleitoralista Luiz Fernando Casagrande Pereira ao discorrer sobre o art. 96-B do Código Eleitoral, esta regra de conexão

[...] deve ser ponderada, especialmente no Direito Eleitoral, à luz dos princípios da efetividade e da celeridade. Os processos não podem ser reunidos quando houver ofensa aos princípios da efetividade e da duração razoável do processo.

[...]

Assim, é necessário separar a conexão de seu *efeito jurídico* (reunião de processos). Mesmo constatada a *conexão*, o *efeito jurídico* não se justifica se já tiver havido, em relação a qualquer um, julgamento na instância de origem. Isso significa que não se pode reunir processos se um já estiver pronto para julgamento e o conexo estiver ainda no início. Haveria violação à efetividade e à celeridade.

(*Ações eleitorais*: atualidades sobre conexão, continência, litispendência e coisa julgada. Revista Ballot: Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, pp. 251-279, set./dez. 2015. Sem destaques no original.)

Note-se que as necessidades de efetivação da segurança jurídica e do princípio democrático recomendam que as ações com potencial para a cassação de mandatos cheguem a um termo final sempre no prazo mais exíguo possível, a fim de que os representantes eleitos possam exercer os poderes a eles conferidos de forma incontestada e sem sobressaltos.

A confiança nas instituições e a estabilidade delas constituem bens jurídicos basilares e fundamentais para qualquer democracia, valores dos mais caros a qualquer nação, razão pela qual, eventuais turbacões ou questionamentos quanto a sua plenitude devem ser extirpadas rapidamente, quando não evitados ao máximo.

Sacrificar a celeridade na resolução da lide em prol da continuidade das investigacões e, portanto, prolongar no tempo a insegurança jurídica e a instabilidade institucional é escolha que requer a existência de argumentos, indícios e provas deveras robustos, capazes de efetivamente colocar em severa dúvida o resultado das eleições.

Imperioso ter em mente que,

[n]a prestação do serviço jurisdicional, o Estado tem de prover o processo judicial de efetividade e tempestividade, pois o atraso pode significar a negativa do acesso ao Poder Judiciário e à defesa de direitos.

Assim é que o direito processual também deve ter em vista a legitimidade das eleições, de forma a não permitir que uma perspectiva individualista das normais processuais conduza à desqualificação do processo eleitoral como um todo. Se, por um lado, não se pode perder de vista que o devido processo legal exige garantias individuais (tais como a ampla defesa, contraditório, duplo grau de jurisdição), ele também tem de ser balanceado pela necessidade de agilidade exigida pelas eleições. Estas se dão em período curto e representam momento de estresse organizacional na administração público e cívico na sociedade pelo volume de atividades e pelas mudançãs que acarretam, cujo fim não pode ficar em aberto e deve ser certo. Essa direção deve ser assumida no direito eleitoral sob a égide do princípio da celeridade processual.



[...]

A celeridade exigida do processo eleitoral é uma decorrência lógica dos princípios do acesso ao judiciário e da razoável duração do processo, conjugados com a realidade material das eleições. A aceitar um direito processual moroso no âmbito eleitoral, estaríamos ferindo de morte o direito à Justiça (acesso ao Judiciário), pois todas as decisões seriam inócuas ou inoportunas.

[...]

Processos judiciais que versem sobre questões eleitorais têm que ser decididos da maneira mais rápida possível, respeitando ao máximo o período eleitoral. [...] **O abuso de poder, pela sua natureza, exige uma prova mais robusta e tem consequências mais graves (cassação da candidatura e suspensão dos direitos políticos), e, portanto, demandam a formação de um conjunto probatório com respeito à ampla defesa. Assim, exige mais tempo. Entretanto, também não pode ser o mesmo tempo de um rito ordinário, vez que essas decisões devem ser tomadas preferencialmente antes das eleições, para evitar a 'eleição de candidato cassado' e consequente nulidade de votos e, possivelmente, das próprias eleições.**

(VARGAS, Alexis Galiás de Souza. et al. *Princípios constitucionais de direito eleitoral*. 2009.p. 212-217. Sem destaques no original.)

Não fosse o suficiente, não se há de perder de vista o teor do art. 97-A da Lei nº 9.504/97, o qual, regulamentando a garantia insculpida no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, definiu como duração razoável do processo que possa resultar em perda de mandato eletivo o período máximo de 1 (um) ano, contado da sua apresentação à Justiça Eleitoral. Esse tempo de duração, saliente-se, abrange a tramitação em todas as instâncias.

Assim, no caso em julgamento, passados, mais de 2 (dois) anos desde o ajuizamento da ação de investigação judicial eleitoral, tenho que não foi possível vislumbrar, até o momento, elementos que autorizem o afastamento de todos os relevantes princípios e as considerações listados anteriormente, de modo a reabrir-se a instrução processual e/ou proceder-se à reunião dos processos para análise simultânea.

Em que pese tenha sido revelado que algumas das empresas sob investigação procederam ao disparo em massa de mensagens durante o período eleitoral e por isso tiveram suas contas de *WhatsApp* suspensas, tal informação não basta, por si só, para conduzir à reunião dos processos e, por consequência, ao prolongamento desta lide, vez que o que foi revelado é sensivelmente incipiente.

Portanto, com a devida vênia às convicções contrárias, entendo que os poucos indícios e provas colacionados aos autos até o momento não justificam a instabilidade institucional e a manutenção da insegurança jurídica que a reunião das quatro AIJEs para instrução conjunta, e o consequentemente alongamento dos processos, porquanto as acusações e o conjunto probatório a serem examinados neste processo são consideravelmente menos complexos do que aqueles verificados nas AIJEs nº 0601771-28 e nº 0601968-80, que têm o seguimento definido em seus respectivos autos.

Lembro, mais uma vez, que as AIJEs nº 0601771-28 e nº 0601968-80 foram sim reunidas para julgamento conjunto e encontram-se suspensas, aguardando o desfecho do Inquérito nº 4.781/DF, mas que isso se deve ao fato de, por meio delas, ter sido expressamente solicitado, a tempo e modo, o compartilhamento, se possível, do resultado das diligências a serem realizadas pelo Supremo Tribunal Federal, fato não verificado nas outras duas ações de investigação judicial eleitoral.

De todo modo, consoante já se mostrou à exaustão, a imputação aqui é consideravelmente mais simples e, segundo se demonstrou, penso que pode perfeitamente ser solucionada com os elementos já coligidos aos autos.



Tanto é assim que o antigo Relator, o eminente Ministro Og Fernandes, ao determinar que se esperasse o exame dos elementos colhidos nos autos do já mencionado Inquérito nº 4.781/DF, fê-lo exclusivamente para as AIJEs nº 0601968-80.2018.6.00.0000 e nº 0601771-28.2018.6.00.0000, cujo quadro fático sob análise, mostra-se mais amplo e intrincado do que aquele examinado nestes autos.

Desse modo, a circunstância de haver duas dessas ações com instruções em curso não impõe como inegável conclusão – reiteradas as vênias ao douto Vice-Procurador-Geral Eleitoral – de que o desfecho da instrução nas duas outras representações pode se apresentar, de certo modo, como prematuro.

Relativamente ao precedente da chapa Dilma-Temer nas eleições de 2014 e ao fato de, na ocasião, esta Corte Superior ter optado por reverter a decisão de arquivamento e proceder a uma longa e exaustiva dilação probatória, o que levou a lide a ter seu encerramento já bem próximo do término do mandato presidencial, imperioso registrar que, naquele caso, havia particularidades recomendando a continuidade e o aprofundamento das investigações que não são detectadas no caso em questão.

Consoante ponderado mais de uma vez, o que se tem nesta ação são alegações e quadro probatório, até o momento, extremamente frágeis e pouco promissores, incapazes de justificar a continuidade por muito mais tempo da insegurança jurídica e da instabilidade institucional gerados pela ausência de desfecho da lide.

Isto posto, não há que se falar em mitigação da exigência constitucional de duração razoável do processo em suposta primazia ao resguardo da integridade das eleições ao argumento de que, no julgamento da chapa vencedora do pleito de 2014, em ação de idêntica natureza, o feito tramitou por quase 3 anos – como demonstrado, os quadros fáticos postos eram distintos. De qualquer modo, como se assinalou, aqui ainda existirão dois outros feitos onde as investigações estão sendo aprofundadas.

Tampouco há se dizer que um “nefasto efeito de julgamentos fragmentados” capazes de “embaraçar uma análise global dos graves fatos narrados nas diferentes representações eleitorais”, conduzindo a uma “desidratação artificial dos fatos sob análise”. Consoante se demonstrou à exaustão, nem as partes e causas de pedir são exatamente coincidentes, havendo variação de réus, imputações, objetos e provas solicitadas, nem esta Corte encontra-se despojada de mecanismos aptos a propiciarem a congruência e a harmonia das decisões a serem proferidas.

Ademais, não se olvide que todos os litigantes merecem igual tratamento e consideração e que “encerramentos da prestação jurisdicional assimétricos para idênticas demandas judiciais” são inadmissíveis. Todavia, o fato de cada parte autora ter enveredado por diversas sendas na formação da prova não impõe que a instrução de cada ação seja uniforme e que as decisões proferidas sejam contemporâneas e idênticas.

Por derradeiro, registro que a negativa de reunião das AIJEs de maneira alguma gera risco de decisões conflitantes, tendo em vista estarem todas as ações submetidas à relatoria do mesmo Corregedor-Geral e ao julgamento pelo Plenário do TSE, os quais possuem visão global dos fatos submetidos à apreciação e indubitavelmente garantirão a esmerada prestação da jurisdição, assegurando a coerência e a unicidades dos julgamentos.

Confira-se:

ELEIÇÕES 2016. RECURSOS ESPECIAIS ELEITORAIS COM AGRAVO. DIREITO ELEITORAL. PREFEITO E VICE-PREFEITO ELEITOS. PRÁTICA DE CONDUTA VEDADA E ABUSO DO PODER POLÍTICO. PRELIMINARES REJEITADAS. PARCIAL PROVIMENTO. CASSAÇÃO MANTIDA. AÇÕES CAUTELARES PREJUDICADAS. NOVAS ELEIÇÕES.

[...]

6. Ausente a violação ao art. 96-B da Lei nº 9.504/1997. Embora, sempre que possível, ações eleitorais que tratem de fatos idênticos ou similares devam ser reunidas e julgadas em conjunto, tal reunião não é obrigatória. Desse modo, da inobservância dessa orientação não resulta, por si só, a invalidação das decisões judiciais. Precedentes.”

(AI nº 28.353/RJ, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, DJe de 31.5.2019. Sem destaques no original.)



ELEIÇÕES 2014. RECURSO ORDINÁRIO. REPRESENTAÇÃO. ART. 30-A DA LEI Nº 9.504/97. DEPUTADO ESTADUAL. PROCEDÊNCIA NO TRE. QUESTÕES PRELIMINARES: 1) PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO FORMULADO PELO ASSISTENTE SIMPLES (AGREMIÇÃO). TESE DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. NULIDADE. NÃO ACOLHIMENTO. 2) OMISSÃO DO ACÓRDÃO REGIONAL. AUSÊNCIA. NULIDADE NÃO EVIDENCIADA. REJEIÇÃO. 3) RECONHECIMENTO DE LITISPENDÊNCIA OU, ALTERNATIVAMENTE, DA NECESSIDADE DE REUNIÃO DOS FEITOS: AIJE POR AUBSO DE PODER ECONÔMICO E REPRESENTAÇÃO POR CAPTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS. INOCORRÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA. INVIABILIDADE DE REUNIÃO NA ESPÉCIE. REJEIÇÃO. 4) ILICITUDE DA PROVA ORIUNDA DO COAF. INOCORRÊNCIA. REJEIÇÃO. 5) COISA JULGADA. ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO. REJEIÇÃO. MÉRITO: RECURSOS PROVENIENTES DE FONTE VEDADA. OMISSÃO DE RECURSOS DE CAMPANHA. RELEVÂNCIA NO CONTEXTO DAS CONTAS DE CAMPANHA. CASSAÇÃO DO MANDATO QUE SE IMPÕE. DESPROVIMENTO.

[...]

II.2.2. A reunião para julgamento conjunto de processos que, embora versando sobre ações distintas, tenham por escopo os mesmos fatos, nos termos do art. 96-B, *caput*, da Lei nº 9.504/97, é medida salutar à escorreita prestação jurisdicional, devendo ser observada quando em trâmite na mesma instância, cuja inobservância, contudo, não contém aptidão para, *de per se*, invalidar pronunciamentos judiciais que se revelem harmônicos.

II.2.5. *In casu*, por versar sobre situação não enquadrada na excepcional aplicação do art. 96-B, § 2º, da Lei nº 9.504/97, a reunião deste processo com aquele referente à AIJE nº 2131-29, ainda em trâmite na TRE/ES, é medida que se revela inviável, igualmente **não havendo que se cogitar de nulidade processual em razão de, na instância *a quo*, não terem sido, ambos os feitos, redistribuídos a uma mesma relatoria nem reunidos para julgamento conjunto, sobretudo porque, ao final, os acórdãos regionais se revelaram suficientemente harmônicos.**

(RO nº 2188-47/ES, Relator Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 18.5.2018. Sem destaques no original.)

Em síntese, consoante se procurou demonstrar, a reunião das quatro referidas AIJEs criaria severos entraves ao trâmite dos processos, em desprestígio à economia e celeridade processuais e ao interesse público na estabilidade das instituições, não havendo qualquer risco de decisões conflitantes.

Forte nesses argumentos, mantenho a tramitação e o julgamento das ações de investigação judicial eleitoral separados.

5) Inépcia da inicial

Os representados alegam que a petição inicial desta AIJE é inepta, posto que teria sido protocolada desacompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da ação, em afronta aos arts. 22, inciso I, alínea *c*, da LC nº 64/90 e 320 e 434 do Código de Processo Civil.

Aduzem que o art. 22, *caput*, da LC nº 64/90 dispõe que, ao propor a ação de investigação judicial eleitoral, o representante deverá relatar fatos e indicar provas, indícios e circunstâncias do uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social.

Na dicção dos réus, a exordial não veio instruída por provas e indícios mínimos dos fatos relatados, posto que amparada apenas em matéria jornalística desprovida de lastro fático e que não teria sido



apresentada juntamente com a petição inicial (denúncia veiculada pela Folha de S. Paulo em 18.10.2018). Alegou-se, ainda, que outro documento indispensável deixou de ser ofertado: as mensagens falsas supostamente disseminadas por meio do *WhatsApp*.

A respeito, assinalo não assistir razão aos representados. Isso porque, para que se dê início à ação de investigação judicial eleitoral, é suficiente a apresentação ou a relação de evidências, ainda que indiciárias, da ocorrência do ilícito, conforme se extrai da dicção do art. 22, *caput*, da Lei Complementar nº 64/1990. E isso foi feito.

A representante, ao ajuizar a peça inaugural, fê-la acompanhar de uma série de matérias jornalísticas (IDs 553640, 553641, 553642, 553645, 553647 e 553648). A reportagem da Folha, que embasa a presente ação, inclusive, foi sim juntada (ID 553642). Além disso, no texto da petição inicial, encontra-se transcrito *link* que redireciona para o texto “Empresários bancam campanha contra o PT pelo *WhatsApp*”, de 18.10.2018.

Conforme vem decidindo esta Corte, não é inepta a petição inicial que descreve os fatos e os fundamentos do pedido e possibilita à parte o efetivo exercício do direito de defesa, corroborada com início de prova documental (AIJE nº 060182324/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe 26.9.2019; AIJE nº 060182324/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 25.9.2019; RO nº 165826/RO, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, DJe de 25.10.2018; e AIJE nº 154781/DF, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe de 12.9.2018).

Os elementos mínimos a embasar a acusação encontram-se postos. Os indícios apresentados pela representante, ainda que primários, mostram-se suficientes à propositura da ação, porquanto a colheita de provas se faz no curso da instrução processual.

No mais, observo que a petição inicial conta com seus elementos essenciais (partes, causa de pedir e pedido), de modo a assegurar aos litigantes os direitos fundamentais da ampla defesa e do contraditório, bem como a possibilitar o esclarecimento dos fatos durante a instrução processual.

De igual forma, os pedidos nela deduzidos são determinados e compatíveis entre si, e dos fatos nela narrados decorre logicamente a conclusão.

Não há falar, pois, em inépcia da peça inaugural.

6) Produção de provas e pedido de conversão do julgamento em diligência

A representante, nos memoriais de ID 16600438, **requer a revisão das decisões que indeferiram a produção de provas por ela pleiteada**, bem como a conversão do julgamento em diligência para:

(i) Proceder à oitiva de Luis Novoa;

(ii) Ltda., *Quickmobile* Desenvolvimento e Serviços Ltda., *Yacows* Desenvolvimento de *Software* Ltda., *Croc Services* Soluções de Informática Ltda. e *SMSMarket* Soluções Ltda. para que entreguem relatório contábil, relação de clientes, contratos, notas fiscais e todos os documentos necessários à demonstração das relações jurídicas entabuladas durante o período eleitoral;

(iii) A notificação da Folha de S. Paulo para que envie as notas fiscais que evidenciam os contratos da campanha de Jair Bolsonaro com as empresas referidas supra, principalmente as relativas ao contrato de R\$ 12 milhões (doze milhões de reais) firmado com Luciano Hang;

(iv) A notificação da Folha de S. Paulo para que envie o depoimento concedido por Luis Novoa àquele jornal.

Conforme se destacou alhures, a Procuradoria-Geral Eleitoral, concordando em parte com tais pedidos, solicitou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Luciano Hang, da *Quick Mobile*, da *Yacows*, da *Croc* e da *SMSMarket* no período compreendido entre 1º.7.2018 e 30.11.2018. Solicitou também seja determinado o encaminhamento de relatórios contábeis, relações de clientes, contratos, notas fiscais e demais documentos necessários à demonstração das relações jurídicas entabuladas no período eleitoral pelas empresas Havan, AM4, *Quick Mobile*, *Yacows*, *Croc* e *SMSMarket*. Outrossim, requereu seja a Folha de S. Paulo intimada a



apresentar as notas fiscais que evidenciem os contratos da campanha de Jair Bolsonaro com as mencionadas empresas.

Destaque-se, de proêmio, que no processo eleitoral também incidem as regras dispostas no art. 373 do Código de Processo Civil, as quais fazem recair sobre o autor o ônus de comprovar os fatos constitutivos do seu direito.

Adverte-se que a ampliação dos poderes instrutórios do Juiz pelo art. 23 da LC nº 64/90 e pelo diploma processual civil deve ocorrer nos limites do que predefinido como pedido e causa de pedir pelo autor da ação, uma vez que cabe às partes descrever os elementos essenciais à instrução do feito, e não ao Juiz.

A iniciativa probatória estatal, se levada a extremos, cria, inegavelmente, fatores propícios à parcialidade, pois transforma o Juiz em assistente de um litigante em detrimento do outro. As partes continuam a ter a função precípua de propor os elementos indispensáveis à instrução do processo, mesmo porque não foram extintas as normas atinentes à isonomia e ao ônus da prova (TSE, AIME nº 761/DF, Redator para o acórdão Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 12.9.2018).

Feitas tais considerações, **passo a analisar novamente os pedidos.**

(i) Oitiva de Luis Novoa e apresentação do relato à Folha de S. Paulo

Em 18.6.2019, a Folha de São Paulo veiculou matéria dando conta de que o espanhol Luis Novoa havia declarado a um grupo de colegas que empresas, **açougues, lavadoras de carros, fábricas de origem brasileira e outras pessoas jurídicas** teriam comprado *software* de propriedade de sua empresa para proceder ao disparo em massa de mensagens a favor da chapa do representado Jair Bolsonaro. A empresa de Novoa é especializada no envio automático de mensagens para telefones e, ao investigar a razão de suas contas de *WhatsApp* estarem subitamente sendo cortadas, o espanhol teria descoberto que elas estavam sendo empregadas para envio de *spam* no Brasil. Em áudio obtido pelo periódico, Luis Novoa afirmou que o conteúdo dessas mensagens em massa seria “campanhas para Bolsonaro”. A reportagem é acessível pelo *link* <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/empresas-contrataram-disparos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-diz-espanhol.shtml>> (Petição ID 97611538).

Com fulcro nessa notícia, a coligação representante solicitou fosse o empresário ouvido em juízo, haja vista que os fatos reportados consubstanciariam abuso de poder econômico. Solicitou, também, fosse a Folha de S. Paulo intimada a fornecer o depoimento concedido por ele ao jornal.

Em 9.9.2019, os pedidos foram negados (ID 16416838). Relativamente à oitiva de Luis Novoa, o indeferimento respaldou-se (i) na inexistência de indícios materiais, (ii) no desmentido da denúncia pelo próprio cidadão espanhol e (iii) no fato de os acontecimentos encontrarem-se suficientemente esclarecidos pela reportagem da Folha. Reiterados os pleitos, entendo que o quadro anterior não se alterou, assim como não se alteraram também os fundamentos para a rejeição da solicitação. O mesmo se diga quanto ao pleito de envio do relato feito por Luis Novoa à empresa jornalística.

De lá para cá, não foi apresentado nenhum elemento novo a robustecer as declarações feitas nas gravações obtidas pela Folha – o único elemento material continua sendo as gravações recebidas pelo periódico **e que foram desautorizadas pelo próprio declarante.**

Ademais, como o próprio veículo de imprensa destacou quando da veiculação da reportagem em comento, **inexistem indícios de que o então candidato Jair Bolsonaro e sua equipe tivessem conhecimento da contratação de disparos de mensagens em seu favor.**

Corroborando o que ora se afirma, reproduzo trechos da matéria veiculada e utilizada pela própria representante para formular seu pedido

Não há indicações de que Bolsonaro ou sua equipe de campanha soubessem que estavam sendo contratados disparos de mensagens a favor do então candidato.

[...]

Procurado pela Folha, o empresário espanhol negou que tenha trabalhado para políticos brasileiros.



“É mentira, não trabalhamos com empresas que tenham enviado campanhas políticas no Brasil”, afirmou.

“Tanto faz se gravaram sem permissão uma conversa informal. Repito pela enésima vez: não trabalhamos com campanhas políticas no Brasil”, disse à reportagem o empresário espanhol. (ID16416838)

Inexiste razão, portanto, para proceder-se à oitiva de Luis Novoa – até mesmo porque a sua oitiva não terá relevância para o caso por se tratar de prova que, ainda que colhida na via judicial, seria absolutamente isolada, como se evidenciará quando da análise do mérito da ação, e diante do que dispõe o art. 368-A do Código Eleitoral, que veda a condenação judicial com base e prova testemunhal singular e exclusiva.

De outro lado, não vislumbro qualquer utilidade no envio, por parte da Folha de São Paulo, do relato feito por Luis Novoa àquele jornal. Como consignou o então relator, Ministro Jorge Mussi, em sua decisão proferida em 9.9.2019,

[a]inda que não houvesse a negativa, se verifica que a notícia é genérica ao falar de “empresas, açougues, lavadoras de carros e fábricas”. Lado outro, não está amparada em quaisquer provas, uma vez que, se ele de fato vendeu para pessoas jurídicas brasileiras, deveria a reportagem informar de forma clara quem comprou (nome da empresa), já que a operação de venda deve estar lastreada em contratos de alienação do *software*, com a devida remessa de pagamentos, via transferência internacional ou boleto de cartão de crédito, depósitos, etc.

A reportagem Folha/Uol também afirma que não “há indicações de que Bolsonaro ou sua equipe de campanha soubessem que estavam sendo contratados disparos de mensagens a favor do então candidato.”

Por outro lado, em nenhum momento a campanha dos investigados admitiu, sequer, a possibilidade da contratação de quaisquer empresas ou pessoas para disparos de mensagens, fato devidamente narrado na notícia [...].

Não é crível pensar que o depoimento arquivado pela Folha de S. Paulo seja capaz de trazer elementos que já não tenham sido mencionados pelo jornal em sua denúncia, posto o evidente contrassenso. Os dados sensíveis para esta investigação já foram todos expostos pela matéria.

Não vislumbrando, pois, razões para modificar o *decisum* anteriormente exarado, mantenho o indeferimento da produção das provas.

(ii) Requerimento de oitiva dos proprietários das empresas de *marketing*

A coligação representante, suscitando a indisponibilidade dos direitos envolvidos no processo eleitoral, a ampla defesa, o dever de defender a normalidade e a legitimidade das eleições e a ausência de oposição por parte do Ministério Público, renovou a solicitação de oitiva dos proprietários das empresas Havan Lojas de Departamento Ltda., AM4 Brasil Inteligência Digital Ltda., *Quick Mobile* Desenvolvimento e Serviços Ltda., *Yacows* Desenvolvimento de *Software* Ltda., *Croc Services* Soluções de Informática Ltda., e *SMSMarket* Soluções Inteligentes Ltda. Contudo, de rigor, também nesse caso, a manutenção da decisão denegatória.

Isso porque, com a devida vênia, parece impertinente e destituída de proveito útil a prova testemunhal quando flagrante o interesse das pessoas indicadas no resultado da demanda ou quando ausente o envolvimento direto delas nos fatos noticiados na exordial ou na defesa (Código de Processo Civil, art. 370, c. c. o art. 447, § 2º, I, II e III, e § 3º, II).

No caso concreto, os proprietários das empresas de *marketing* cuja oitiva se pretende encontram-se diretamente implicados nos fatos que em apuração e consistem, segundo a narrativa construída pela representante, em partícipes dos supostos ilícitos ventilados. Tanto que são réus nas outras três AIJEs ajuizadas. Ora, tal constatação torna-os suspeitos para serem ouvidos como testemunhas.

Esta a letra do art. 447, § 3º, inciso II do CPC:



Art. 447. **Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto** as incapazes, impedidas ou **suspeitas**.

[...]

§ 3º São suspeitos:

[...]

II - o que tiver interesse no litígio.

(Sem destaques no original.)

É certo que este juízo poderia ouvi-los na qualidade de informantes, independente de compromisso e atribuindo-lhes o valor que possam merecer, na forma como dispõe o art. 447, § 5º, do CPC.

Todavia, além de não se vislumbrar o já mencionado proveito útil, dado o interesse direto na solução da causa, cumpre lembrar que não foram coligidos elementos concretos e robustos a vincularem as empresas de publicidade citadas às práticas que se apura nos autos. Até o momento, o único fato a ligar a Havan Lojas de Departamento Ltda., a AM4 Brasil Inteligência Digital Ltda., a Quick Mobile Desenvolvimento e Serviços Ltda., a Yacows Desenvolvimento de Software Ltda., a Croc Services Soluções de Informática Ltda. e a SMS Market Soluções Inteligentes Ltda. ao disparo em massa de mensagens falsas contra os adversários da candidatura de Jair Bolsonaro é a matéria publicada pela Folha de S. Paulo em 18.10.2018.

No que diz respeito ao depoimento pessoal do proprietário das Lojas Havan, Luciano Hang, que integra o polo passivo do presente feito, os precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral são no sentido do descabimento dessa prova em ação de investigação judicial eleitoral, quer pela falta de previsão legal na legislação de regência, quer pela inexistência de confissão, dado o caráter indisponível dos interesses envolvidos. Ressaltem-se os julgados do TSE:

ACÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2018. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA. PROVAS. DEPOIMENTO PESSOAL. REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS. QUEBRA DE SIGILOS CONSTITUCIONAIS. EXCEPCIONALIDADE. USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE IMPRENSA DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO. GRAVIDADE DAS CONDUTAS. INEXISTÊNCIA. MOBILIZAÇÃO POLÍTICA. LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO. IMPROCEDÊNCIA DA AIJE.

1. Ante a falta de previsão na Lei Complementar 64/1990 e o caráter indisponível dos interesses envolvidos, não há depoimento pessoal dos investigados em sede de AIJE. Todavia, eles não estão impedidos de fazê-lo, caso a isso se disponham, conforme assentado na jurisprudência desta Corte Superior (AI 28918/SC, Relator Ministro Og Fernandes, DJe de 25.2.2019; AIJE 0601754-89/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 13.12.2018; AIJE 0601575-58/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 12.12.2018; AgR-RMS 2641/RN, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, DJe de 27.9.2018; RHC 131/MG, Relator Ministro Arnaldo Versiani, DJe de 5.8.2009; e HC 85.029, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, DJ de 1º.4.2005).

[...]

14. Ação de Investigação Judicial Eleitoral que, na linha do parecer ministerial, rejeitadas as preliminares, julga-se improcedente.

(AIJE nº 060196965/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 8.5.2020)



AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2018. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA. USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. PROVAS. DEPOIMENTO PESSOAL. PROVA TESTEMUNHAL. PRELIMINARES. REJEIÇÃO. MÍDIA IMPRESSA E ELETRÔNICA. INICIATIVA DO LEITOR. LIBERDADES DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA. INTERESSES JORNALÍSTICOS. IMPROCEDÊNCIA.

[...]

4. Ante a falta de previsão na Lei Complementar n. 64/1990 e o caráter indisponível dos interesses envolvidos, não há depoimento pessoal dos investigados em AIJE. Todavia, eles não estão impedidos de fazê-lo, caso a isso se disponham, conforme assentado na jurisprudência desta Corte Superior (AI n. 28918/SC, relator Ministro Og Fernandes, DJe de 25.2.2019; AIJE n. 0601754-89/DF, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 13.12.2018; AIJE n. 0601575-58/DF, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 12.12.2018; AgR-RMS n. 2641/RN, relator Ministro Luís Roberto Barroso, DJe de 27.9.2018; RHC n. 131/MG, relator Ministro Arnaldo Versiani, DJe de 5.8.2009; e HC n. 85.029, relator Ministro Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, DJ de 1º.4.2005).

[...]

15. Ação de Investigação Judicial Eleitoral que, rejeitadas as preliminares, julga-se improcedente.

(AIJE nº 060186221/DF, Relator Ministro Og Fernandes, DJe de 26.11.2019. Sem destaques no original.)

Esboçando idêntico entendimento: TSE, AI nº 28.918/SC, Relator Ministro Og Fernandes, DJe de 25.2.2019; TSE, RHC nº 131/MG, Relator Ministro Arnaldo Versiani, DJe de 5.8.2009; STF, HC nº 107.869/RJ-MC, Relator Ministro Joaquim Barbosa, DJe de 6.4.2011; e STF, HC nº 85.029, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, DJ de 1º.4.2005.

A proibição da exigência da referida prova também decorreria do princípio processual segundo o qual “ninguém está obrigado a produzir prova contra si mesmo (*nemo tenetur se detegere*)”.

Além disso, a produção dessa prova oral é inequivocamente desnecessária para o deslinde da controvérsia, haja vista que os investigados expuseram as suas versões dos fatos ao apresentarem suas contestações, as quais foram, inclusive, contraditadas pela acusação na fase de alegações finais.

Inexiste, portanto, qualquer prejuízo para o pleno exercício do contraditório capaz de justificar a oitiva dos investigados e dos proprietários das empresas de *marketing* supostamente envolvidas nas práticas ilícitas investigadas.

(iii) Requisição de relatórios contábeis, notas fiscais, contratos, relações de clientes e demais documentos

Valendo-se dos argumentos da indisponibilidade dos direitos envolvidos no processo eleitoral, da ampla defesa e do dever de defender a normalidade e a legitimidade das eleições, a coligação representante repisou a necessidade de requisição dos relatórios contábeis, notas fiscais, contratos, relação de clientes e demais documentos aptos a demonstrar as relações jurídicas entabuladas durante o período eleitoral pelas empresas Havan Lojas de Departamento Ltda., AM4 Brasil Inteligência Digital Ltda., *Quick Mobile* Desenvolvimento e Serviços Ltda., *Yacows* Desenvolvimento de Software Ltda., *Croc Services* Soluções de Informática Ltda. e *SMSMarket* Soluções Inteligentes Ltda.

Reiterou, em adição, o pedido para que a Folha de S. Paulo encaminhe as notas fiscais que evidenciam os contratos de campanha do representado Jair Bolsonaro com as mencionadas empresas.

As decisões denegatórias proferidas em 25.6.2019 (ID 12537038) e 9.9.2019 (ID 16416838) ancoraram-se na desnecessidade da prova e na circunstância de a medida importar quebra dos sigilos constitucionais e do segredo do negócio, situação que não se alterou.



É pacífico que o afastamento de qualquer tipo de sigilo requer, inexoravelmente, fundamentos idôneos, pertinência temática, limitação temporal e absoluta imprescindibilidade da medida, além da inexistência de outros meios de obtenção da prova. A quebra de sigilo, seja de que espécie for ele, envolve a mitigação de garantias constitucionais e, por isso mesmo, deve ser sempre excepcional e manejada como *ultima ratio* e dentro dos seus estreitos limites. Se assim não fosse, tal medida converter-se-ia, ilegitimamente, em instrumento de busca generalizada e de devassa indiscriminada na esfera de intimidade das pessoas, o que daria ao Estado, em desconformidade com os postulados que informam o regime democrático, o poder absoluto de vasculhar, sem quaisquer limitações, registros sigilosos alheios.

A corroborar tal convicção, a compreensão veiculada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do MS nº 23.851/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 21.6.2002:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - QUEBRA DE SIGILO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CONCRETA DE CAUSA PROVÁVEL - NULIDADE DA DELIBERAÇÃO PARLAMENTAR - MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO. A QUEBRA DE SIGILO NÃO PODE SER UTILIZADA COMO INSTRUMENTO DE DEVASSA INDISCRIMINADA, SOB PENA DE OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA INTIMIDADE. - A quebra de sigilo, para legitimar-se em face do sistema jurídico-constitucional brasileiro, necessita apoiar-se em decisão revestida de fundamentação adequada, que encontre apoio concreto em suporte fático idôneo, sob pena de invalidade do ato estatal que a decreta. A ruptura da esfera de intimidade de qualquer pessoa - quando ausente a hipótese configuradora de causa provável - revela-se incompatível com o modelo consagrado na Constituição da República, pois a quebra de sigilo não pode ser manipulada, de modo arbitrário, pelo Poder Público ou por seus agentes. Não fosse assim, a quebra de sigilo converter-se-ia, ilegitimamente, em instrumento de busca generalizada, que daria, ao Estado - não obstante a ausência de quaisquer indícios concretos - o poder de vasculhar registros sigilosos alheios, em ordem a viabilizar, mediante a ilícita utilização do procedimento de devassa indiscriminada (que nem mesmo o Judiciário pode ordenar), o acesso a dado supostamente impregnado de relevo jurídico-probatório, em função dos elementos informativos que viessem a ser eventualmente descobertos. A FUNDAMENTAÇÃO DA QUEBRA DE SIGILO HÁ DE SER CONTEMPORÂNEA À PRÓPRIA DELIBERAÇÃO LEGISLATIVA QUE A DECRETA. - A exigência de motivação - que há de ser contemporânea ao ato da Comissão Parlamentar de Inquérito que ordena a quebra de sigilo - qualifica-se como pressuposto de validade jurídica da própria deliberação emanada desse órgão de investigação legislativa, não podendo ser por este suprida, em momento ulterior, quando da prestação de informações em sede mandamental. Precedentes.

(Sem destaques no original.)

Em semelhante sentido: STF, AC-AgR nº 3.872/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Teori Zavascki, DJe de 12.11.2015; STF, AI-AgR nº 856.552/BA, Primeira Turma, Relator Ministro Roberto Barroso, DJe de 25.3.2014; TSE, HC nº 96.056/PE, Segunda Turma, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJe de 7.5.2012; STF, MS nº 24.817/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Celso de Mello, DJe de 5.11.2009; STF, AI-AgR nº 655.298/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Eros Grau, DJe de 27.9.2007; STF, HC nº 84.758/GO, Tribunal Pleno, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 16.6.2006; e STF, MS nº 24.217/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Maurício Corrêa, DJ de 18.10.2002.

Também o Tribunal Superior Eleitoral conta com precedentes a condicionarem o afastamento de sigilos constitucionais à existência de decisão fundamentada e baseada em elementos concretos e à demonstração da absoluta imprescindibilidade da medida. Esta Corte também possui sólido entendimento no sentido de que o afastamento de sigilo constitui exceção e depende de profundo juízo de ponderação entre os interesses e garantias envolvidos. *In verbis*:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. NULIDADE. ORDEM JUDICIAL SEM FUNDAMENTAÇÃO. DESPROVIMENTO.



1. O sigilo dos dados bancários, embora insculpido como garantia constitucional, não tem proteção absoluta. Todavia, para que haja o seu afastamento, é imprescindível ordem judicial com fundamentação pertinente, sob pena de nulidade, como previsto no art. 93, IX, da Constituição Federal.

2. A determinação da quebra do sigilo dos ora recorridos ocorreu sem a imprescindível demonstração da indispensabilidade da medida, uma vez que não indicou elementos concretos a justificar o seu deferimento.

3. A mera referência ao interesse público, à lisura das eleições, à dificuldade na produção de acervo probatório, por se tratar de suposta prática de abuso de poder econômico, bem como à celeridade na solução da controvérsia, sem adequá-los ao caso sob análise, não tem o condão de demonstrar a imprescindibilidade da produção deste tipo de prova. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido.

(RESPE nº 6368, Relator Ministro Tarcisio Vieira De Carvalho Neto, DJe de 2.10.2018. Sem destaques no original.)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. TERCEIRO. REPRESENTAÇÃO. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO. FUNDAMENTAÇÃO. NECESSIDADE.

1. A garantia constitucional da intimidade não tem caráter absoluto. No entanto, a quebra de sigilo há que ser devidamente fundamentada, sob pena de desvirtuar-se a destinação dessa medida excepcional, resultando em grave violação a um direito fundamental do cidadão.

2. O afastamento da incidência de direito fundamental é providência que se reveste de caráter de exceção, a depender de um profundo juízo de ponderação, à luz do princípio da proporcionalidade entre o interesse público na produção da prova visada e as garantias constitucionais em questão.

3. Recurso ordinário provido.

(RMS nº 583, Relator Ministro Marcelo Ribeiro, DJe de 24.3.2010. Sem destaques no original.)

O anterior indeferimento do pedido de entrega de documentos ancorou-se exatamente na fragilidade dos elementos probatórios trazidos pela autora com vistas a justificar a medida (decisões de 25.6.2019, doc. 12537038, e de 9.9.2019, doc. 16416838). Naquelas oportunidades – **e tal quadro se mantém** – entendeu-se inviável o afastamento de sigilos constitucionais com base tão somente em matérias jornalísticas, sobretudo quando houve a retratação do denunciante em reportagem veiculada em 18.6.2019 pelo Jornal Folha de São Paulo, replicada no *site* Uol.

Esse o teor da decisão proferida em 25.6.2019, no ponto que interessa:

Trata-se de petição inicial apta, ante a presença de seus elementos essenciais (partes, causa de pedir e pedido), de modo a assegurar às partes os direitos fundamentais da ampla defesa e do contraditório, bem como a possibilitar o esclarecimento dos fatos durante a instrução processual.

Relativamente à requisição de documentos e à suscitada quebra de sigilo bancário, telefônico e telemático do terceiro representado e das empresas de que cuida a inicial, tem-se que a medida ostenta caráter excepcional e, na hipótese dos autos, afigura-se desarrazoada, à vista da fragilidade dos elementos invocados pelos representantes. Isso porque fundada única e exclusivamente em



manifestação jornalística, aliado à possibilidade de, por outras providências hábeis e menos gravosas, se buscar o esclarecimento dos fatos, razão pela qual indefiro o pedido.

Nesse sentido, já decidiu o Plenário do TSE em julgado de cuja ementa extraio o seguinte excerto:

PETIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL. ACESSO. SIMULTANEIDADE. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. CONTA BANCÁRIA. CAMPANHA ELEITORAL. INDEFERIMENTO.

[...]

Ademais, o sigilo bancário somente é passível de ser suprimido após a individualização de um provável ilícito, mediante o devido processo legal, sob pena de busca generalizada e devassa indiscriminada, inadmissíveis em nosso ordenamento jurídico à luz dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República. (PET 73170/DF, Relatora Ministra Luciana Lóssio, DJe de 27.11.2012. Sem destaques no original.)

Posteriormente ao ajuizamento da inicial, a mesma Folha de São Paulo publicou matéria dando conta de que durante a campanha eleitoral de 2018 empresas brasileiras teriam contratado uma agência de *marketing* na Espanha para fazer, pelo *WhatsApp*, disparos em massa de mensagens políticas a favor do então candidato a presidente Jair Bolsonaro. A coligação representante renovou, então, o pedido de entrega dos documentos em questão, o qual mais uma vez foi rejeitado pelo então Relator, sob os seguintes termos:

4. Requisição de relatório contábil, notas fiscais, contratos, relação de clientes etc.

As medidas requeridas importam na quebra de sigilos constitucionais (requisição de notas fiscais, contratos, relação de clientes, etc.). Tenho reafirmado, como em outros precedentes, que elas ostentam caráter excepcional.

Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a autorização judicial para o afastamento dos sigilos fiscal e bancário deverá indicar, **mediante fundamentos idôneos**, a pertinência temática e a efetiva necessidade da medida. Outrossim, “que o resultado não possa advir de nenhum outro meio ou fonte lícita de prova” e “existência de limitação temporal do objeto da medida, enquanto predeterminação formal do período” (MS 25812 MC, Relator Min. Cezar Peluso, publicado em DJ 23-2-2006).

No mesmo sentido, a “decisão que determina a quebra de sigilo fiscal **deve ser interpretada como atividade excepcional do Poder Judiciário**, motivo pelo qual somente deve ser proferida quando comprovado nos autos a absoluta imprescindibilidade da medida” (AI 856552 AgR/BA - Ag. Reg. no AI, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, Julgamento: 25.3.2014, grifos nossos).

Na hipótese dos autos, afiguram-se desarrazoadas as medidas requeridas, à vista da fragilidade dos elementos probatórios trazidos pelos autores, representados apenas em matérias jornalísticas, onde, como visto alhures, houve a retratação do denunciante na própria reportagem de 18.6.2019 do Jornal Folha de São Paulo, replicada no *site* Uol.

Em 18.10.2018, na matéria intitulada “Empresários bancam campanha contra o PT pelo Whatsapp”, a Folha/Uol relatou de forma bastante clara a atuação da AM4, empresa contratada pela campanha dos investigados:

[...]

Na prestação de contas do candidato Jair Bolsonaro (PSL), consta apenas a empresa AM4 Brasil Inteligência Digital, como tendo recebido R\$ 115 mil para mídias digitais.



Segundo Marcos Aurélio Carvalho, um dos donos da empresa, a AM4 tem apenas 20 pessoas trabalhando na campanha. “Quem faz a campanha são os milhares de apoiadores voluntários espalhados em todo o Brasil. Os grupos são criados e nutridos organicamente”, diz.

Ele afirma que a AM4 mantém apenas grupos de Whatsapp para denúncias de fake news, listas de transmissão e grupos estaduais chamados comitês de conteúdo.

[...]

Não há indício de que a AM4 tenha fechado contratos para disparo em massa; Carvalho nega que sua empresa faça segmentação de usuários ou ajuste de conteúdo. .

Ou seja, se não há sequer indícios da contratação dos disparos pela AM4, não tem sentido as diligências requeridas em relação à empresa oficial da campanha, bem como em relação às demais empresas citadas pelos representantes.

Por outro lado, a aprovação das contas do investigado (PC 0601225-70.2018.6.00.0000, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, sessão em 4.12.2018), é circunstância indicativa da regularidade bancária e fiscal da campanha, especialmente porque realizadas **“diligências de circularização, as respostas apresentadas não indicam omissão de despesas por parte da campanha do candidato eleito Jair Bolsonaro”** – item 4 da ementa do acórdão, grifos no original.

Nesse sentido, extraio o seguinte excerto jurisprudencial:

PETIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL. ACESSO. SIMULTANEIDADE. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. CONTA BANCÁRIA. CAMPANHA ELEITORAL. INDEFERIMENTO.

[...]

Ademais, o sigilo bancário somente é passível de ser suprimido após a individualização de um provável ilícito, mediante o devido processo legal, sob pena de busca generalizada e devassa indiscriminada, inadmissíveis em nosso ordenamento jurídico à luz dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República.

(PET 73170/DF, Relatora Ministra Luciana Lóssio, DJe de 27.11.2012).

Concluindo, o magistrado pode e deve indeferir provas inúteis ou meramente protelatórias, uma vez que apreciará de forma livre a prova dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento (Código de Processo Civil/2015, arts. 370 e 371).

No expressivo dizer do Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto (AgR-REspe 46-12, DJE de 7.8.2017):

[...] o magistrado é o destinatário da prova, cumprindo-lhe valorar sua necessidade. Em regra, tal procedimento não configura cerceamento de defesa, pois cumpre ao juiz, no exercício do seu poder-dever de condução do processo, a determinação das provas necessárias à instrução deste e o indeferimento das diligências inúteis ou meramente protelatórias.



A meu sentir, os fatos já estão devidamente esclarecidos pelas provas amealhadas aos autos, podendo e devendo o magistrado proferir seu *decisum* isento de parcialidade, imune ao colorido político-partidário e, principalmente, alheio às paixões ideológicas.

Outrossim, já houve audiência e colheita de prova testemunhal, estando a instrução do processo finalizada.

(Sem destaques no original.)

Além disso, repise-se, não há sequer indícios da contratação dos disparos pela AM4, de modo que não teria sentido as diligências de apresentação de documentos requeridas em relação à empresa oficial da campanha, bem como em relação às demais empresas citadas pela representante.

Note-se que não se consideram fundamento idôneo, para fins de justificar a requisição de documentos e/ou quebra de sigilos protegidos constitucionalmente, matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação – sobretudo quando essas se baseiam, exclusivamente, no anonimato dos interlocutores, dos declarantes e dos partícipes das referidas conversas, diálogos e denúncias. O sigilo da fonte não pode nunca inviabilizar o direito de defesa – lembro que a Constituição, ao albergar a livre manifestação do pensamento, veda o anonimato (TSE, AIJE nº 060196965/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 8.5.2020).

De outro lado, também não se sustenta a afirmação veiculada pelo Ministério Público Eleitoral na AIJE nº 0601782-57 de que se teria como “irrefutável que a disseminação de disparos em massa de conteúdo com desinformações foi a intercorrência que marcou o desenrolar da campanha da eleição presidencial de 2018”. **Isso porque a coligação autora não juntou à inicial uma única mensagem sequer com conteúdo falso (print de conversações do WhatsApp) durante o processo eleitoral, o que igualmente deixara de fazer o Jornal Folha de S. Paulo em suas reportagens de 18.10.2018 e 2.12.2018, as quais embasaram as quatro ações eleitorais.**

Ainda hoje essa prova relevante não foi trazida aos autos, de modo que o atual acervo probatório não autoriza a revisitação do teor da decisão que indeferiu o pedido de entrega dos documentos contábeis e fiscais, além dos registros de clientes das empresas de publicidade.

Neste ponto, chamo a atenção para julgamento recentemente realizado por esta Corte Eleitoral, no qual, por unanimidade, o Tribunal não só reforçou o entendimento sufragado nos acórdãos anteriormente indicados, como ainda consignou a inviabilidade de decretar-se, com amparo apenas em notícias jornalísticas, a quebra de sigilos protegidos constitucionalmente. Confira-se:

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2018. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA. PROVAS. DEPOIMENTO PESSOAL. REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS. QUEBRA DE SIGILOS CONSTITUCIONAIS. EXCEPCIONALIDADE. USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE IMPRENSA DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO. GRAVIDADE DAS CONDUTAS. INEXISTÊNCIA. MOBILIZAÇÃO POLÍTICA. LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO. IMPROCEDÊNCIA DA AIJE.

1. Ante a falta de previsão na Lei Complementar 64/1990 e o caráter indisponível dos interesses envolvidos, não há depoimento pessoal dos investigados em sede de AIJE. Todavia, eles não estão impedidos de fazê-lo, caso a isso se disponham, conforme assentado na jurisprudência desta Corte Superior (AI 28918/SC, Relator Ministro Og Fernandes, DJe de 25.2.2019; AIJE 0601754–89/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 13.12.2018; AIJE 0601575–58/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 12.12.2018; AgR–RMS 2641/RN, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, DJe de 27.9.2018; RHC 131/MG, Relator Ministro Arnaldo Versiani, DJe de 5.8.2009; e HC 85.029, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, DJ de 1º.4.2005).

2. Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a ordem judicial para o afastamento dos sigilos protegidos constitucionalmente deverá indicar, a pertinência temática e a efetiva necessidade da



medida, bem como "que o resultado não possa advir de nenhum outro meio ou fonte lícita de prova" e, ainda, a "existência de limitação temporal do objeto da medida, enquanto predeterminação formal do período" (MS 25812 MC, Relator Ministro Cezar Peluso, DJ de 23.2.2006). No mesmo sentido, a "decisão que determina a quebra de sigilo fiscal, motivo pelo qual somente deve ser proferida quando comprovado nos autos a absoluta imprescindibilidade da medida" – AI 856552 AgR/BA no AI, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, julgado em 25.3.2014.

3. Não se considera como fundamento idôneo, para fins de justificar a requisição de documentos e/ou quebra de sigilos protegidos constitucionalmente, matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação eventualmente vinculados ideologicamente com determinado partido e/ou candidato, além de estarem baseadas exclusivamente no anonimato dos interlocutores, dos declarantes e dos partícipes das referidas conversas, diálogos e denúncias. Não se pode invocar o sigilo da fonte para inviabilizar o direito de defesa, lembrando que a Constituição, ao albergar a livre manifestação do pensamento, veda o anonimato.

4. "Notícias extraídas de jornais e opiniões emitidas por profissionais da imprensa não comprovam que autoridades governamentais estejam praticando atos de ofício, com desvio ou abuso de autoridade em benefício de candidato [...]." (AgR-Rp 1.283/DF, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 18.12.2006).

5. O legislador de 2010, com a edição da Lei Complementar 135, substituiu o critério da potencialidade lesiva pelo da gravidade, de forma que as infrações menos graves devem ser sancionadas no âmbito das representações eleitorais.

6. Apenas os casos que extrapolem o uso normal das ferramentas virtuais é que podem configurar o uso indevido dos meios de comunicação social, sem prejuízo da apuração de eventual propaganda irregular, que possui limites legais distintos da conduta do art. 22 da Lei Complementar 64/90. Precedentes.

7. Para se caracterizar o abuso de poder, impõe-se a comprovação, de forma segura, da gravidade dos fatos imputados, demonstrada a partir da verificação do alto grau de reprovabilidade da conduta (aspecto qualitativo) e de sua significativa repercussão a fim de influenciar o equilíbrio da disputa eleitoral (aspecto quantitativo). A mensuração dos reflexos eleitorais da conduta, não obstante deva continuar a ser ponderada pelo julgador, não mais se constitui fator determinante para a ocorrência do abuso de poder, sendo agora revelado, substancialmente, pelo desvalor do comportamento.

8. À luz do princípio da reserva legal proporcional, nem todo ato ilícito reconhecido por esta Justiça Especializada será necessariamente abusivo e, por conseguinte, apenado com inelegibilidade e cassação do registro, do mandato ou do diploma, sendo cabível impor sanções outras, a exemplo de suspensão imediata da conduta e de multa.

9. Matérias jornalísticas são de inegável interesse não somente para os eleitores, como para as emissoras de rádio e televisão, razão porque estão albergadas pelo princípio da liberdade de imprensa e de comunicação.

10. "Não cabe ao Poder Judiciário interferir na linha editorial das emissoras para direcionar a pauta dos meios de comunicação social, porquanto prevalece no Estado Democrático e Constitucional de Direito, à luz do art. 220 da CF, maior deferência à liberdade de expressão, alcançada pela liberdade jornalística." (Rp 0601526-17.2018.6.00.0000, Relator Ministro Sergio Silveira Banhos, PSESS de 11.10.2018).

11. "Não se caracteriza tratamento anti-isonômico a partir de notícias veiculadas em um único dia e com base em um único telejornal da programação da recorrida. Devem ser considerados referenciais mais extensos no tempo



– um período considerável de eventos a serem cobertos pela mídia – e no espaço – os diversos programas jornalísticos da grade da emissora, cabendo à Justiça Eleitoral atuar em situações de gravidade manifesta, sob pena de vulnerar a liberdade de informação jornalística." (Rp 0600232-27.2018.6.00.0000, Relator Ministro Carlos Horbach, DJe de 21.8.2018).

12. Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF), a "liberdade de expressão constitui um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática e compreende não somente as informações consideradas como inofensivas, indiferentes ou favoráveis, mas também as que possam causar transtornos, resistência, inquietar pessoas, pois a Democracia somente existe baseada na consagração do pluralismo de ideias e pensamentos políticos, filosóficos, religiosos e da tolerância de opiniões e do espírito aberto ao diálogo" (ADI 4439/DF, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, redator para o acórdão Ministro Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, DJe de 21.6.2018).

13. O postulado da igualdade de chances entre os candidatos deve ser compreendido à luz do caso concreto, mormente se considerarmos a natural assimetria na distribuição dos recursos econômicos aos partidos e candidatos, bem assim os seus reflexos na propaganda eleitoral ocorrente no pleito.

14. Ação de Investigação Judicial Eleitoral que, na linha do parecer ministerial, rejeitadas as preliminares, julga-se improcedente.

(TSE, AIJE nº 0601969-65, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 8.5.2020. Sem destaques no original.)

Importa destacar que a inviabilidade de se afastar o sigilo constitucionalmente estabelecido com base em notícias jornalísticas também já foi consagrada pelo Supremo Tribunal Federal, a saber:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM PETIÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO. MATÉRIAS JORNALÍSTICAS. DUPLICIDADE DA NOTÍCIA-CRIME. 1. O contrato de prestação de serviços advocatícios foi objeto de exame da decisão agravada. É equivocada a alegação do agravante de que a decisão agravada não apreciou a existência do contrato e seu conteúdo. Os honorários e a forma de pagamento contratados não podem ser apontados como ilegais, a ponto de permitirem que se instaure uma ação penal. O pagamento das parcelas avençadas no referido contrato, nada mais é do que uma obrigação da parte contratante. **2. Para autorizar-se a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico, medida excepcional, é necessário que haja indícios suficientes da prática de um delito. A pretensão do agravante se ampara em meras matérias jornalísticas, não suficientes para caracterizar-se como indícios. O que ele pretende é a devassa da vida do Senhor Deputado Federal para fins políticos. É necessário que a acusação tenha plausibilidade e verossimilhança para ensejar a quebra dos sigilos bancários, fiscal e telefônico.** 3. Declaração constante de matéria jornalística não pode ser acolhida como fundamento para a instauração de um procedimento criminal. 4. A matéria jornalística publicada foi encaminhada ao Ministério Público. A apresentação da mesma neste Tribunal tem a finalidade de causar repercussão na campanha eleitoral, o que não é admissível. Agravo provido e pedido não conhecido.

(STF, Pet-AgR nº 2.805/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Nelson Jobim, DJ de 27.2.2004. Sem destaques no original.)

Não se ignora que, posteriormente à prolação do *decisum* denegatório, advieram, no curso da instrução da AIJE nº 0601782-57.2018.6.00.0000, novas informações prestadas pela *WhatsApp INC.* Informou aquela empresa ter conseguido recuperar informações sobre duas contas (55-14998558081 e 55-1430102175) indicadas pelas operadoras de telefonia como pertencentes à *SMSmarket Soluções Inteligentes Ltda.* e a Willian Esteves Evangelista, banidas em 25.10.2018, depois que a tecnologia de detecção de *spam* do *WhatsApp* identificou comportamento anormal, indicativo do envio automatizado de mensagens em massa.



Acrescentou que uma conta relacionada à *Yacows Desenvolvimento de Software Ltda.* (55-11 985320336) foi banida em 11.10.2018 por violar os Termos de Serviço do *WhatsApp*, por suspeita de *spam*, envio de mensagens em massa ou automatizadas, estando as informações ainda disponíveis, em razão de a referida conta ter sido objeto de processo perante a Justiça Eleitoral brasileira.

Por derradeiro, consignou que, durante o intervalo de datas em questão, a *WhatsApp INC.* tomou conhecimento de que as empresas *Yacows*, *SMSMarket*, *Quick Mobile* Desenvolvimento e Serviços Ltda. e *Croc Services* Soluções de Informática Ltda. ofereciam e faziam publicidade de serviços que violavam os termos de uso do *WhatsApp*.

Alegou a Procuradoria Eleitoral que tais elementos, aliados à notória semelhança entre o *modus operandi* narrado nas peças portais dessas representações e o procedimento adotado pelo representado Luciano Hang em relação ao *Facebook* para impulsionamento de conteúdo, estariam a autorizar o afastamento dos sigilos solicitados.

Com a devida vênia, a resposta da *WhatsApp* quanto à verificação, pela tecnologia de detecção de *spam*, de contas vinculadas a três linhas telefônicas de propriedade de duas pessoas jurídicas e uma física apontadas na inicial, que tiveram “comportamento anormal indicativo do envio automatizado de mensagens em massa” e de “suspeita de *spam*”, as quais teriam sido banidas pela empresa em razão de afronta a seus Termos de Serviço, não configura fato novo a se traduzir como “indícios suficientes” e “fundadas suspeitas”.

Com efeito, o fato de apenas três contas, vinculadas a três linhas telefônicas, num universo de centenas de linhas de propriedade das pessoas físicas e das empresas indicadas – **pouco mais de 600 (seiscentas) indicadas pelas operadoras de telefonia oficiais – não pode, a meu juízo, ser tido como fundada suspeita, antes sim, mera conjectura, simples ilação**, de que houve disparo em massa de mensagens “com possível conteúdo de desinformação” durante a campanha eleitoral, que jamais poderia justificar o grave rompimento das garantias constitucionais de sigilo.

Reitere-se que nenhuma dessas mensagens indicadas foi anexada aos autos, tampouco se vinculou tal procedimento aos representados.

De outra perspectiva, tenho que uma única matéria jornalística reportou a existência de todo um aparato de contratação de empresas de mídia digital – em contratos que, individualmente, atingiriam a cifra de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) – com a finalidade de promover disparos em massa de mensagens de *WhatsApp* para veiculação de notícias falsas, objetivando beneficiar a candidatura de Jair Bolsonaro e prejudicar candidatos opositores.

No entanto, a parte autora não se desincumbiu do ônus de trazer aos autos um único *print* de qualquer dessas mensagens, enquanto entre mais de 600 (seiscentas) linhas telefônicas, apenas três lograram ter sido detectadas pelos sistemas de controle do aplicativo de mensagens como incursas em possíveis violações de seus termos de serviço, merecendo as contas a elas vinculadas a consequente reprimenda de banimento.

Como cogitar-se a determinação de entrega de documentos que envolvem o sigilo das empresas ante um quadro indiciário tão frágil e uma acusação que, em que pese sua envergadura e gravidade, não foi capaz de mostrar, desde sua veiculação, sequer a prova mais básica e simples: um *print* demonstrando a existência das propaladas mensagens?

Ressalto que, consoante registrou a própria plataforma de comunicação, esta não dispõe do conteúdo das mensagens disparadas a partir dos números de telefone celular indicados alhures, de sorte que a única informação disponível é que as contas em questão procederam ao envio de mensagens em massa de forma automatizada durante o período eleitoral.

Ora, ocorre que as empresas em questão ofereceram serviços de publicidade de toda sorte a todo tipo de clientes. Segundo asseverou a *WhatsApp INC.*, tais empresas notificadas em razão de oferecerem publicamente e fazerem publicidade de serviços que violavam seus termos de serviço – disparo de mensagens, envio em massa de campanhas de *marketing* (ID 19425388).

Não há nada que evidencie, portanto, de forma razoavelmente segura, que os disparos detectados consistiam em propaganda eleitoral irregular. Os envios em massa em questão podem consistir em absolutamente qualquer tipo de campanha e de conteúdo para todo tipo de cliente. Tudo o que se sabe é que algumas das empresas representadas promoveram, por meio de poucas linhas telefônicas, encaminhamento de mensagens em grande quantidade no mês de outubro de 2018.



Relativamente ao fato de Luciano Hang ter sido anteriormente condenado na Representação nº 0600963-23 por impulsionamento irregular no *Facebook*, **essa circunstância não era desconhecida do MPE à época de seu primeiro parecer**. Desse modo, não há falar em um *modus operandi* que corroboraria a narrativa sustentada na inicial, constituindo tal argumento mera ilação, que não se mostra, igualmente, bastante para fundamentar a determinação de entrega de documentos contábeis e fiscais, tampouco da relação de clientes.

Não obstante, note-se que, tratando-se de serviço de *marketing* e divulgação oferecido publicamente pelas empresas a todo tipo de pessoas físicas e jurídicas, a forma de prestação dos serviços inevitavelmente será idêntica ou muito similar independentemente de quem seja o contratante.

Houvesse a coligação representante logrado demonstrar, ao longo da instrução processual, a existência de qualquer vínculo contratual entre as empresas de publicidade arroladas e a campanha do candidato Jair Bolsonaro ou o empresário a ele simpático, ter-se-ia fundamento razoável a ser examinado. Não é essa, todavia, a hipótese.

Inexiste nos autos elemento apto a comprovar, ainda que de forma inicial, ter ocorrido a contratação dos serviços de envio em massa de mensagens. E o dado novo fornecido pela *WhatsApp INC.* consistiu unicamente na confirmação de que algumas das empresas sob investigação efetivamente procederam ao disparo maciço e automatizado de mensagens, cujo conteúdo se desconhece, no mês de outubro de 2018.

Ainda que assim não fosse, a documentação cuja apreensão se pretende não possui o condão de comprovar a existência e envio das mensagens vinculadas a campanha eleitoral. A representante solicitou a entrega de relatório contábil, relação de clientes, contratos, notas fiscais e todos os documentos necessários à demonstração das relações jurídicas entabuladas pelas empresas suspeitas durante o período eleitoral. Solicitou, ainda, a cessão, pela Folha de S. Paulo, das notas fiscais que comprovariam as contratações feitas pela campanha de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão para promover disparos em massa de mensagens com conteúdo falso.

Ocorre que a acusação central desta lide – a existência e distribuição de mensagens com conteúdo falso – não é passível de ser averiguada ou demonstrada por tal documentação, a qual é apta tão somente a comprovar a existência de eventuais relações jurídicas entre os representados e as empresas de *marketing*.

Ainda que, apenas por hipótese, se apreendesse documento que confirmasse expressamente a contratação do serviço ilegal, faltariam os elementos mais imprescindíveis para a procedência desta AIJE: o conteúdo das mensagens e a comprovação de seu efetivo disparo. Nesse ponto, relembre-se, nem a coligação representante foi capaz de apresentar provas da existência e do teor dessas mensagens (algo simples de se obter para uma prática alegadamente ocorrida em massa), nem a *WhatsApp INC.* seria capaz de ofertar algo, posto que toda a comunicação ocorrida em sua plataforma é protegida por criptografia. Ademais, convém ressaltar que, conforme informou esta última empresa, dado o tempo transcorrido desde o momento dos fatos (mais de dois anos), não seria possível apurar nem mesmo se houve prática de *spam* por parte das empresas de publicidade no período eleitoral.

Note-se que nem mesmo o deferimento parcial do pedido para determinar-se a entrega apenas dos documentos não cobertos por sigilo constitucional teria o condão de alterar tal constatação, pelo que a diligência em questão, além de não trazer resultados úteis, revelar-se-ia ao fim apenas protelatória.

Releva mencionar, também, **apenas como um reforço argumentativo**, o teor da sentença proferida em 3.12.2020 pela Vara Cível da Comarca de Brusque (ID 6361388), no bojo da ação de reparação por danos morais movida por Luciano Hang contra a empresa Folha da Manhã e a jornalista Patrícia Campos Mello, **tendo por objeto exatamente os fatos e acusações reportados na matéria jornalística em que se baseia a propositura desta AIJE**. Transcrevo excerto da decisão judicial:

Os requerentes alegam, como causa de pedir, que a empresa requerida noticiou reportagem elaborada pela repórter requerida, que envolveu a pessoa do primeiro requerente, o ligando a sua empresa, segunda requerente, em ilícitos eleitorais, em pleno período eleitoral. Alegam que a notícia inverídica noticiada pelas requeridas, de que os requerentes teriam financiado disparos em massa de mensagens, com isso envolvendo o primeiro requerente em uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (autos n. 0601771-28.2018.6.00.000) na qualidade de investigado. As requeridas, em sua defesa, admitiram a reportagem, e aduziram que as



informações que ligam os requerentes aos fatos são sigilosas, razão pela qual não poderia demonstrar nesses autos. **Ocorre que ao veicular notícia com fontes sigilosas, sem qualquer outra evidência objetiva, as requeridas assumiram o risco de noticiar fatos que não ocorreram, arriscando a reputação de terceiros sem qualquer evidência senão de relatos que dizem serem sigilosos. Anotações realizadas num bloco de notas e imagens de trocas de mensagens não evidenciam minimamente que a versão dos fatos que envolvem os requerentes fora extraída de alguma fonte de evidência objetiva (Evento 46 – INF67 a INF91). Até porque, as notícias apresentadas não criam evidências, além da própria existência de sua divulgação. Tenho o fato por grave, e ausentes maiores evidências de envolvimento dos requerentes nos fatos noticiados. Até porque, por mais que seja de interesse público, é necessário que haja um mínimo de lastro investigativo, posto que sequer há lastro indiciário de conexão financeira tal qual noticiada na reportagem, objeto da presente demanda, o que torna clara a mais completa ausência de cautela, tanto por parte da repórter requerida, como do veículo de imprensa, em veiculação de tal notícia envolvendo os requerentes, mormente durante o período eleitoral, fator que agrava a conduta das requeridas em face da repercussão maior que ganha esse tipo de fato.**

[...]

No caso, como ressaltado alhures, ficou evidenciada a falta com o dever de cuidado, que repercutiu no dever de veracidade, porquanto, **muito embora as requeridas demonstrem terem se munido de informações de que houve disparos em massa nas eleições presidenciais de 2018, pelo que se pode verificar do material coligido nos autos, não demonstrou ligação dos requerentes com tais fatos.**

Nestes termos, diante da gravidade dos fatos, da repercussão negativa explícita com relação a honra dos requerentes e, considerando o período eleitoral em que a reportagem foi realizada, **tenho por indubitável o abuso, em face da divulgação de reportagem desprovida de maiores elementos de conexão entre os fatos narrados e os requerentes**, tal como descrito na reportagem.

[...]

Muito embora a imprensa não necessite, na apuração e divulgação de notícias os mesmos graus de solidez e certeza exigíveis de um processo judicial, tal como suscitado pelas requeridas em sua defesa, por óbvio, **tal fato não autoriza a imprensa a publicar notícias que vincule [sic] os requerentes ao tal esquema de disparos em massa de mensagens em pleno período eleitoral, sem qualquer base fática, posto que, muito embora as requeridas na defesa nomeiem as supostas fontes de informação, não apresentaram o conteúdo dessas fontes, mesmo que de forma anônima, que fossem capazes de vincular os requerentes ao esquema de divulgação de notícias em período eleitoral, consistentes em ilícito eleitoral contido na lei de regência respectiva.** Os danos decorrentes da reportagem são claros, posto que repercussão midiática em torno de tais fatos foi manifesta, chegando a repercutir no envolvimento do primeiro requerente em Ação de Investigação Judicial Eleitoral perante o TSE, apontada nos autos. O direito à honra dos requerentes, consagrado no texto constitucional (art. 5.º, inc. X, da CF/88) e na jurisprudência do STJ (Súmula 227), foi lesado quando tiveram seus nomes ligados a ilícito eleitoral em pleno período eleitoral, no caso do primeiro requerente como “dono da HAVAN”. No caso, reputo que os danos são oriundos de abuso de direito por parte das requeridas, e havendo abuso, necessária se torna a respectiva responsabilização, de forma solidária, nos termos do art. 927 c/c parágrafo único do art. 942 do Código Civil.

A sentença condenatória transcrita, recentemente prolatada, em tudo corrobora as convicções deste Relator no sentido da inviabilidade de deferir-se a medida desejada, porquanto ali assentou-se, **já em sede de decisão de mérito**, a fragilidade da denúncia veiculada – a qual imputou-se ofensiva à honra e



descumpridora do dever de cuidado, consignando-se a ausência de “qualquer evidência senão de relatos que dizem serem sigilosos”. As provas apresentadas pelos denunciante naquele processo resumiram-se, ressaltou aquele juízo, a “[a]notações realizadas num bloco de notas e imagens de trocas de mensagens [que] não evidenciam minimamente que a versão dos fatos que envolvem os requerentes fora extraída de alguma fonte de evidência objetiva.”

Ao cabo, impende ponderar que a aprovação das contas do investigado (TSE, PC nº 0601225-70.2018.6.00.0000, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, sessão em 4.12.2018), embora não seja capaz de afastar de forma definitiva e inquestionável a ocorrência dos ilícitos ventilados pela coligação representante, consubstancia circunstância indicativa da regularidade bancária e fiscal da campanha, especialmente porque realizadas **“diligências de circularização, as respostas apresentadas não indicam omissão de despesas por parte da campanha do candidato eleito Jair Bolsonaro”**.

Feitas todas essas considerações, concluo encontrar-se desprovida de respaldo a solicitação de entrega da documentação solicitada, sobretudo quando tal implicaria afastamento de sigilos protegidos pela Carta Maior sem que se encontrem preenchidos quaisquer dos requisitos colocados pelo legislador para o deferimento das medidas.

Não há como sustentar, repita-se à exaustão, que tais circunstâncias constituiriam elementos suficientes à reabertura da instrução processual e posteriormente pelo *Parquet* (pois antes já havia opinado pela improcedência do pedido), porquanto não corroboram, a meu juízo, a narrativa do suposto esquema ilícito descrito na peça inicial.

Como exaustivamente se argumentou e restou provado nos autos, o afastamento de sigilos constitucionais, mesmo que sob a forma de determinação de entrega de documentos, requer fundamentos idôneos e lastreados em indícios ou provas concretos – meras ilações ou suposições, ainda que aliadas a um eventual interesse público, não autorizam a concessão da medida excepcional.

Não fosse o suficiente, os documentos cujo fornecimento se pretende, independentemente de se tratar de informações acobertadas pelo sigilo ou não, são capazes de demonstrar exclusivamente a existência da relação jurídica contratual, mas jamais o efetivo disparo de mensagens com conteúdo falso contra os oponentes da chapa presidencial vencedora – o que é, ao cabo, o cerne da presente ação.

Quer parecer que o pedido de quebra de sigilo e outras diligências, renovadas após o fim da instrução processual, são uma tentativa desesperada de postergar o final desta demanda para ser utilizada com fins políticos e em futuras eleições.

No entanto, para o juiz que deve ser imparcial, na verdade, entendo que faltam elementos robustos e concretos em que se amparar o acolhimento das tutelas processuais pleiteadas, razão pela qual as rejeito, uma vez mais, e, por consequência, a pretendida conversão do julgamento em diligência

7) MÉRITO

Segundo alegou a representante, os ilícitos perpetrados teriam se dado sob a forma das seguintes condutas:

- a) Contratação de empresas especializadas em *marketing* digital por outras, apoiadoras de Jair Bolsonaro, para disparo de mensagens via *WhatsApp* contra o PT, seus candidatos e respectiva coligação, bem como contra o candidato do PDT;
- b) Utilização de base de dados de usuários fornecida por empresas de estratégia digital;
- c) Doação não declarada de pessoa jurídica;
- d) Utilização de valores acima do limite máximo permitido para gastos nas eleições.



No ponto, como se sabe, a Constituição Federal é categórica na indicação dos valores a serem resguardados pelo direito eleitoral ao inscrever como parâmetro para a legislação complementar a proteção à “normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta” (art. 14, § 9º).

Por sua vez, a Lei Complementar nº 64/1990, ao regulamentar a Lei Maior, determina que o uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou a utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social acarretará a aplicação de sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes àquela em que se verificou a infração, além da cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado.

A imposição das severas reprimendas apontadas, todavia, exige identificar e explicitar os aspectos para a precisa caracterização do abuso de poder. O eminente Ministro Luiz Fux o fez de forma bastante elucidativa em voto proferido no RESPE nº 1528-45 (DJe de 2.6.2017). Extrai-se da respectiva ementa a seguinte lição:

[...]

17. O abuso de poder (i.e., econômico, político, de autoridade e de mídia) reclama, para a sua configuração, uma análise pelo critério qualitativo, materializado em evidências e indícios concretos de que se procedera ao aviltamento da vontade livre, autônoma e independente do cidadão-eleitor de escolher seus representantes.

18. O critério quantitativo (i.e., potencialidade para influenciar diretamente no resultado das urnas), conquanto possa ser condição suficiente, não se perfaz condição necessária para a caracterização do abuso de poder econômico.

[...]

20. O fato de as condutas supostamente abusivas ostentarem potencial para influir no resultado do pleito é relevante, mas não essencial. Há um elemento substantivo de análise que não pode ser negligenciado: o grau de comprometimento aos bens jurídicos tutelados pela norma eleitoral causado por essas ilicitudes, circunstância revelada, *in concreto*, pela magnitude e pela gravidade dos atos praticados.

É certo que, após as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 135/2010, não se exige mais a potencialidade da conduta ilícita com intuito de alterar o resultado da eleição para fins de configuração do ato abusivo, “mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam” (Lei Complementar nº 64/1990, art. 22, XVI).

Colho, no particular, do AgR-RESPE nº 259-52/RS, DJe de 14.8.2015, relevante aspecto considerado pela Ministra Luciana Lóssio, relatora do feito:

[...] deflui do dispositivo que a verificação do abuso passou a demandar a avaliação da gravidade das circunstâncias inerente ao fato em si, ou seja, do desvalor presente diante do bem jurídico tutelado pela norma, no caso, a normalidade e a legitimidade das eleições. Assim, a investigação da prática abusiva não se prende necessariamente a eventuais implicações no pleito, muito embora tais implicações, quando existentes, reforcem a natureza grave do ato.

Quanto ao elemento “gravidade” em si, há de se compreender como

[...] um juízo de desvalor do resultado de determinada conduta (além do juízo de desvalor da ação em si, realizada pela lei em abstrato), no sentido de que a conduta afetou in concreto, como resultado, a igualdade de oportunidades entre os candidatos (não o resultado da eleição), isto é, a isonomia de meios da disputa entre candidaturas.



E, no caso, em razão da constatação dessa “gravidade”, permite-se a aplicação, além da multa, de pena mais severa como a cassação do registro de candidatura ou diploma, além da inelegibilidade (art. 22, XIV e XVI, da Lei Complementar 64/90), forte na caracterização, por esse viés (de exame de desvalor do resultado que desiguala oportunidades entre candidatos), então, de fato abusivo do poder político.” (BERNARDI, Dieison Picin Soares.

CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA ELEITORAL E O ABUSO DO PODER POLÍTICO: CRITÉRIO CIENTÍFICO PARA JUSTIFICAR A ANÁLISE DA “GRAVIDADE” DOS FATOS NA FORMA DO ART. 22, XVI, DA LEI COMPLEMENTAR 64/90.

(Disponível em: <http://www.ejesc.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/ejesc/documentos/Condutas_Vedadas_e_abuso_do_poder_politico_para_EJE_SC.pdf> Acesso em 28. dez. 2020. Sem destaques no original.)

No plano infraconstitucional, a Lei nº 9.504/1997 reprime, com a perda do registro de candidatura ou com a cassação do diploma, a captação ilícita de sufrágio (art. 41-A), a movimentação ilícita de recursos de campanha (art. 30-A) e diversos comportamentos administrativos “tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais” (art. 73), demonstrando a inequívoca preocupação em proteger a manifestação popular e o necessário equilíbrio da disputa política de influências indevidas do poderio econômico e político da sociedade.

O legislador de 2010, com a edição da Lei Complementar nº 135, substituiu o critério da potencialidade lesiva pelo da gravidade, de forma que as infrações menos graves devem ser sancionadas no âmbito das representações eleitorais, sujeitas a multa, direito de resposta e suspensão da propaganda. Dessa forma, “a mensuração dos reflexos eleitorais da conduta, não obstante deva continuar a ser ponderada pelo julgador, não mais se constitui fator determinante para a ocorrência do abuso de poder, o qual agora se revela, substancialmente, pelo desvalor do comportamento” (TSE, AIJE nº 0601969-65/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 8.5.2020).

A propósito, valho-me, uma vez mais, do precedente anteriormente citado, de relatoria do Ministro Luiz Fux, no qual Sua Excelência consigna:

Se diagnosticadas circunstâncias desabonadoras da conduta dos players durante a competição eleitoral, capazes de aniquilar e vilipendiar a higidez e a sinceridade que devem presidir as eleições, o reconhecimento de corrupção eleitoral [e de abuso de poder] é medida que se impõe.

Referido comportamento não se coaduna com o jogo democrático ético, transparente e republicano, máxime porque macula a própria noção de legitimidade do pleito, ínsita que é ao Estado Democrático de Direito, nomeadamente por resguardar, de forma suficiente, o direito dos cidadãos, atores principais dentro do processo político. No limite, é a própria liberdade de voto que se afigura comprometida.

Consoante afirmado algures, a legitimidade e a normalidade das eleições são pressupostos materiais para a investidura idônea do cidadão eleito e o consequente desempenho de seu mandato eletivo.

Além disso, para fins de conformação do abuso de poder, é imprescindível, a presença de um conjunto probatório seguro, a demonstrar a efetiva ocorrência dos ilícitos imputados (TSE, AI nº 28353/RJ, Relator Ministro Roberto Barroso, DJe de 31.5.2019; TSE, RESPE nº 682-54/MG, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJe de 16.12.2014; TSE, AIJE nº 060196965/DF, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 8.5.2020; e TSE, RO nº 2650-41/RS, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJe de 8.5.2017). Ainda, dos importantes julgados desta Corte Superior, destaco o seguinte:

[...] A retirada de determinado candidato investido em mandato, de forma legítima, pelo batismo popular, somente deve ocorrer em bases excepcionalíssimas, notadamente em casos gravosos de abuso do poder econômico e



captação ilícita de sufrágio manifestamente comprovados nos autos. (FUX, Luiz. Novos Paradigmas do Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 115-116). Esta lição doutrinária leva à conclusão de que meras alegações, alvitre ou suposições de ilícitos, se não lastreados em dados concretos e empíricos, coerentes e firmes, não bastam à formação de juízo de condenação capaz de elidir a legitimidade do mandato popular obtido nas urnas.

(RESPE nº 901-90/RJ, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 14.3.2017.)

Prosseguindo, especificamente acerca do aspecto probatório, também menciono as lúcidas ponderações do Ministro Carlos Velloso, em julgado do Tribunal Superior Eleitoral de 11.6.2004:

[...] no âmbito de uma formação social organizada **sob a égide** do regime democrático, **não** se justifica, **sem base probatória idônea, mesmo** em sede eleitoral, a formulação possível de **qualquer** juízo condenatório, **que deve sempre assentar-se** – para que se qualifique como ato **revestido** de validade ético-jurídica – **em elementos de certeza**, os quais, **ao dissiparem** ambigüidades, **ao esclarecerem** situações equívocas **e ao desfazerem** dados eivados de obscuridade, **revelem-se capazes** de informar, **com objetividade**, o órgão judiciário competente, **afastando**, desse modo, **dúvidas** razoáveis, sérias **e** fundadas cuja existência **poderia** conduzir **qualquer** magistrado ou Tribunal a pronunciar o ‘non liquet’.

Meras conjecturas (que sequer podem conferir suporte material a qualquer imputação) **ou simples** elementos indiciários **desvestidos** de maior consistência probatória **não se revestem**, em sede judicial, **de idoneidade jurídica**. Não se pode – **tendo-se presente** o postulado constitucional da não-culpabilidade – **atribuir relevo e eficácia** a juízos meramente conjecturais, para, com fundamento neles, **apoiar um inadmissível** decreto de cassação do diploma.

Não questiono a eficácia probante dos indícios, **mas enfatizo** que a prova indiciária – **para viabilizar** um juízo de condenação (penal ou civil) – **deve** ser veemente, convergente **e** concatenada, **não excluída** por contra-indícios, **nem** abalada **ou** neutralizada por eventual dubiedade que possa emergir das conclusões a que tal prova **meramente** circunstancial dê lugar, **sob pena** de o acolhimento judicial desses elementos probatórios indiretos, **quando** precários, inconsistentes **ou** impregnados de equivocidade, **importar** em incompreensível transgressão ao postulado constitucional da não-culpabilidade.

É que os indícios **somente** terão força convincente, ‘quando [...] concordes e concludentes’, pois **indícios que não sejam coesos**, firmes ou seguros **não podem legitimar**, a meu juízo, um decreto de condenação **ou**, como no caso, de cassação de diploma.

(TSE, RESPE nº 21.264/AP, relator Ministro Carlos Velloso, DJ de 11.6.2004. Destaques no original.)

Em síntese, para a caracterização do abuso de poder apto à incidência das graves penalidades aqui referidas, impõe-se estar comprovada, de forma inequívoca, a gravidade dos fatos imputados, demonstrada a partir da verificação do alto grau de reprovabilidade da conduta (aspecto qualitativo) e de sua significativa repercussão a fim de influenciar o equilíbrio da disputa eleitoral (aspecto quantitativo).

Na hipótese dos autos, por cuidar-se de eleição presidencial, exige-se que a lesividade da conduta para conformação do abuso de poder seja ainda mais evidente, quer em razão da importância do cargo de Presidente da República nos âmbitos nacional e internacional, quer por se tratar de pleito de proporções continentais, a envolver eleitorado de quase 150 (cento e cinquenta) milhões de cidadãos.

Aduzadas as considerações pertinentes, passo à análise das imputações.

a) Contratação de empresas especializadas em marketing digital por outras, apoiadoras de Jair Bolsonaro, para disparo de mensagens via WhatsApp contra o PT



A representante alegou, inicialmente, que empresas especializadas em *marketing* digital foram contratadas por empresas vinculadas ao candidato Jair Bolsonaro para impulsionar, de forma automatizada e maciça, mensagens falsas via *WhatsApp*. Entendo, entretanto, não ser possível colher do conjunto probatório dos autos elementos que corroborem esta acusação.

Muitas foram as notícias de que teria ocorrido propaganda eleitoral irregular por meio da plataforma de comunicação instantânea em questão no pleito de 2018. A denúncia publicada pela Folha de S. Paulo, por sua vez, nada faz além de dar conta desse fato. A bem da verdade, tudo o mais são elocubrações e ilações feitas a partir de declarações de indivíduo que processava a ex-empregadora e que posteriormente veio a retratar-se.

Não há nos autos e tampouco é possível se extrair da matéria que embasou a propositura desta ação (ID 5536642) um único elemento apto a comprovar a suposta contratação do serviço de impulsionamento de mensagens, seja diretamente pelos candidatos, seja por pessoa jurídica.

Ademais, rememoro que o Tribunal Superior Eleitoral possui entendimento consagrado no sentido de que as matérias veiculadas na imprensa, por si só, não têm o condão de ensejar decreto condenatório pela prática de ilícito eleitoral, como tive oportunidade de relatar em julgamento ocorrido em data recente:

RECURSOS ESPECIAIS. ELEIÇÕES 2016. CANDIDATOS. PREFEITO. VICE-PREFEITO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DO PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. CONDUTA VEDADA A AGENTES PÚBLICOS.

1. Recursos especiais interpostos contra acórdãos prolatados pelo TRE/RJ (o segundo por maioria de quatro votos a três) por meio dos quais se reformou a sentença para acolher os pedidos na Ação de Investigação Judicial Eleitoral e declarar inelegíveis os dois primeiros recorrentes, além de aplicar multa a eles e à coligação, por abuso do poder político e econômico e conduta vedada a agentes públicos (arts. 22 da LC 64/90 e 73, II, da Lei 9.504/97).

[...]

13. Incabível, a partir somente de matérias jornalísticas, assentar a promoção pessoal à época da atualização e do lançamento do projeto ou a anuência de Eduardo Paes. Precedentes. Reportagem com juízo de valor de que "Paes quer aproveitar a oportunidade para associar Pedro Paulo à figura de um bom gestor que cuidará bem do município, caso seja eleito", sem nenhuma prova que a corrobore, é imprestável para condenação por abuso de poder.

(TSE, Recurso Especial Eleitoral nº 1705-94 (2.764/2018), Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. em 2.2.2021).

Confira-se outros julgados desta Colenda Corte nesse sentido:

ELEIÇÕES 2014. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO. GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR. AIJE. ABUSO DE PODER ECONÔMICO E POLÍTICO. CONDUTA VEDADA. CONJUNTO PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE ROBUSTEZ E DE DEMONSTRAÇÃO DE GRAVIDADE. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE PELA CORTE REGIONAL. ACÓRDÃO RECORRIDO MANTIDO. DESPROVIMENTO.

[...]

5. O abuso do poder político não pode ser comprovado única e exclusivamente com base em matéria jornalística.
[...]



(AgR-RO 1964-12/ES, Rel. Min. Luciana Lóssio, DJE de 6/4/2016) (sem destaque no original)

ELEIÇÕES 2014. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR. IMPROCEDÊNCIA. CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS. ABUSO DE PODER POLÍTICO E DE AUTORIDADE. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. FUNDAMENTOS NÃO INFIRMADOS. ART. 932, III, DO CPC/2015. SÚMULA Nº 26/TSE. NÃO CONHECIMENTO.

[...]

2.3. Não se provou a utilização de veículos oficiais para a condução dos gestores da empresa ao evento de natureza eleitoral ocorrido em 22.7.2014, pois a reportagem publicada pelo jornal Hoje em Dia (fls. 37-8), apesar de informar a utilização de carros oficiais dos Correios no evento, vem desacompanhada de fotos ou de qualquer outra prova contundente do noticiado, inapta, por si só, à comprovação do alegado, nos termos de entendimento firmado por esta Casa (AgR-RO nº 1964-12/ES, Rel. Min. Luciana Lóssio, DJe de 6.4.2016);

[...]

2.9 Delineado o quadro, de rigor a aplicação da exegese desta Casa de que “para afastar legalmente determinado mandato eletivo obtido nas urnas, compete à Justiça Eleitoral, com base na compreensão da reserva legal proporcional, verificar, com fundamento em provas robustas admitidas em direito, a existência de grave ilícito eleitoral suficiente para ensejar as severas e excepcionais sanções de cassação de diploma e de declaração de inelegibilidade” (RO nº 2650-41/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 8.5.2017).

[...]

(TSE, AgR-RO 5193-39/MG, Rel. Min. Rosa Weber, DJE de 2/8/2018)

Não se olvida, outrossim, que, por não depender de licença ou concessão do Poder Público, “a imprensa escrita pode assumir posição favorável em relação a determinado candidato” (AgR-REspe 586-87/RJ, Rel. Min. Rosa Weber, DJE de 10/8/2018), o que, *a contrario sensu*, no caso, reforça ainda mais a inviabilidade de se tomar notícias como provas, na medida em que não se exige de jornais e periódicos postura absolutamente imparcial no cenário político.

Não foi apresentado, também, qualquer documento que comprovasse o disparo de mensagens com conteúdo favorável a Jair Bolsonaro ou em desfavor de seus opositores pelas empresas em questão. Da mesma forma, não se exibiu nada que pudesse sugerir direcionamento ou atuação direta da campanha e/ou de seus apoiadores sobre o conteúdo daquilo que seria veiculado no *WhatsApp*.

Ocorre que a exordial veio instruída somente com essa notícia jornalística e, no curso da demanda, a autora não apresentou provas dos supostos fatos. Ao indicar quais seriam as empresas que alegadamente teriam participado do negócio ilícito – porquanto sustentou haver mais de uma –, soube mencionar apenas as Lojas Havan. Em relação a esta última, não foi declinado nenhum fato concretamente descrito e comprovável.

Apenas mencionou-se que teria firmado contrato com as empresas de *marketing* (documento não apresentado) e que seu dono, Luciano Hang, teria sido sancionado por impulsionamento irregular de propaganda eleitoral no *Facebook*.

Quanto à prova testemunhal produzida, registre-se que serviu apenas para afastar a ocorrência dos ilícitos suscitados, posto que a testemunha Rebeca Félix, coordenadora da equipe de conteúdo, monitoramento e *design* da campanha do candidato Jair Bolsonaro, afirmou desconhecer qualquer contratação de disparo de propaganda eleitoral irregular em massa (ID 16443538).

Relativamente à alegação da representante de que “a afirmação da testemunha Rebeca Félix sobre não ter havido impulsionamento individual estaria dissociada da verdade, porquanto o representado



Luciano Hang fora condenado pelo TSE em razão da citada prática irregular no *Facebook*, importa destacar que Rebeca **relatou não ter conhecimento de impulsionamento de mensagens por parte da AM4, empresa para a qual trabalhava e que era oficialmente responsável pela propaganda eleitoral da chapa do representado Bolsonaro. Relatou também que esse não era um serviço oferecido por sua empregadora. Informou que, por parte da AM4, foi realizado apenas um impulsionamento junto ao Google para divulgação de uma plataforma e este teria sido declarado à Justiça Eleitoral.** *In verbis*:

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (representante do Ministério Público): A senhora, então, trabalhou na empresa AM4. No caso, a empresa, **a senhora tem conhecimento se oferecia serviço de mensagens? De disparo de mensagens?**

A SENHORA REBECA FÉLIX DA SILVA RIBEIRO ALVES (testemunha): **Não faz parte do leque de serviços da empresa.**

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (representante do Ministério Público): Certo. A senhora tem conhecimento se a empresa contratou ou subcontratou, melhor dizendo, alguma outra que [inaudível] com esse tipo de serviço de disparo de mensagens?

A SENHORA REBECA FÉLIX DA SILVA RIBEIRO ALVES (testemunha): Eu só me recordo de ter feito o envio daquele mailing específico nessa situação que eu acabei de... de falar e que foi pra divulgar a plataforma de arrecadação, no caso do partido, ainda nem era do candidato. Nem era uma coisa de campanha, era do partido, e pra falar dum novo número. Que aí era um mailing bem específico dos doadores. Precisou mudar o número de WhatsApp e aí eles precisaram fazer esse comunicado de que agora o atendimento ia ser com o número.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (representante do Ministério Público): Certo. **Além do trabalho que a senhora realizou na agência de publicidade, a senhora tem conhecimento sobre os fatos investigados, sobre esse disparo de mensagens, se ocorreu efetivamente ou não?**

A SENHORA REBECA FÉLIX DA SILVA RIBEIRO ALVES (testemunha): **No âmbito da campanha, eu fui uma pessoa que fiquei bem próxima até da...do núcleo ali, eu trabalhei... bem próxima do núcleo de onde se produ... se produzia o conteúdo. Isso jamais foi sequer cogitado como estratégia, nunca.**

[...]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (advogado): Eu gostaria de saber a respeito dos impulsionamentos. A senhora poderia dar o nome das pessoas que fizeram impulsionamento? A senhora tem essa informação pra passar?

A SENHORA REBECA FÉLIX DA SILVA RIBEIRO ALVES (testemunha): **A gente não teve impulsionamento na campanha. O único investimento em mídia que teve foi no Google, ah... um vídeo sobre a plataforma, declarado, né, na campanha, foi um merchant bem irrisório. Todo o trabalho foi orgânico.**

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (advogado): Eu vou reformular a pergunta. **Então, a senhora afirma que não houve nenhum tipo de impulsionamento individual ao longo da campanha?**

A SENHORA REBECA FÉLIX DA SILVA RIBEIRO ALVES (testemunha): **Houve investimento em mídia, que a gente chama de impulsionamento, no Google, nessa situação que eu acabei de comentar.**

(Sem destaques no original.)



Sobre o representado Luciano Hang, Rebeca Félix pontuou que não o conhecia e que nunca o viu nas dependências da empresa para a qual trabalhava.

Consoante se vê, não é possível extrair das declarações da testemunha a ilação feita pela representante. Até mesmo porque esta última sequer foi indagada sobre a condenação de Luciano Hang por impulsionamento no *Facebook*.

O que se tem aí é afirmação do desconhecimento da contratação de impulsionamento de notícias falsas por meio de *WhatsApp* pela AM4, empresa oficialmente responsável pela campanha de Jair Bolsonaro. **Note-se que as demais testemunhas admitidas nos autos foram posteriormente dispensadas, com a concordância expressa da autora.**

Além disso, é imperioso pontuar que o impulsionamento de conteúdo contratado por Luciano Hang junto ao *Facebook* **não constitui** objeto dos autos. Embora a Justiça Eleitoral tenha reconhecido sua ocorrência e aplicado sanção, isso se deu no âmbito de ação completamente distinta, baseada em fatos diferentes e que não guarda correlação com aquilo que se discute nesta AIJE – impulsionamento pago de conteúdo falso por meio do *WhatsApp*.

Igualmente, a autora não logrou comprovar, ao longo da instrução, a contratação das empresas *Quick Mobile*, *Yacows*, *Croc Services* e *SMSMarket* para realizar impulsionamento de conteúdo, levando a crer que a sua citação decorreu do simples fato de serem elas especializadas em *marketing* digital.

Acrescente-se, mais uma vez que, na prestação de contas do candidato investigado (TSE, PC nº 060122570/DF, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, PSESS de 4.12.2018), **a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (ASEPA) procedeu às diligências de circularização em relação às empresas *WhatsApp*, *Google*, *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, com o objetivo de identificar a contratação de impulsionamento de conteúdos na rede mundial de computadores (ID 1463638), sobreindo respostas negativas por parte dessas empresas quanto ao candidato eleito Jair Messias Bolsonaro e seu partido.**

Inclusive, a empresa *WhatsApp*, em sua resposta (ID 1706188), informou categoricamente a inexistência de contratação desses serviços, sobretudo em razão de se tratar de um aplicativo de envio de mensagens privadas.

Note-se que, não obstante sua designação jurídica, a ação de investigação judicial eleitoral não possui a natureza processual de inquérito, ou seja, de procedimento prévio destinado a promover diligências investigativas com o intuito de revelar a autoria e a materialidade de práticas abusivas. Constitui, de fato, verdadeira ação eleitoral, pela qual se deduz em juízo a pretensão de fulminar a elegibilidade de determinado candidato ou eleitor em razão da ocorrência de abuso de poder.

Por conseguinte, ao autor incumbe narrar fatos ilícitos concretos e objetivos, com gravidade suficiente para comprometer a regularidade do pleito, indicando, desde logo, as provas aptas a comprovar a sua prática.

Necessária a lembrança de que, no processo eleitoral, incide a regra do art. 373 do Código de Processo Civil, que faz recair sobre o autor o ônus de comprovar os fatos constitutivos do seu direito, do qual não se desincumbiu, não sendo o caso de inversão ou de distribuição dinâmica desse ônus, sob pena de configurar a chamada prova diabólica.

Afasto, pois, a acusação de que empresas especializadas em *marketing* digital foram contratadas por empresas vinculadas ao candidato Jair Bolsonaro para impulsionar, de forma automatizada e maciça, mensagens falsas via *WhatsApp*.

b) Utilização de base de dados de usuários fornecidos por empresas de estratégia digital

Não há lastro probatório no que diz respeito às acusações de utilização irregular de cadastro de usuários fornecido por empresas de estratégia digital.

Quanto a esse fundamento, a reportagem jornalística que ancorou a propositura da ação chegou a fazer referência a preços por mensagem, entre R\$ 0,08 (oito centavos) e R\$ 0,40 (quarenta centavos), a depender da base de dados utilizada (se do próprio contratante ou da contratada).

Todavia, para além de não anexar prova do conteúdo das mensagens, a fim de comprovar o seu teor negativo, também não citou ou mostrou uma única base de dados utilizada para a prática do impulsionamento ilícito.



Inexiste nos autos qualquer elemento que demonstre, mesmo de forma inicial, a ocorrência de compra de base de dados de terceiros ou que evidencie que pessoas não inscritas para receber notícias da campanha de Jair Bolsonaro tenham sido alvo dos disparos em massa. Uma mensagem recebida por um eleitor não cadastrado junto à coligação do representado bastaria para conferir plausibilidade às alegações da representada. Contudo, mais uma vez, só o que se ofertou foram as denúncias veiculadas pela Folha de S. Paulo.

Conforme destacou o Ministro Henrique Neves em voto proferido no REspe nº 29-49/RJ (DJe de 25.8.2014),

[...] quando o enfoque é o cidadão eleitor, como protagonista do processo eleitoral e verdadeiro detentor do poder democrático, não devem ser, a princípio, impostas limitações senão aquelas, referentes à honra dos demais eleitores, dos próprios candidatos, dos Partidos Políticos e as relativas à veracidade das informações divulgadas.

Sob esse enfoque, enquanto conversa circunscrita aos seus usuários, protegida pelo sigilo das comunicações, a disseminação das mensagens com cunho eleitoral entre pessoas não engajadas na campanha de Jair Bolsonaro não necessariamente aponta para a utilização de bases de dados de terceiros. Inexiste presunção legal ou interpretativa neste sentido.

Não havendo prova da disseminação de conteúdo falso, como na espécie, há de se considerar a hipótese de tratar-se de uma consequência do legítimo exercício da liberdade de expressão, segundo precedente deste Tribunal Superior Eleitoral. Examine-se:

ELEIÇÕES 2016. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. PROCEDÊNCIA PARCIAL NA ORIGEM. CONDENAÇÃO EM MULTA NO MÍNIMO LEGAL. VEICULAÇÃO DE MENSAGENS NO APLICATIVO WHATSAPP CONTENDO PEDIDO DE VOTOS. AMBIENTE RESTRITO. CONVERSA CIRCUNSCRITA AOS USUÁRIOS DO GRUPO. IGUALDADE DE OPORTUNIDADE ENTRE OS CANDIDATOS E LIBERDADE DE EXPRESSÃO. CONFLITO ENTRE BENS JURÍDICOS. "VIRALIZAÇÃO". FRAGILIDADE DA TESE. AUSÊNCIA DE DADOS CONCRETOS. POSIÇÃO PREFERENCIAL DA LIBERDADE COMUNICATIVA OU DE EXPRESSÃO E OPINIÃO. PROVIMENTO.

Histórico da demanda

1. O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE) entendeu configurada a propaganda eleitoral extemporânea, incontestado o pedido explícito de voto "em data anterior ao dia 15 de agosto de 2016", quando a recorrente, "em diálogo travado no grupo de Whatsapp 'Na Boca do Povo', expressou, por mais de uma vez, o pedido de voto em favor do pré-candidato Danilo Alves de Carvalho", filho do seu ex-marido, nos seguintes termos: "Nena vota em Danilo" e "vote em consideração ao velho".

2. Interposto recurso especial eleitoral por Dayana Rodrigues Moreira dos Santos, aparelhado na afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, aos arts. 5º, IV, da Constituição Federal; 36-A, V, da Lei nº 9.504/1997; e 21, §§ 1º e 2º, da Res.-TSE nº 23.457/2015, coligidos arestos a amparar o dissenso pretoriano.

Do recurso especial eleitoral

3. Existe na espécie certo conflito entre bens jurídicos tutelados pelo ordenamento jurídico de um lado, a igualdade de oportunidade entre os candidatos e, de outro, a liberdade de expressão e opinião do cidadão eleitor (liberdade comunicativa), de modo que a atividade hermenêutica exige, por meio da ponderação de valores, o reconhecimento de normas carregadas com maior peso abstrato, a ensejar, por consequência, a assunção por uma delas, de posição preferencial, como é o caso da liberdade de expressão.



4. Dada a sua relevância para a democracia e o pluralismo político, a liberdade de expressão assume uma espécie de posição preferencial (preferred position) quando da resolução de conflitos com outros princípios constitucionais e direitos fundamentais.

5. Quando o enfoque é o cidadão eleitor, como protagonista do processo eleitoral e verdadeiro detentor do poder democrático, não devem ser, a princípio, impostas limitações senão aquelas, referentes à honra dos demais eleitores, dos próprios candidatos, dos Partidos Políticos e as relativas à veracidade das informações divulgadas (REspe nº 29-49, Rel. Min. Henrique Neves da Silva, DJe de 25.8.2014).

6. As mensagens enviadas por meio do aplicativo *Whatsapp* não são abertas ao público, a exemplo de redes sociais como o Facebook e o Instagram. A comunicação é de natureza privada e fica restrita aos interlocutores ou a um grupo limitado de pessoas, como ocorreu na hipótese dos autos, o que justifica, à luz da proporcionalidade em sentido estrito, a prevalência da liberdade comunicativa ou de expressão.

7. Considerada a posição preferencial da liberdade de expressão no Estado democrático brasileiro, não caracterizada a propaganda eleitoral extemporânea porquanto o pedido de votos realizado pela recorrente em ambiente restrito do aplicativo *Whatsapp* não objetivou o público em geral, a acaso macular a igualdade de oportunidade entre os candidatos, mas apenas os integrantes daquele grupo, enquanto conversa circunscrita aos seus usuários, alcançada, nesta medida, pelo exercício legítimo da liberdade de expressão.

8. Consignada pelo Tribunal de origem a possibilidade em abstrato de eventual "viralização" instantânea das mensagens veiculadas pela recorrente, ausente, contudo, informações concretas, com sólido embasamento probatório, resultando fragilizada a afirmação, que não pode se amparar em conjecturas e presunções.

Recurso especial eleitoral a que se dá provimento para julgar improcedente a representação por propaganda eleitoral extemporânea e, por conseguinte, afastar a sanção de multa aplicada na origem.

(TSE, RESPE nº 133-51/SE, Relatora Ministra Rosa Weber, DJe de 15.8.2019. Sem destaques no original.)

Expressando entendimento similar, ainda que para outra rede social, *vide* julgamento do RESpe nº 74-64/RN, sob a relatoria do eminente Ministro Dias Toffoli, DJe 12.9.2013.

Na hipótese, mais uma vez, não há prova a corroborar as alegações da autora, motivo pelo qual rejeito também esta acusação.

c) Doação não declarada de pessoa jurídica e utilização de valores acima do limite máximo permitido para gastos nas eleições

Por último, as acusações de doação não contabilizada por parte de pessoa jurídica e utilização de valores acima do limite máximo permitido para gastos nas eleições.

A doação de pessoa jurídica estaria configurada, segundo a peça exordial, mediante pagamento de contratos firmados com empresas especializadas em *marketing* digital para envio de mensagens em massa contra os candidatos do PDT e do PT, pelo aplicativo *WhatsApp*.

Mais uma vez, a autora não apresentou provas, tendo se limitado a citar a empresa Havan como sendo uma das responsáveis pela suposta contratação, sem indicação das demais que supostamente teriam financiado o impulsionamento de conteúdo negativo.

Os valores contratuais mencionados, superiores a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) por contrato, dificilmente transitariam sem deixar vestígios, não tendo sido apreendido qualquer numerário ou registro de transações comerciais suspeitas capazes de demonstrar a prática de ardis contábil destinado a concretizar esse intuito, quer por parte dos dirigentes ou funcionários das empresas de *marketing*, quer das supostas contratantes dos serviços.



Conforme bem observado pelo eminente relator do processo de prestação de contas de Jair Messias Bolsonaro, Ministro Luís Roberto Barroso, os mencionados processos não se prestam à realização de investigações aprofundadas de fatos que possam caracterizar abuso do poder econômico ou político, para os quais há outros instrumentos na legislação eleitoral, mas possuem elementos relevantes a subsidiar outros processos.

No caso, fora constatado financiamento coletivo pela empresa AM4, sem cadastro prévio, por meio de contrato firmado diretamente com a empresa Aixmobil (arrecadadora responsável), devidamente cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral.

Todavia, a impropriedade não impediu a aprovação das contas, com ressalvas. Destaca-se do voto trecho do parecer da unidade técnica, importante também para o julgamento desta AIJE:

[...]

52. Segundo a área técnica, a campanha do candidato eleito recebeu doações de pessoas físicas por meio de financiamento coletivo. Os créditos realizados na conta bancária, no montante de R\$ 3.544.611,79 (três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e onze reais e setenta e nove centavos), foram realizados pela empresa Aixmobil Serviços e Participações Ltda., CNPJ nº 23.806.528/0001-58, cujo cadastro prévio foi deferido pelo TSE.

53. Nada obstante, a documentação comprobatória apresentada pelo candidato se referiria, em verdade, à empresa AM4 Brasil Inteligência Digital Ltda., CNPJ nº 19.868.290/0001-18, que atuou na plataforma Mais que Voto, registrada no TSE pela empresa Ingresso Total, CNPJ nº 09.195.837/0001-08. A empresa AM4, contudo, não realizou o cadastro prévio no TSE, descumprindo, assim, o art. 23, I, da Res.-TSE nº 23.553/2017.

54. Solicitados esclarecimentos à campanha, foi alegado que as empresas Aixmobil, AM4 e Ingresso Total atuaram, cada uma na sua respectiva seara, para a entrega do serviço de financiamento coletivo, tendo desenvolvido conjuntamente a plataforma Mais que Voto. Além disso, as empresas AM4 e Ingresso Total integrariam o mesmo grupo econômico. A empresa AM4 teria, nesse sentido, firmado contrato diretamente com a empresa Aixmobil, empresa arrecadadora responsável e devidamente cadastrada no TSE (ID 1998338).

55. A ASEPA considerou inexistir comprovação de que as empresas AM4 e Ingresso Total integrariam o mesmo grupo econômico, sendo insuficiente a demonstração de que operam no mesmo endereço, até porque seus quadros societários não são coincidentes. De toda sorte, entendeu o órgão técnico que a impropriedade não trouxe prejuízo à análise das contas, uma vez que: (i) a plataforma Mais que Voto foi previamente cadastrada no TSE por meio da empresa Ingresso Total; e (ii) a empresa Aixmobil, subcontratada para a operacionalização dos pagamentos, também efetuou o cadastro prévio junto ao TSE. Dessa forma, conclui que não foi identificado prejuízo “ao controle social quanto à identificação detalhada das doações, minimizando o impacto na regularidade das contas” (item 61 do parecer conclusivo).

56. Sobre o ponto, a Procuradoria-Geral Eleitoral também asseverou que “houve preservação do princípio da transparência e do controle social quanto à identificação dos doadores, bem como da possibilidade

de divulgação dos dados da doação, de modo que a falha apontada pela ASEPA constitui simples impropriedade e não compromete a confiabilidade das contas prestadas” (ID 2419588, p. 9).

57. Com efeito, como ressaltado pela Assessoria de Exame de Contas, tanto a plataforma Mais que Voto quanto à empresa Aixmobil Serviços e Participações Ltda., responsável pela arrecadação dos recursos, foram devidamente cadastradas junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Desse modo, entendo que a subcontratação de serviços por empresa não cadastrada nesta Corte não comprometeu a transparência das doações recebidas e tampouco obsteu seu controle social, qualificando-se como mera impropriedade.



58. Dessa forma, a impropriedade apontada não compromete a regularidade das contas nem conduz à sua desaprovação.

[...]

Ao concluir seu voto no mencionado processo de prestação de contas, o ilustre Relator lançou ainda uma observação final:

[...]

V. CONCLUSÃO ACERCA DAS CONTAS DE CAMPANHA DOS CANDIDATOS ELEITOS

95. A campanha da chapa majoritária teve arrecadação total de R\$4.390.140,36 (quatro milhões, trezentos e noventa mil e cento e quarenta reais e trinta e seis centavos) e despesa total de R\$2.456.215,03 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quinze reais e três centavos). Logo, foi respeitado o teto de gastos das eleições presidenciais, fixado, nas Eleições 2018, em R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais).

[...]

107. Uma observação final: os números envolvidos na presente prestação de contas demonstram ser possível participar das eleições mediante mobilização da cidadania, e não do capital, sem fazer do processo eleitoral um derramamento de dinheiros escusos.

(Sem destaques no original.)

Conforme se nota, também a apuração levada a cabo pelo TSE, ao examinar a prestação de contas do candidato, não encontrou qualquer irregularidade que pudesse levantar desconfianças quanto à ocorrência de doação de pessoas jurídicas, o que torna ainda mais frágeis as acusações feitas.

Quanto à alegação de o representado Luciano Hang ter contratado impulsionamento de conteúdo junto ao *Facebook*, repita-se mais uma vez que isso de maneira alguma serve para demonstrar que o representado – e com muito menos razão, a Havan, empresa da qual é proprietário – teria feito o mesmo junto ao *WhatsApp*.

Novamente, as provas colacionadas aos autos pela representante, analisadas conjuntamente com os elementos produzidos em sede de instrução probatória, conduzem à convicção de que carecem de subsídios também as alegações de doação não declarada por parte de pessoa jurídica e de realização de gastos além do limite permitido, razão pela qual rejeito também tais imputações.

Feitas todas essas considerações, ressalto que, consoante afirmou o Ministro Caputo Bastos no julgamento do REspe nº 25.073/BA, DJ de 17.3.2006, a “intervenção da Justiça Eleitoral deve ter como referência o delicado equilíbrio entre a legitimidade da soberania popular manifestada nas urnas e a preservação da lisura do processo eleitoral”.

Emanando todo o poder do povo, compete à Justiça Eleitoral proteger a vontade popular, e não, substituí-la, razão pela qual a cassação de mandatos deve ser sempre precedida de minuciosas apuração e comprovação. Como se sabe, sua incidência somente deverá ocorrer quando, dadas a gravidade e a lesividade das condutas, a legitimidade do pleito tenha sido tão afetada que outra solução menos gravosa não teria o condão de restabelecê-la.

Também o eminente Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, ao discorrer sobre o uso da tecnologia nas campanhas eleitorais e a gravidade enquanto elemento conformador do abuso de poder,



destacou a necessidade de que eventuais condenações sejam precedidas de exame criterioso dos fatos e das circunstâncias e submetidas ao crivo dos órgãos desta Justiça especializada, cujas decisões deverão sempre ancorar-se em provas e elementos de convicção:

Diante desse relevante aprimoramento legislativo, inegável perquirir acerca dos novos contornos do conceito da gravidade em face de desafiadoras realidades marcadas por crescentes e contundentes usos das novas tecnologias impulsionadas pelo uso maciço da internet, bem como dos seus reflexos no âmbito do Direito Eleitoral contemporâneo.

[...]

Tais novidades, obviamente, desafiam a Justiça Eleitoral na perspectiva de obtenção de um ponto ótimo de equilíbrio: direito à informação e liberdade de expressão, de um lado; e, de outro, a preocupação com a higidez dos pleitos eleitorais e com a isonomia entre candidatos a cargos públicos relevantes. O professor de Harvard, Lawrence Lessen, chama-nos a atenção para a própria arquitetura da internet: uma arquitetura que regula fortemente o comportamento humano. A seu ver, por vezes, essa regulação é tão eficiente quanto outras regulações mais conhecidas, como o próprio direito, a economia e as normas sociais. Cunhando a expressão “code is law”, alerta-nos para o fato de que a própria arquitetura dos sites nos deixa reféns dos algoritmos, regula o nosso comportamento, assim como o direito, e cria obstáculos sérios ao acesso à informação, à autonomia individual, à privacidade e à liberdade de expressão. Quanto à participação política on-line, diversos estudos ressaltam o potencial dos aparatos virtuais e afirmam que a democracia digital pode se dar por qualquer forma de emprego de dispositivos (computador, celular, smartphone, tablet), aplicativos (programas) e ferramentas (fórum, site, rede social, mídia social) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, ampliando e redefinindo, sensivelmente, o espaço público. Ao fim e ao cabo, somos todos CONSUMIDORES de NOTÍCIAS FALSAS, e o grande desafio da Justiça Eleitoral, guardiã da democracia brasileira, é impedir que esse fenômeno acarrete a sua própria deterioração, a sua própria desnaturação, mediante exame criterioso dos fatos e das circunstâncias submetidas ao crivo dos órgãos desta Justiça especializada, com supedâneo em provas e elementos de convicção produzidos rigorosamente sob o crivo do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

(AIJE nº 060136944/DF, Relator designado Ministro Edson Fachin, DJe de 25.11.2020)

Não tendo a autora se desincumbido do ônus de comprovar minimamente suas alegações, pretendendo com a reabertura da instrução e reiteração de diligências indeferidas apenas o prolongamento indevido do feito, penso que é de rigor a improcedência dos pedidos, sobretudo quando consideradas a magnitude do pleito questionado e as severas consequências da demanda.

Consoante exaustivamente demonstrado, no caso dos autos, sequer houve apresentação de elementos concretos aptos a demonstrar que havia conduta a ser investigada. Há alegação de propagação de mensagens falsas por impulsionamento via *WhatsApp*, mas sequer a existência dessas mensagens foi minimamente demonstrada nestes autos – e essa era, note-se, uma prova de fácil produção, vez que se alega que a distribuição de *fake news* ocorreu em massa. Por conseguinte, inexistente também prova da gravidade e do desvalor do comportamento.

Na linha da causa de pedir eleita pela parte autora, o exercício do ônus probatório deve guardar relação com as imputações constantes da inicial, sendo que as provas requeridas e indeferidas ao longo da lide, não se prestam – de forma útil – ao desvelamento dos fatos narrados e que compõem a causa de pedir. Dessa forma, não há que se falar em cerceamento de defesa, conforme remansosa jurisprudência desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADES GRAVES. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nos 24 E 30/TSE. DESPROVIMENTO.1.



O indeferimento de provas não enseja o alegado cerceamento de defesa quando o magistrado, motivadamente, entende desnecessária sua produção. Precedentes. (TSE, Agravo de Instrumento nº 74611, Acórdão, Relator(a) Min. Alexandre de Moraes, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Data 10/12/2020. Sem destaques no original).

[...]2. A decretação de nulidade de ato processual sob a alegação de cerceamento de defesa pressupõe a efetiva demonstração de prejuízo (art. 219 do Código Eleitoral). No caso, a despeito da adoção do rito do art. 96 da Lei nº 9.504/97 em detrimento do previsto no art. 22 da LC nº 64/90, a matéria versada é exclusiva de direito, sendo irrelevante para o deslinde da controvérsia a produção de outras provas. (...) 6. Agravo regimental desprovido. (TSE, Recurso Especial Eleitoral nº 142269, Acórdão, Relator(a) Min. João Otávio De Noronha, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 55, Data 20/03/2015, Página 60/61)

No Superior Tribunal de Justiça:

[...] "É cediço que, em regra, salvo situação excepcionalíssima, não se acolhe alegação de nulidade por cerceamento de defesa, em função do indeferimento de diligências, porquanto o Magistrado é o destinatário final da prova, logo, compete a ele, de maneira fundamentada e com base no arcabouço probatório produzido, analisar a pertinência, relevância e necessidade da realização da atividade probatória pleiteada" (STJ, AgRg no HC 498.993/RS, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 22/8 /2019).

Também no Supremo Tribunal Federal, o entendimento segue na mesma linha:

HABEAS CORPUS – ATO INDIVIDUAL – ADEQUAÇÃO. O habeas corpus é adequado em se tratando de impugnação a ato de colegiado ou individual. HABEAS CORPUS – INSTÂNCIA – SUPRESSÃO. Revelando o habeas corpus parte única – o paciente, personificado pelo impetrante –, o instituto da supressão de instância há de ser tomado, no que visa beneficiá-la, com as cautelas próprias. **PROVA – PRODUÇÃO – IMPERTINÊNCIA – INDEFERIMENTO – DEFESA – CERCEAMENTO – INEXISTÊNCIA. Não constitui cerceamento de defesa o indeferimento, pelo Juiz, mediante decisão fundamentada, de produção de prova considerada impertinente, irrelevante ou protelatória – artigo 400, § 1º, do Código de Processo Penal.** (STF, HC 164124, Relator Ministro Marco Aurélio, Primeira Turma, julgado em 22/05/2020, DJe-223, DIVULG 08-09-2020 PUBLIC 09-09-2020. Sem destaques no original).

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PAD. REINTEGRAÇÃO AO CARGO DE AUDITOR FISCAL DO TRABALHO. IMPEDIMENTO. INEXISTÊNCIA. UTILIZAÇÃO DE PROVA PRODUZIDA EM INQUÉRITO POLICIAL. POSSIBILIDADE. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVAS. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. O art. 156, § 1º, da Lei nº 8.112/1990 possibilita a denegação de pedidos impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos (MS 23.268, Rel. Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 07/06/2002), conjurando a alegação genérica de cerceamento de defesa. 2. In casu, os pedidos de produção de prova foram justificadamente indeferidos pela Comissão do Processo Administrativo Disciplinar. 3. Agravo regimental a que se nega provimento, ficando mantida a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos. (STF, RMS 28914-AgR, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 13/10/2015, DJe-214, DIVULG. 26-10-2015, PUBLIC 27-10-2015)



Registro, ainda, que é imperioso o *distinguishing* quanto ao assentado no julgamento da AIJE 0601369-44 (FACEBOOK), no qual o Colegiado autorizou a dilação probatória. É que naquela ocasião, entendeu a maioria dos Ministros que havia necessidade específica de produção probatória para a identificação dos autores da conduta, o que, obviamente, possui relação com os fatos da causa que compõem a causa de pedir. Naqueles autos, o Plenário do TSE concluiu, por maioria, ser de rigor o deferimento de pedido tempestivo de produção de prova pericial para que se identifique quem praticou, sob o manto do anonimato, a conduta rotulada de abusiva porque elemento indispensável à pretensão dos investigadores de demonstrar a existência de vínculo, objetivo ou subjetivo, entre o perpetrador da conduta e os investigados.

Com as devidas vênias dos que possam vir a pensar em contrário, não é esse o caso dos autos, uma vez que as provas requeridas e indeferidas não se prestam para a demonstração da causa de pedir posta na inicial, conforme fundamentação detalhada em relação a cada requerimento formulado e que consta dos autos.

Isto posto, ausente demonstração efetiva da materialidade do ilícito e de sua gravidade, não há que se perquirir acerca de eventuais reflexos eleitorais. Não sendo possível constatar a prática de conduta grave o suficiente para turbar a legitimidade, a normalidade e a paridade de armas das eleições, fica afastada a ocorrência do abuso de poder – o que, por sua vez, conduz à rejeição dos pedidos de cassação do mandato e declaração de inelegibilidade.

Essa também a compreensão exarada pelo Ministério Público Eleitoral em seu respeitável parecer (ID 16909538):

[...]

48. Pelo conjunto probatório produzido nos autos, entende-se não comprovadas as ilicitudes imputadas aos representados.

49. Inicialmente, urge destacar que o arcabouço probatório dos autos é formado basicamente por matérias jornalísticas, que veiculam pretensas irregularidades e suas repercussões. Ressalte-se, ademais, que representante (documentos que acompanham a peça de ID 553638) e representado (documentação acostada ao ID 698388) apresentaram dezenas de notícias que entendem corroborar suas respectivas teses.

[...]

51. Ademais, a reportagem que embasa as alegações iniciais sequer foi colacionada aos autos por inteiro (ID 553642) 52. No atinente à prova testemunhal, é certo que, da transcrição do depoimento da única oitiva realizada (ID 16439438), não é possível extrair qualquer elemento apto a corroborar a tese desenvolvida na inicial.

52. No atinente à prova testemunhal, é certo que, da transcrição do depoimento da única oitiva realizada (ID 16439438), não é possível extrair qualquer elemento apto a corroborar a tese desenvolvida na inicial.

53. Ao responder questionamento formulado pelo membro do Ministério Público, a testemunha Rebeca Félix esclareceu que era responsável pela produção do conteúdo de mensagens da campanha, mas que nunca foi cogitada como estratégia o disparo “em massa” de mensagens, havendo apenas divulgação da plataforma de arrecadação do partido (PSL) por meio de lista de pessoas cadastradas (ID 16439438, p. 5-10).

54. Em seguida, apesar de pedidos da coligação representante para oitiva de outras pessoas, bem como quebras de sigilo das empresas Havan e AM4, indeferidas pelo despacho de ID 164168387, a instrução foi encerrada sem que prova conclusiva acerca de eventual ilícito eleitoral perpetrado tivesse sido produzida.



55. Ademais, para a ocorrência do abuso de poder econômico, o inciso XVI do art. 22 da Lei das Inelegibilidades traz requisito imprescindível à configuração dos ilícitos mencionados no inciso XIV do mesmo artigo, qual seja, a gravidade das circunstâncias que os caracterizem.

56. A gravidade, pois, utilizando-se como evidente vetor interpretativo o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, estará presente caso haja comprometimento da legitimidade e normalidade das eleições por meio da prática do ato abusivo.

[...]

60. No caso em tela, pelo conjunto probatório produzido nos autos, conclui-se pela não comprovação dos ilícitos imputados nem pela existência de eventual gravidade apta a macular a legitimidade e a normalidade das eleições, o que afasta os pedidos de cassação do mandato e declaração de inelegibilidade.

61. Quanto ao representado Luciano Hang, ademais, não há sequer demonstração de liame mínimo com os supostos ilícitos narrados. Depreende-se da inicial que ele, por meio de sua empresa, poderia ser o financiador dos disparos "em massa", porém, estes não foram demonstrados. Ademais, não se encontrou, considerando os elementos constantes dos autos, estrutura financeira paralela ou prática de caixa 2 com recursos do empresário.

62. Não bastasse isso, na ação de investigação judicial eleitoral que apurou a suposta coação a funcionários das lojas Havan (nº 0601754-89.2018.6.00.0000), não se vislumbrou ato ilícito perpetrado pelo representado em prol da candidatura que se sagrou vencedora no pleito presidencial.

63. Com efeito, o mero fato de ter pago por impulsionamento irregular de conteúdo em outra oportunidade, devidamente sancionada por esta Corte, não significa que financiou atos ilícitos de campanha perpetrados pelos então candidatos, especialmente no montante de doze milhões de reais, conforme sustenta a requerente.

64. A alegação de possível vínculo de amizade entre o representado Luciano Hang e o então candidato Jair Messias Bolsonaro, ou mesmo apoio político, também não é suficiente para demonstrar a eventual participação daquele no suposto ilícito eleitoral.

65. Nesse cenário, tem-se como não demonstrada a ocorrência de abuso de poder econômico, fraude e captação e gastos ilícitos de recursos pelos representados Jair Messias Bolsonaro, Antônio Hamilton Martins Mourão, coligação "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" e Luciano Hang, de modo que os pedidos formulados na ação de investigação judicial eleitoral proposta pela coligação "Brasil Soberano" merecem ser julgados improcedentes.

66. Em tempo, registre-se que as eleições em tela ainda são alvo de reflexão e estudos quanto à redução do poder de influência da imprensa e a força da propagação de temas político-eleitorais em redes sociais, internet e aplicativos de comunicação interpessoal.

67. Não patenteados nos autos desequilíbrio no pleito, gravidade nos atos, anormalidade nos procedimentos, ilegalidade nas condutas, violação de liberdade e direitos, ou constrangimentos do eleitorado, entende o Ministério Público Eleitoral que não há razão para anulação da votação, como pretende a requerente ao invocar o art. 222 do Código Eleitoral.

[...]



(Sem destaques no original.)

Rejeitado, pelos fundamentos anteriormente expostos, o pedido principal (perda dos mandatos, inelegibilidade pelo período de oito anos e convocação de novas eleições), inoportuna a análise do pedido alternativo de anulação da votação, nos termos do art. 222 c.c. 237 do Código Eleitoral, porquanto a anulação seria consequência automática da procedência da ação por abuso de poder. A procedência do pedido na AIJE acarretaria a anulação de todos os votos dados aos beneficiários do evento ilícito ou da votação.

Na espécie, não haveria como determinar o espectro de eleitores que foram, de fato, atingidos pela propaganda eleitoral negativa. Ocorre que a cassação de um mandato requer a demonstração evidente do ilícito e de sua repercussão e/ou alcance, pois meras ilações não autorizam a mencionada sanção. Nesse sentido, o acervo probatório não permite aferir quantitativamente a influência das mensagens enviadas por *WhatsApp* sobre a vontade do eleitor.

Por derradeiro, analiso os pedidos de condenação da representante por litigância de má-fé e de investigação desta última por incursão no tipo penal previsto no art. 25 da LC nº 64/1990.

A esse respeito, anoto que o ajuizamento de ação de investigação judicial eleitoral com base apenas em elementos indiciários ou prova pouco robusta não basta, por si só, para condenação por litigância de má-fé e/ou configuração do crime previsto no art. 25 da LC nº 64/1990, tendo em vista a necessária comprovação da intenção de alterar a verdade dos fatos, da deslealdade e do abuso de direito.

Como igualmente concluiu o *Parquet*, não é possível presumir o eventual propósito temerário, ou o descumprimento dos deveres processuais. O que consta nos autos é apenas o manejo de ação que, embora desprovida de provas, é adequada e tempestiva, sem a identificação do abuso do direito de petição, o que afasta a litigância de má-fé.

8) Por todo o exposto, rejeito as preliminares suscitadas e, na linha do parecer ministerial (ID 16909538), julgo **improcedente** a ação de investigação judicial eleitoral, determinando o seu arquivamento.

É como voto.

VOTO

O SENHOR MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES: Muito boa noite, Senhor Presidente. Boa noite à Corte, ao eminente Vice-Procurador-Geral-Eleitoral, aos eminentes advogados, Doutor Admar Gonzaga, Doutor Walber Moura Agra, Doutora Karina Fidelix, Doutora Karina Kufa, aos eminentes servidores que nos apoiam, às senhoras e aos senhores que nos ouvem e assistem neste momento.

Senhor Presidente, penso por acompanhar o eminente relator por entender, na linha de intelecção de Sua Excelência, que, para se cogitar a caracterização do abuso de poder, em qualquer das formas previstas no art. 22, XIV, da Lei nº 64/1990, é necessário que os atos ilícitos, supostamente praticados, sejam analisados a partir de análise criteriosa dessa Justiça especializada, sem que se perca de vista os bens jurídicos tutelados pela norma. Foi o que disse o relator.

Diz Sua Excelência, com absoluta correção, que:

[...]

Para a caracterização do abuso de poder apto à incidência das graves penalidades aqui referidas, impõe-se, por oportuno, estar comprovada, desde logo, de forma inequívoca, a gravidade dos fatos imputados, demonstrada a partir da verificação do alto grau de reprovabilidade da conduta (aspecto qualitativo) e de sua significativa repercussão a fim de influenciar o equilíbrio da disputa eleitoral o (aspecto quantitativo), portanto.

[...]



No caso dos autos, sequer é possível que se chegue a exercer juízo quanto à gravidade das condutas, porquanto não se tem nos autos sequer a comprovação de sua existência.

Conforme analisado de maneira percuciente pelo eminente Ministro Luis Felipe Salomão – a quem cumprimento pelo trabalho hercúleo desenvolvido nas duas AIJEs aqui em julgamento –, não há comprovação de um único elemento apto a comprovar a suposta contratação do serviço de impulsionamento de mensagens, seja diretamente pelos candidatos, seja por pessoa jurídica, tampouco foi apresentado também, Senhor Presidente, qualquer documento que comprovasse o disparo de mensagens com conteúdo favorável a Jair Bolsonaro ou em desfavor de seus opositores pelas empresas em questão.

Com relação ao uso de base de dados de usuários fornecidos por empresas de estratégia digital, a análise de Sua Excelência assenta também que, para além de não anexar prova de conteúdo das mensagens a fim de comprovar o seu teor negativo, também não citou ou mostrou uma única base de dados utilizada para a prática do impulsionamento ilícito.

Finalmente, a respeito da suposta doação não contabilizada por parte de pessoa jurídica realizada em prol dos investigados, Sua Excelência o eminente relator esclareceu com maestria:

[...]

Mais uma vez a autora não apresentou provas, tendo se limitado a citar a empresa Havan como sendo uma das responsáveis pela suposta contratação, sem indicação das demais que supostamente teriam financiado o impulsionamento do conteúdo negativo.

[...]

Portanto, Senhor Presidente, guardadas as peculiaridades trazidas na outra AIJE, eu, em ambos os casos, na linha do voto do eminente relator, acompanho Sua Excelência, rejeitando integralmente todas as preliminares, os requerimentos lançados pela autora – pelos autores – e julgo improcedente ambas as ações de investigação judicial eleitoral.

VOTO

O SENHOR MINISTRO TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO: Muito boa-noite, Senhor Presidente, Ministro Barroso, Senhores Ministros; uma saudação especial aos nobres advogados, Professor Walber Agra, as Doutoradas Karina Kufa e Karina Fidelix e ao nobre advogado, ex-ministro da casa, Admar Gonzaga Neto; também uma saudação ao eminente Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Doutor Renato Brill.

Eminente Presidente, senhores julgadores, essas primeiras palavras são para saudar e enaltecer o trabalho realizado pelo eminente relator, um trabalho minucioso, preciso, totalmente correto, técnico, politicamente neutro e, por assim dizer, exemplar.

Eu estou acompanhando, *in totum*, Sua Excelência o eminente relator, não sem antes dizer que tive algumas dúvidas iniciais relativamente ao tema da litispendência ou da reunião das AIJEs para julgamento conjunto, em uma linha intelectual de que os autores, nas ações de investigação judicial eleitoral, assumem, por assim dizer, um conceito de partes públicas na medida em que eles são substitutos da coletividade diante dos interesses públicos irrecusáveis de que se revestem essas ações.

Todavia, no caso dos autos, como muito bem explicitado pelo Ministro Salomão, a quantidade de réus, os diferentes estágios processuais das quatro AIJEs, as diligências probatórias e suas implicações, ainda pendentes em dois dos autos, isso tudo poderia conduzir a um prejuízo processual, a um tumulto processual incompatível com a celeridade que se espera do processo eleitoral, à luz, sobretudo, do que dispõe o art. 97-A da Lei das Eleições, na linha de dar concretude ao princípio da duração razoável do processo eleitoral. Além do mais, a virtual ou eventual inobservância da regra, a meu sentir, mal redigida, do art. 96-B da Lei 9.504/97, na linha da nossa jurisprudência, eminente Presidente – até um acórdão da lavra de Vossa Excelência –, não levaria, por si só, a invalidação das decisões judiciais.



Caminhando um pouco mais sobre a alegação de inépcia da petição inicial, também tenho como pertinente recusá-la na medida em que, segundo penso, a peça vestibular é perfeitamente apta a descrever os fatos e os fundamentos do pedido e possibilitou às inteiras o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Sobre o tema da reabertura da instrução probatória e da quebra dos sigilos bancário e fiscal dos representados, eu também quero crer que não se consideram fundamentos idôneos apenas matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação, com todo o respeito de que é merecedor o autor. O conjunto probatório nessa toada, a meu sentir, ostenta uma fragilidade evidente, não tendo a coligação trazido uma única prova sequer da existência de mensagens com conteúdo falso e não há nada que evidencie, como fez crer o relator, de modo razoavelmente seguro, razoavelmente claro, que os disparos detectados consistiram efetivamente, tecnicamente, em propaganda eleitoral irregular.

Então, esse afastamento dos sigilos permitiria, quando muito, apenas se chegar à conclusão sobre a origem, o destino de valores e de transações hipotéticas, em nada auxiliando, mesmo como anotou o relator, com o brilho costumeiro, na descoberta de que teria motivado as transferências, caso fossem encontradas.

Chegando já ao mérito das duas AIJEs tratadas nesse modesto voto em um só jato, em uníssono, eu também assento a não comprovação da existência de mensagens, bem como dos seus disparos. Isso não significa que uns e outros não tenham acontecido, significa que o caderno processual não espelha, do ponto de vista probatório, a existência desses fatos. Há, por assim dizer, uma ausência de documentos e de outros elementos que demonstrem essa contratação. E a denúncia jornalística não basta, na linha da nossa jurisprudência, para revelar ocorrência de ilícitos eleitorais de tal magnitude.

Então, diante da inexistência de demonstração efetiva, clara, impactante, tanto da materialidade do ilícito quanto de sua gravidade, a meu sentir, não há espaço para procedência de ambas as investigações.

Relativamente ao último tema, o pedido de condenação por litigância de má-fé, eu também o afasto, na mesma trilha do eminente Ministro Luis Felipe Salomão, na linha de que o ajuizamento da AIJE, com base apenas em elementos indiciários, não significa litigância de má-fé na medida em que não foi possível, pelo menos a mim, vislumbrar a intenção de alterar a verdade dos fatos que não é, nem de longe, inclusive a linha de atuação por todos conhecida e elogiada do nobre advogado subscritor da petição inicial.

Então, Senhor Presidente, senhores ministros, nobres advogados, douto representante do Ministério Público, com essas pequenas achegas, eu voto no sentido de acompanhar inteiramente o relator rejeitando as preliminares e julgando improcedente ambas as ações de investigação judicial eleitoral.

É como voto, Presidente.

VOTO

O SENHOR MINISTRO SÉRGIO BANHOS: Senhor Presidente, senhores ministros, inicialmente destaco o apurado e denso trabalho do eminente relator, que examinou com maestria a controvérsia dos presentes autos. Também não poderia deixar de parabenizar os ilustres advogados pelas doughtas manifestações orais levadas a efeito.

Não há, Senhor Presidente, muito mais a ser dito, eu, por isso, vou ser bastante breve.

De pronto, eu ressalto que acompanho o relator em relação a toda matéria preliminar e, no que tange à matéria de fundo, o relator entendeu, com acerto, que a coligação representante não se desincumbiu do ônus processual, imposto pelo art. 373 do CPC, de apresentar provas que comprovem suas acusações. Além disso, assentou que as provas requeridas e indeferidas ao longo da lide não se prestam, de forma útil, ao desvelamento dos fatos narrados e que compõem a causa de pedir.

Diante disso, Senhor Presidente, senhores ministros, entendo que a par da narrativa exposta na inicial, não foram apresentados elementos mínimos nesses autos que comprovem a ocorrência dos ilícitos eleitorais.

Por essas razões, Senhor Presidente, acompanho o relator e voto no sentido de rejeitar as preliminares e de julgar improcedentes as representações.

É como voto.



VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN: Cumprimento Vossa Excelência, Ministro Luís Roberto Barroso, que preside o Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Alexandre de Moraes, Ministro Luis Felipe Salomão, Relator das ações em julgamento, Ministro Mauro Campbell, Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto e Ministro Sérgio Banhos. Cumprimento os ilustres advogados e advogadas, Doutor Admar Gonzaga, Doutor Walber Moura Agra, Doutora Karina Fidelix e Doutora Karina Kufa, cujas sustentações abrilhantam esta sessão e este julgamento. Reiterando também os meus cumprimentos ao Senhor Vice-Procurador-Geral Eleitoral.

Início, Senhor Presidente, muito brevemente rememorando que estamos diante de ações de investigação judicial eleitoral para elucidação de eventual prática de abuso de poder econômico, recebimento de doações de pessoas jurídicas em campanhas eleitorais, utilização indevida de perfis falsos para a realização de propaganda eleitoral e a compra irregular de cadastros de usuários. São essas quatro imputações que foram examinadas pelo Ministro Luis Felipe Salomão e pelos eminentes ministros que o acompanharam. E Sua Excelência bem assim os ministros que nos antecederam rejeitam as matérias preliminares arguidas e, no mérito, concluem pela improcedência da demanda.

Quero, Senhor Presidente, com o devido respeito, apresentar divergência da conclusão de Sua Excelência por entender que a instrução probatória destas ações ainda se revela incompleta em razão do que me parece ser evidente conexão destas demandas com as AIJES nºs 0601771-28.2018.6.00.0000 e 0601968-80.2018.6.00.0000, condição jurídica que traduz imbricamento que exige a efetivação do pedido de compartilhamento de provas produzidas no Inquérito Policial nº 4.781/DF, também denominado de Inquérito das *Fake News*.

Colho do relatório apresentado, Senhor Presidente e eminente Ministro Relator, a quem reitero a minha consideração e elevado respeito, que a Coligação representante formulou pedido de julgamento conjunto das 4 AIJES ajuizadas neste Tribunal Superior precisamente para fins de investigar o alegado uso indevido de disparos em massa por meio do WhatsApp, na forma do art. 96-B da Lei das Eleições. No mesmo sentido foi a manifestação da Procuradoria-Geral Eleitoral, em razão de os fatos analisados serem essencialmente os mesmos. E a diferença na composição dos polos não afasta, em meu modo de ver, a incidência do art. 96-B da Lei nº 9.504/1997.

O exauriente voto colacionado ao Plenário pelo e. Min. Relator não rejeita, pelo que pude depreender, *tout court* o reconhecimento da conexão entre as quatro ações de investigação judicial eleitoral, pois é possível colher do acutíssimo voto de Sua Excelência que, ainda que de fato seja possível constatar a existência de um mesmo fato essencial a amparar a propositura de todas as quatro ações de investigação judicial eleitoral – Qual fato é esse? A contratação de empresas de tecnologia para serviços de disparos em massa de mensagens de cunho eleitoral, por meio do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp. De modo que Sua Excelência reconhece esse fio condutor que pode ensejar conexão entre as quatro ações de investigação, mas entende, entretanto, que a reunião dos feitos não é obrigatória e que a decisão mais acertada em razão do tumulto processual decorrente de diferentes fases de cada uma das demandas pode ocasionar prejuízo à celeridade do feito e, também, Sua Excelência não descortina eventual ferimento à coerência entre os julgamentos.

É nesse ponto que reside, com o devido respeito, a divergência que trago à colação com o fruto da compreensão racional e sistemática que tenho ao final do estudo que fiz sobre a matéria. Em meu entendimento, avançar no julgamento de duas demandas acerca do disparo em massa de mensagens com o presente conjunto probatório, apartando-se o julgamento das demais ações com distinto registro de provas, importa em grave risco à coerência das decisões deste Tribunal Superior. Aceitar que o julgamento da mesma tese jurídica, alegada em quatro demandas distintas, pode ocorrer com conjuntos diferentes de provas, com a devida vênia, é um flerte com a insegurança jurídica. Por outro lado, a decisão proferida no primeiro julgamento é inábil a oferecer segurança jurídica porque proferida sem o mínimo de certeza quanto aos fatos que deveriam guarnecer a instrução probatória.

Nesse contexto, permanecem em estado de adversidade as partes. Ao mesmo tempo, permanece em estado de alvoroço a sociedade brasileira, pois a decisão judicial descortinada serve, apenas e tão somente, como um marcador temporal numa trama de suspense: como se proclamasse que até o momento,



sem a produção integral de provas, a demanda é julgada improcedente. Tenho para mim que soa um pouco heterodoxa a proclamação de um julgamento *rebus sic stantibus*. No ponto, entendo que o Poder Judiciário deve observar aquilo que Ronald Dworkin denominou do romance em cadeia, ou seja, devemos apreender e explicitar a compreensão e a interpretação sob o prisma do leitor desse romance em cadeia, de modo a evitar que a leitura de capítulos anteriores, como seria o caso do julgamento apartado das AIJES, possa render desnecessários ou mesmo contraditórios os capítulos subsequentes. Por isso, a relação de coerência entre os julgamentos sequenciais das AIJES entendo impedir se reconheça que o capítulo anterior foi encerrado prematuramente, sem a completa compreensão dos fatos que legitima a sua conclusão.

Dessa forma e nesse contexto, a observância de coerência entre os julgamentos das quatro demandas impõe, s.m.j. – e já se percebe que é um juízo majoritário nessa direção –, peço vênias, portanto, aos eminentes ministros que me antecederam, mas essa observância de coerência impõe que todas sejam proferidas sob o mesmo conjunto fático, ainda que haja algum prejuízo à celeridade, mas é relevante ofertar segurança jurídica e também evitar que essa forma de proferir-se decisão *rebus sic stantibus* poderá acarretar, se as provas vierem em sentido diverso nas demais demandas, um juízo de desnecessidade ou de parca utilidade de um julgamento que se pode revelar anódino. Exercer a jurisdição em processo que ainda não está pronto para julgamento, apenas em razão de uma questão de celeridade, importa, ao final e ao cabo, na negativa da prestação jurisdicional em razão da incompleta observância do direito de petição da parte autora, notadamente porque resta prejudicada a provocação da jurisdição sob o prisma do pleno desenvolvimento do contraditório, não apenas no seu sentido processual, refiro-me ao contraditório material.

É evidentemente compreensível a preocupação com a pacificação democrática por meio do julgamento das presentes ações judiciais eleitorais, no que subscrevo e louvo o zelo do e. Corregedor-Geral Eleitoral. Nada obstante, o debate travado nas quatro ações é sobremaneira sensível para toda a população brasileira, vista como sociedade ou mesmo do ponto de vista individual de cada cidadão e de cada cidadã, porque trata da aferição da normalidade da eleição para Presidente da República, o único cargo da República que representa a todos e a todas, brasileiros e brasileiras, e da legítima representação da vontade popular no último certame, o de 2018. Essa questão impera que o Poder Judiciário Eleitoral, por meio de sua mais alta Corte, escrutine e vasculhe a inteireza da situação fática desvelada nos autos, de modo que a adjudicação judicial possa, efetivamente, informar à sociedade brasileira sobre a regularidade, ou não, das eleições de 2018.

A celeridade, tão cara às ações eleitorais, não pode vestir o papel de Kronos e ditar que a finalização do procedimento legitime o eventual apressamento da investigação judicial eleitoral que a sociedade brasileira aguarda por parte desta Justiça Especializada. A disparidade das fases processuais, em meu modo de ver e com a devida vênias, também não serve como elemento para se evitar a reunião dos feitos, notadamente porque se está a tratar de questão central na solução da demanda.

Observa-se que o elemento de prova que mantém aberta a instrução probatória nas AIJEs que se reconhecem como conexas consiste em prova emprestada que já foi solicitada pela Justiça Eleitoral. Com o recebimento oportuno da prova, possíveis o prosseguimento das demandas e a abertura da fase de alegações finais. O lapso temporal debatido não se revela, a priori, tão alargado que possa causar prejuízo pela conexão dos feitos. Ao contrário, é justificável em razão do ganho de profundidade e de certeza jurídica a ser auferido pelo julgamento lastreado em conjunto probatório sólido e sobre o qual se exerça, extensamente e definitivamente, as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Assim, em razão de compreender que deve ser observado o art. 96-B da Lei nº 9.504/1997, reconhecendo-se os elementos de conexão entre as quatro AIJEs e a necessidade de seu julgamento conjunto, com o objetivo de evitar decisões conflitantes e que não resultem no apaziguamento da sociedade brasileira pela falta de exaurimento da questão posta em juízo, voto no sentido de acolher a preliminar de conexão versada pela Coligação representante e também pelo zeloso Ministério Público, pela Procuradoria-Geral Eleitoral, determinando que as duas AIJEs ora apresentadas para julgamento sejam processadas em conjunto com as AIJEs nº 0601771-28.2018.6.00.0000 e 0601968-80.2018.6.00.0000.

Voto, enfim, Senhor Presidente, Senhor Ministro Relator, eminentes pares, por acolher a preliminar de conexão, retornando as AIJEs presentes para a fase de instrução probatória, fase a ser processada em conjunto com as AIJEs nº 0601771-28.2018.6.00.0000 e 0601968-80.2018.6.00.0000. Se vencido quanto à preliminar – e quando elaborei essa declaração de voto, Presidente, era uma condicional, portanto, quero dizer que, agora com a maioria já formada, vencido quanto à preliminar –, não deixo, obviamente – e nem posso fazê-lo –, de me manifestar em relação ao mérito. Portanto, vencido quanto à



preliminar, nada obstante considere contraditório negar prova e julgar improcedente por ausência de prova, mas sendo essa a compreensão da maioria e consequentemente considerando a falta de prova contida nos autos e ressalvada a minha compreensão quanto à preliminar, realmente, aqui, não há outro caminho no mérito, se vencido na preliminar, senão o de acompanhar o e. Min. Relator quanto à improcedência da demanda.

É como voto, Senhor Presidente.

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES: Boa-noite, Presidente, boa-noite Ministro Edson Fachin – nosso Vice-Presidente –, Ministro Luis Felipe Salomão – Corregedor-Geral Eleitoral –, Ministro Mauro Campbell. Também aos Ministros Tarcisio Vieira e Sérgio Banhos. Cumprimento o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Doutor Renato Brill, e os advogados que fizeram as sustentações orais – Doutor Walber, Doutora Karina Fidelix, Doutora Karina Kufa, Doutor Admar Gonzaga.

Presidente, eu quero fazer algumas rápidas observações. Nós precisamos aqui, entendo, repensar para a Justiça Eleitoral – inclusive seria... acho que uma contribuição do Tribunal Superior Eleitoral – a elaboração de um anteprojeto para alterar exatamente a própria forma dessas AIJEs.

Nós temos, hoje, nas AIJEs, mais ou menos o que ocorre no campo da improbidade administrativa, quando quem entra com ação civil pública por improbidade não é o Ministério Público. E explico: a Constituição cindiu o inquérito civil e a ação civil pública. Ou seja, o Ministério Público pode investigar inquérito civil, coletar provas e aí entra com a ação de improbidade.

Aqui na AIJE, na verdade, aquele que ingressa com a AIJE, ele não tem condições de coletar provas para ingressar. Ou o fato é notório, ou a prova é escancaradamente pré-constituída, ou nós acabamos tendo ações em que os fatos são colocados, só que, e eu nem culpo totalmente os autores, mas o próprio autor, ele não tem os elementos necessários para a produção da prova. Então, há aqui um descompasso com a realidade, essa é a verdade. É um descompasso total com a realidade.

No caso aqui em questão, a AIJE foi proposta com base, principalmente – isso foi bem detalhado pelo eminente Ministro Luis Felipe Salomão, nosso relator –, na matéria da *Folha de São Paulo*, da jornalista Patrícia Campos Mello, que, infelizmente, em alguns trechos das sustentações orais parece que a jornalista é que está sendo julgada. Parece que a ré na ação é a jornalista, tamanhas as acusações feitas em relação a ela sem nenhuma conexão com a AIJE.

Ou seja, acusações de política partidária, acusações de má-fé, sendo que o trabalho do jornalista não é produzir provas para a AIJE. A matéria foi estabelecida, a matéria foi escrita. Se alguém, algum partido político ou alguma coligação pretende ingressar só com base na matéria, isso não é culpa do jornalismo. Isso eu aprendi desde muito cedo como promotor de justiça de meu estado, o Estado de São Paulo: a grande diferença da atuação do jornalismo e do Ministério Público ou, no caso aqui, do autor da ação quando precisa provar. É por isso que existe o sigilo da fonte para o jornalismo. Faz a apuração, mas não há necessidade de apresentar as provas robustas necessárias para uma eventual condenação – as provas exigidas em juízo para o devido processo legal.

E aqui volta o círculo vicioso da dificuldade de produção de provas na AIJE. Eu diria aqui, que também fazendo um paralelo com o processo penal, que o voto do eminente Ministro Luis Felipe Salomão teria absolvido os réus com base no art. 386, VII – não existir provas suficientes para a condenação. Não com base no 386, I, do Código de Processo Penal – está provada a inexistência do fato. E isso faz uma diferença enorme seja no processo penal, seja no processo eleitoral, seja na presente ação.

Se é verdade que nessa ação – isso foi detalhado no longo, exaustivo e bem fundamentado voto do eminente Ministro Relator – o autor não só não trouxe as provas, como eu diria mais, não indicou as provas que seriam mais necessárias. Na verdade, também aqui não se desconstituiu a possibilidade de o fato ser provado. E para isso há duas, como disse: ser provado ou efetivamente, aí sim, se entender a prova da inexistência do fato. Em outras palavras, se dirimir a dúvida que tão bem foi colocada aqui pelo eminente Ministro Edson Fachin.



Realmente, há necessidade, eu diria, não só de segurança jurídica mas de tranquilidade institucional, há necessidade de se encerrar esse capítulo, mas verificando se houve o fato, se não houve o fato e, efetivamente, se tiver ocorrido o fato, quais foram aqueles responsáveis pela prática.

Nessa AIJE, não é possível, realmente, pela análise do que foi juntado, pela instrução, pelo término da instrução, não é possível uma conclusão – não é possível. E, não sendo possível uma conclusão, obviamente não é possível uma procedência.

Há dois caminhos, realmente, a partir desse imbróglio que se colocou pela existência de quatro AIJEs em momentos diversos. Duas delas – como também salientado pelo eminente Ministro Relator, Luis Felipe Salomão –, duas delas, onde o nosso ex-colega, meu grande amigo, Ministro Og Fernandes, solicitou em duas delas, no momento processual adequado, compartilhamento de provas. E essas outras duas em que não solicitou.

Há dois caminhos. Há o caminho, como proposto pelo eminente Ministro Luis Felipe Salomão, há a improcedência nesse caso – e por isso que salientei que seria, a meu ver, uma improcedência por não existir prova suficiente. E essa prova suficiente pode ou não ser feita nas outras duas AIJEs. Seja a prova suficiente para demonstrar a inexistência do fato ou para comprovar responsabilidade daqueles que efetivamente tiverem praticado a conduta ilícita; ou o caminho indicado pelo eminente Ministro Edson Fachin de se aguardar, se entender o não afastamento da litispendência, para se aguardar o julgamento de todas as quatro ações.

Parece-me aqui, com respeito a ambas as posições, que "todos os caminhos levam a Roma". O Ministro Luis Felipe Salomão e todos aqueles que o seguiram – Ministro Mauro Campbell, Ministro Tarcisio Vieira e Ministro Sérgio Banhos –, nenhum deles fechou as portas para a possibilidade de uma análise mais detalhada nas outras duas AIJEs, em que a instrução probatória ainda não se encerrou. E isso pode ser feito sem prejuízo, em que pese as sempre relevantes advertências colocadas pelo Ministro Edson Fachin que se fazem verdadeiras. Isso pode gerar um descompasso e até uma insegurança jurídica.

Mas, também, a suspensão do julgamento para se aguardar, a meu ver, no caso concreto, não acarretaria nenhuma diferença na conclusão de que as duas AIJEs, ainda em instrução, deverão ser analisadas com cognição plena. Porque, aqui, nessa AIJE, não se chegou à conclusão de que os fatos não existiram; aqui, nessa AIJE, não se chegou à conclusão da ausência de responsabilidade, até porque não se chegou à conclusão de os fatos não terem existido. Aqui se chegou à conclusão – a maioria agora chega à conclusão – de falta de provas. Uma instrução capenga que, por uma série de motivos, e volto a dizer, principalmente pelo próprio arcabouço jurídico, que dificulta enormemente, nas AIJEs, o autor estabelecer essa possibilidade já de provas pré-constituídas, ou do apontamento de provas, mas também a falta de apontamento de algumas provas que seriam necessárias. E fica difícil, efetivamente, o Ministro Relator se substituir ao próprio autor para realizar essas provas, devendo aguardar as provas das duas AIJEs que ainda estão em instrução.

Então, Presidente, sem me tornar repetitivo em relação ao que já foi detalhado pelo eminente Ministro Luis Felipe Salomão, e entendendo as razões do Ministro Edson Fachin, mas também achando que, como eu disse aqui, os dois caminhos levam à mesma situação fática e jurídica: a ampla cognição, a ampla possibilidade de conhecimento, de análise das duas AIJEs que ainda estão em instrução. Ou seja, nenhum impedimento de uma análise de um contexto probatório eventualmente mais completo seja, repito, para demonstrar que não houve, seja para demonstrar que o ilícito ocorreu e quais são os responsáveis.

Então, havendo essa plena possibilidade futura e, repito, em que pesem as bem ponderadas preocupações do eminente Ministro Edson Fachin, mas acompanho integralmente o Ministro Relator.

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (presidente): Senhores Ministros, resta a mim dar o último voto aqui e como eu já tive a oportunidade de manifestar, mais de uma vez, o Tribunal Superior Eleitoral não é um ator político, aqui não se trava um terceiro turno das eleições e, evidentemente, o nosso trabalho não se dá em função de preferências pessoais, mas, sim, à luz dos argumentos trazidos pelas partes e dos elementos probatórios constantes do processo.



Eu gostaria de ressaltar que também li a matéria jornalística em questão, que levantou e devo dizer, pioneiramente o grave problema do processo eleitoral no Brasil e no mundo que são esses disparos ilegais, disparos em massa ilegais. E não era uma matéria infundada, tanto que o próprio WhatsApp, dias depois da reportagem, a partir da reportagem, banuiu diversas contas e nós sabemos que as mídias sociais são bastante parcimoniosas nesse banimento e, portanto, se o WhatsApp assim procedeu, é porque entendeu que havia alguns elementos de plausibilidade ou fundamentos consistentes. Mas, aqui, e naturalmente – o Ministro Alexandre já tocou nesse ponto –, o papel do jornalista não é produzir provas com o rigor exigível da atuação do Poder Judiciário e, portanto, cabe às partes no processo proceder a essa demonstração com base em evidências plausíveis e, a partir de elementos mínimos, se podem exigir novas provas, mas não a partir de uma mera especulação.

Eu devo dizer que os disparos ilegais, ou seja, a remessa em massa de mensagens para pessoas que não autorizaram nem solicitaram, são proibidos pela legislação brasileira. Você não pode pagar a terceiras pessoas, a depositários legítimos ou ilegítimos de bancos de dados, para remeterem mensagens. É expressamente vedado. A única coisa que a legislação brasileira admite é uma contratação direta com a mídia social para a divulgação de propaganda paga e devidamente declarada.

Portanto, os disparos ilegais são efetivamente um problema e devem ser enfrentados e reprimidos. E isso se torna tanto mais grave quando esses disparos ilegais estejam, eventualmente, veiculando notícias falsas.

A mentira e a desinformação comprometem, ameaçam as democracias em todo o mundo nesse momento e é uma preocupação das pessoas de bem em nível global: como enfrentar este tipo de delito que se potencializou pela internet? Porque a democracia comporta muitos pontos de observação, mas ela tem que ser um jogo jogado de boa-fé e a mentira deliberada é destrutiva dos valores da democracia. Mas a verdade é que a veiculação de notícias deliberadamente falsas virou uma arma dos extremismos antidemocráticos em diferentes partes do mundo e é preciso estar atento, verdadeiramente atento, para esse problema, como tenho dito de outras vezes: uma causa que precise de mentira, de ódio e de violência não pode ser uma causa boa.

Esse, eu diria, é um cenário global e que também repercute no Brasil, mas evidentemente nós estamos diante de um processo judicial. Um processo judicial se faz da apresentação de fatos e de teses jurídicas e, ao longo deste processo, o que é preciso fazer é a comprovação desses fatos e isso, efetivamente, não ocorreu aqui e é preciso reconhecer.

O Ministro Edson Fachin tem toda razão ao assentar que muitas provas requeridas foram efetivamente indeferidas, mas aqui é preciso pontuar – e aqui peço vênia a Sua Excelência – que é preciso partir de alguns elementos de convicção mínima, por exemplo, para uma quebra ampla de sigilos, por exemplo, que foi um dos requerimentos. Nesse processo não foram juntados sequer os *prints* de alguns exemplos de disparos ilegais, portanto tudo recaiu no domínio da especulação e, evidentemente, não é possível – a partir de uma especulação sem elementos minimamente substantivos – deferir provas profundamente invasivas, como a jurisprudência pacificamente tem entendido.

Aqui, diferentemente do caso anterior em que eu votei na linha aqui proposta pelo Ministro Edson Fachin, que era o *hackeamento* da página Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, naquele caso, na minha visão, foram apresentados elementos mínimos não especulativos que justificavam a continuidade da instrução, inclusive com uma perícia que me pareceu própria, que não foi realizada, que permitiria reconduzir ou não à campanha vencedora, o *hackeamento* de que se cuidava naquele processo.

Portanto, a prova requerida era delimitada, não era uma prova abrangente, em busca de uma pescaria, mas concreta e com um fundamento razoável. Portanto, acho que lá, diferentemente do que aqui, havia fundamento para a reabertura da instrução probatória. Aqui, no entanto, penso diferentemente. Se em outras ações essas provas vierem a ser produzidas, nós examinaremos a matéria à luz de provas, mas, aqui, nós estaríamos atuando, na minha visão, e respeitando profundamente a convicção contrária, à base de pura especulação ou de crenças íntimas que, todavia, não encontraram elementos probatórios suficientes nem para a continuidade da produção de novas evidências.

E, portanto, cumprimentando o eminente Relator, Ministro Luis Felipe Salomão, pela profundidade e cuidado do trabalho que desenvolveu, e sobretudo pela brevidade com que foi capaz de apresentar ao Tribunal as suas convicções, e cumprimentando igualmente todos os advogados que cumpriram bem o seu papel, também eu estou julgando improcedente os pedidos veiculados nas duas ações trazidas a julgamento essa noite, recaindo sobre os mesmos fatos.



EXTRATO DA ATA

AIJE nº 0601779-05.2018.6.00.0000/DF. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Autora: Coligação Brasil Soberano (PDT/AVANTE) (Advogados: Walber de Moura Agra – OAB: 75-B7/PE e outros). Réu: Jair Messias Bolsonaro (Advogada: Karina de Paula Kufa – OAB: 245404/SP). Réu: Antônio Hamilton Mourão (Advogados: Karina Rodrigues Fidelix da Cruz – OAB: 273260/SP e outro). Réu: Luciano Hang (Advogados: Admar Gonzaga Neto – OAB: 10937/DF e outros).

Usaram da palavra, pela autora, Coligação Brasil Soberano (PDT/AVANTE), o Dr. Walber de Moura Agra; pelo réu Jair Messias Bolsonaro, a Dra. Karina de Paula Kufa; pelo réu Antônio Hamilton Martins Mourão, a Dra. Karina Rodrigues Fidelix da Cruz, e, pelo réu Luciano Hang, o Dr. Admar Gonzaga Neto.

Decisão: O Tribunal, por maioria, rejeitou as preliminares, nos termos do voto do relator, vencido parcialmente, o Ministro Edson Fachin, que acolheu a preliminar de conexão e determinou a reabertura da instrução e a reunião dos processos sobre os mesmos fatos. No mérito, por unanimidade, julgou improcedentes os pedidos, nos termos do voto do relator.

Composição: Ministros Luís Roberto Barroso (presidente), Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Tarcisio Vieira de Carvalho Neto e Sérgio Banhos.

Vice-Procurador-Geral Eleitoral: Renato Brill de Góes.

SESSÃO DE 9.2.2021.

Sem revisão das notas de julgamento do Ministro Alexandre de Moraes.

